

I. S. E. G.
Biblioteca

JR.	36106
510-G.	

RESERVADO



HDS707.5
666
1989

UNIVERSIDADE TECNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

CAUSAS DO DESEMPREGO:
UMA REFLEXÃO TEÓRICA

MARIO GUILLERMO GOMEZ OLIVARES

Tese de Mestrado em Economia realizada sob a orientação do
Prof. Dr. Manuel Jesus Farto

Lisboa

Julho de 1989

A.4/G.210/G.2120



Unemployment is not a mere accidental blemish in a private-enterprise economy. On the contrary, is part of essential mechanism of the system, and has a definite function to fulfil.

The first function of unemployment...is that it maintains the authority of master over man.

Lord Beveridge



INDICE

1. Introdução-----	1
2. A teoria económica e as causas do desemprego.	
Uma incursão por autores relevantes-----	12
2.1. As definições de desemprego. Uma nota introdutória----	12
2.2. As definições e conceptualizações do desemprego-----	20
2.3. As causas do desemprego. Uma incursão pela teoria económica-----	37
2.3.1. Os clássicos: Ricardo e Marx o desemprego tecnológico-----	37
2.3.2. Marshall e Pigou. O desemprego voluntário-----	54
2.3.3. J.M. Keynes: O desemprego involuntário-----	68
2.3.3.1. A crítica de Keynes à teoria neo-clássica do desemprego-----	68
2.3.3.2. A determinação do nível de emprego pela procura efectiva-----	74
2.3.3.4. O desemprego involuntário e a rigidez do salário monetário-----	92
2.3.4. Patinkin e o desemprego involuntário-----	99
2.3.5. A teoria de desequilíbrio: o desemprego clássico e o desemprego keynesiano-----	116
2.3.6. A hipótese da taxa natural: Da resposta monetarista a nova escola clássica, ou o retorno ao desemprego voluntário-----	131
2.3.6.1. A taxa natural de desemprego-----	131

2.3.6.2. A teoria do Job Search e o desemprego voluntário-----	140
2.3.6.3. A nova escola clássica e o desemprego voluntário-----	143
2.3.6.4. O desemprego: um novo modelo-----	149
2.3.7. Teorias explicativas alternativas sobre o desemprego-----	159
2.3.7.1. A corrente da regulação: o modo de regulação e desemprego-----	159
2.3.7.2. A segmentação do mercado de trabalho-----	173
3. A relação das causas com os tipos de desemprego-----	183
3.1. Uma reflexão sobre as bases teóricas dos tipos de desemprego-----	183
3.1.1. A contribuição neo-clássica-----	183
3.1.2. A contribuição de Keynes-----	186
3.1.3. Uma conceptualização do desemprego-----	192
3.2. As dificuldades de uma abordagem por tipos do problema do desemprego-----	196
3.2.1. A definição dos tipos de desemprego: dificuldades e limites-----	196
3.2.1.1. A possibilidade de definir os tipos ou categorias de desemprego-----	196
3.2.1.2. A dificuldade na delimitação das categorias ou tipos de desemprego-----	198
3.2.1.3. A dificuldade de uma tipologia global-----	206
3.2.2. O problema dos critérios para a delimitação dos tipos de desemprego-----	209



3.2.3. Algumas considerações de ordem

estatística nas abordagens tipológicas-----215

Conclusões-----225

Notas-----234

Bibliografia-----245



1. Introdução

O nosso trabalho insere-se nas investigações sobre o funcionamento do mercado de trabalho que procuram aprofundar a pesquisa de uma visão alternativa às explicações tradicionais sobre as causas que determinam as variações no emprego e no desemprego.

No pensamento económico têm-se vindo a elaborar diversas teorias, baseadas em paradigmas que procuram responder de diferentes modos aos fenómenos do desemprego.

O desemprego é, segundo a teoria dominante, a manifestação de desajustamentos que afectam a utilização dos recursos produtivos. No entanto, no plano teórico concreto da análise, ele circunscreve-se sobretudo ao desajustamento respeitante ao trabalho. Assim, embora sendo geralmente o desemprego entendido como uma categoria da análise económica relacionada com a actividade de todos os agentes económicos, ela aparece associada principalmente à actividade dos trabalhadores.

Na teoria económica predominou até meados da década de 70 uma concepção, reflexo da situação da idade de ouro do capitalismo, em que se deu ênfase ao pleno emprego.

O fim do pleno emprego, todavia, levou a maior parte dos economistas à teorização sobre os problemas do

desemprego baseada quer na actualização ou revisão de velhos postulados, quer na procura de novas hipóteses sobre o funcionamento do mercado de trabalho.

As correntes dominantes insistem na existência do desemprego voluntário "aggiornato" através de uma teoria onde são unificados os princípios do equilíbrio com os conceitos de "job-search" e de eficiência social que adquirem a sua expressão na hipótese de taxa natural de desemprego.

O desemprego revela-se, contudo, um fenómeno que concentra em si a atenção especial de todos os agentes. Quando é um fenómeno social vasto e de enorme repercussão política, torna-se sujeito de uma ampla discussão e controvérsia que ultrapassa o âmbito dos economistas.

A situação de pleno emprego que caracterizava as economias capitalistas ocidentais deu lugar a uma situação de desemprego massivo, de aumento do desemprego dos jovens à procura do primeiro emprego, de aumento do desemprego de longa duração, de precarização das relações laborais.

Face a esta nova situação começaram a verificar-se alterações no mundo do trabalho. Iniciou-se um período caracterizado como de defensiva face ao progresso técnico que ameaça o emprego e os postos de trabalho, de pessimismo nas expectativas sobre as

reformas sociais, um período em que a liberdade de expressão política é limitada por considerações de oportunidade económica (1).

O avolumar do desemprego e do emprego precário nos países capitalistas, o seu carácter massivo e crescente na década de oitenta, o prognóstico pessimista sobre a sua evolução nas próximas décadas, confirmando as advertências dos especialistas sobre o seu crescimento para além da crise económica, levam a colocar de novo toda a problemática partindo dos mais diversos ângulos e ópticas. (2)

O desemprego assume assim uma importância acrescida como fenómeno objectivo que afecta largas camadas da população. No plano teórico é preciso estudá-lo nas suas várias e novas manifestações, considerando as grandes mutações tecnológicas em curso. O desemprego põe em causa, inclusivamente, as políticas de emprego assentes em considerações macroeconómicas gerais, as quais parecem ser insuficientes e superadas face a um fenómeno persistente, para além da conjuntura económica.

Propomô-nos, portanto, estudar o problema do desemprego começando por procurar a forma de abordar este fenómeno. O tratamento que fazemos das teorias do desemprego persegue um duplo objectivo: por um lado, esclarecer as diferentes abordagens existentes sobre o problema, por outro lado, estudar as possibilidades de

uma abordagem que distinga tipos ou categorias de desemprego.

Tendo em vista esse objectivo, consideramos da maior utilidade estudar as contribuições significativas que têm sido feitas e que permitam uma reflexão teórica sobre as causas do desemprego. Partimos da hipótese de que podemos investigar este fenómeno associando a cada tipo ou categoria uma ou várias causas.

Pensamos que é útil para este trabalho esclarecer o significado do estudo de várias conceptualizações, e.g., desemprego voluntário/involuntário ou clássico-keynesiano. Procura-se entender qual a relação que existe entre estas "tipologias" e outras tipologias ou conceptualizações, em termos de estudo do desemprego como fenómeno concreto, i.e., friccional/estrutural/conjuntural.

Três ideias presidem a este trabalho, nesta fase correspondente à Tese de Mestrado, constituindo, de certo modo, o seu enquadramento e linha orientadora. Primeiro: as contribuições dos economistas para a análise do fenómeno do desemprego reflectem períodos diferentes do desenvolvimento capitalista e, como tal, respondem a acontecimentos históricos concretos que, embora sujeitos a regularidades similares, não as tornam totalmente comparáveis. Segundo: é nossa convicção que o pretenso carácter geral das teorias é, de facto, expressão de aspectos parciais da realidade,

sem dúvida relevantes e importantes como contribuição para o estudo de tipos ou categorias de desemprego, ou de abordagens em termos de contribuições para políticas alternativas de emprego, seja numa perspectiva geral ou sectorial. Uma terceira ideia, por vezes subestimada, é a importância que para as teorias têm as antevistas, no que respeita à formulação de hipóteses, à própria metodologia de análise, e inclusivamente, às conclusões.

Estas três ideias vão ser consideradas ao longo deste trabalho tendo em vista, por um lado, estudar certos aspectos da teoria que precisam de ser esclarecidos previamente e, por outro lado, no sentido de ordenar as contribuições específicas, a fim de discutir causas do desemprego, tipologias e conceptualizações, com vista ao desenvolvimento, numa outra fase da investigação, de um modelo interpretativo que contribua para uma teoria do desemprego.

A análise do problema, quer em termos teóricos, quer em termos das "urgências do mundo real", pretende testar a possibilidade de uma abordagem mais sistemática da problemática do desemprego, estudando as potencialidades de a realizar na base de tipos e categorias de desemprego.

Se considerarmos que o fenómeno sobre o qual se reflecte teoricamente obedece a causas, as quais têm dado lugar a elaborações e explicações no âmbito de teorias gerais, somos levados ao estudo dessas teorias,

extraíndo delas orientações metodológicas que nos permitam construir uma tipologia.

As teorias permitem-nos associar vários factores causais às categorias e tipos de desemprego que reflectem um ou outro aspecto do fenómeno. Se unificarmos estas categorias na base de critérios estabelecidos, delimitamos tipos equivalentes aos definidos pelos economistas do trabalho, embora referidos na base de critérios mais amplos. Como nos ensinou a discussão sobre o desemprego nos EUA (3), uma tipificação pode revelar-se redutora se este fenómeno for analisado perdendo de vista a relação com o conjunto, i.e., estas categorias não podem ser estudadas em exclusão, nem ser dissociadas entre si.

A presente tese será estruturada em dois capítulos seguidos de um breve capítulo de conclusões.

O primeiro capítulo consiste numa incursão através da teoria económica, começando pela escola clássica. Os dois autores estudados são Ricardo e Marx, cuja contribuição mais importante é o estudo do chamado desemprego tecnológico, uma forma do desemprego estrutural gerado a partir da constante substituição dos factores motivada pela concorrência.

Os autores da escola neo-clássica contemplados são Marshall e Pigou. Estes são os teóricos reconhecidos desta escola a partir dos quais se começa a

estudar o desemprego de tipo friccional com características voluntárias. Eles são os antecessores e referenciais de Keynes, autor ao qual damos um grande relevo, pois com ele se opera uma ruptura analítica da maior importância. O estudo destes autores vai permitir-nos, também, esclarecer a contraposição entre desemprego voluntário e o desemprego involuntário.

A emergência de um desemprego massivo numa época histórica de grandes mutações e interações entre sistemas económicos obrigou Keynes a colocar o problema de modo diferente. O segundo dos postulados neo-clássicos revela-se teoricamente insuficiente e socialmente perigoso. Muda-se a atenção sobre os agentes que provocam ou influenciam o desencadear do fenómeno do desemprego. Vamos explicar por que razão para os neo-clássicos o desemprego é voluntário, como resultado de um salário rígido, e por que razão para Keynes o desemprego pode ser principalmente involuntário quando o salário nominal rígido resulta das propriedades da moeda. Vamos desenvolver a ideia de que a rigidez do salário se refere à discussão sobre o problema das forças de correcção do equilíbrio e, portanto, sobre as características do desemprego.

A reacção à teoria de Keynes, proveniente de vários sectores, possibilitou novas sínteses e rupturas teóricas, inclusivamente a reconstrução da escola neo-clássica numa nova escola clássica. Estudaremos alguns

dos resultados dessa reacção através da análise de vários desenvolvimentos e contribuições teóricas.

Patinkin, com a sua explicação do desemprego involuntário, contribui para uma superação da análise estática, introduzindo a hipótese de viscosidade no processo de ajustamento das variáveis, admitindo também a possibilidade de correcções exógenas para o caso dos ajustamentos se prolongarem no tempo.

Na base da hipótese de ajustamentos pelas quantidades, embora supondo total inflexibilidade à baixa dos preços e salários ou supondo que eles "never fall rapidly enough", como diria Patinkin, Malinvaud desenvolve a hipótese de Clower, onde os mercados se ajustam face a um excesso de oferta ou de uma insuficiente procura numa situação de desequilíbrio, variando as quantidades antes dos preços. Se a sua contribuição não traz nada de novo em termos causais, ela fornece uma explicação microeconómica para o equilíbrio com subemprego, em que se integram hipóteses que definem o desemprego como clássico ou keynesiano. Iremos estudar a formação dos regimes que definem ambos os tipos de desemprego, assim como as características da taxonomia que é apresentada como modelo geral para o estudo do desemprego, segundo se trate de uma situação definida por excesso de oferta no mercado de bens ou no mercado de trabalho.

A tentativa de uma nova síntese segue-se um

período de controvérsia e ruptura que caracteriza o actual quadro da análise económica, que se não restringe às discussões sobre o desemprego, mas que abrange um vasto campo teórico. A hipótese de existência de uma taxa natural de desemprego, introduzida por Friedman é determinada, segundo este, pela influência de factores reais que impedem a mobilidade, introduzem barreiras à entrada em empregos, dificuldades institucionais nos lay-offs, etc, os quais não podem ser alterados rapidamente nem eficazmente com políticas macroeconómicas.

Vamos ver que a ideia da existência de uma taxa natural de desemprego é adoptada por Lucas em consonância com a sua hipótese de que os agentes económicos formam as suas expectativas na base exacta da mesma informação que os "policy makers". Toda a tentativa de reduzir o desemprego é encarada como um processo que conduz à subida dos preços. Em consequência, uma subida da inflação não irá produzir influências nas variáveis reais, tais como output e emprego.

Veremos que se trata de um regresso à velha hipótese do desemprego voluntário friccional, baseada na postura crítica face à eficácia da intervenção governamental, quando se considera que o sistema económico se encontra na situação de equilíbrio.

O último ponto deste primeiro capítulo será

dedicado à apresentação de teorias alternativas. A teoria da regulação concentra a sua atenção sobretudo no movimento de longo prazo da economia, caracterizado pela geração e superação de modos de regulação. O desemprego, veremos, explica-se a partir das características do modo de regulação e da relação salarial estabelecida.

Faremos ainda uma incursão sobre a teoria da segmentação do mercado de trabalho, que é a expressão da procura de uma alternativa teórica, visando dar um maior realismo às considerações sobre o funcionamento do mercado de trabalho. Iremos sobretudo expor as consequências de uma análise, em termos de segmentação, para a estrutura do desemprego.

No capítulo seguinte discutiremos a problemática da relação possível entre as causas do desemprego e os tipos ou categorias de desemprego. Vamos acentuar a nossa preocupação relativa a duas dificuldades que encontramos na pesquisa sobre o desemprego. Efectivamente, existem algumas dificuldades e limites que dizem respeito, por um lado, aos critérios de ordem causal que permitam definir com precisão cada uma das categorias ou tipos de desemprego, e, por outro lado, aos critérios de ordem estatística. Pretendemos poder vir a distinguir em termos qualitativos e quantitativos diferentes tipos ou categorias de desemprego, segundo as diferentes causas extraídas das teorias estudadas.

As conclusões apresentadas dão conta dos resultados da investigação e trabalho desenvolvidos até esta etapa. Elas constituem ao mesmo tempo a base para traçar as pistas da pesquisa que se seguirá, nomeadamente o estudo do desemprego num espaço nacional concreto.

Mantemos a convicção que o desemprego só poderá ser explicado a partir de vários factores causais, alguns dos quais são mais importantes que outros, e que, podendo manifestar-se ao mesmo tempo ou não, variam consoante a época histórica, influenciando quer a oferta de emprego, quer a procura.

Os factores relacionados com a oferta de emprego permitirão estudar o desemprego friccional, o estrutural e a situação dos chamados "unemployables". Os factores ligados à procura dizem respeito ao desemprego cíclico e sazonal. Um estudo dos factores propriamente ditos, é um estudo a realizar no contexto histórico institucional que determina quer a estrutura produtiva, quer as relações sociais de um espaço nacional ou regional que agora iniciamos.

2. A teoria económica e as causas do desemprego.
Uma incursão em autores relevantes.

2.1. As definições de desemprego. Uma nota introdutória.

Para melhor explicitar os objectivos da nossa tese, começaremos com uma discussão sobre as diferentes definições que encontramos nos textos, segundo o seu uso e propósitos.

De facto, a utilização da categoria desemprego pode provocar confusão, pois a utilização desta noção aparece associada a qualificativos que derivam da análise do fenómeno a vários níveis de abstracção, visando discutir situações diferentes entre si.

Um primeiro nível é relativo às causas que lhe dão origem. Como resultado da escolha dos indivíduos, ou da utilização da informação, o desemprego está directamente ligado à lucratividade das empresas e aos custos salariais; daí se deduz que, dado o comportamento dos indivíduos, eles próprios causariam voluntariamente o seu desemprego: é o desemprego voluntário. Veremos no decorrer deste ponto as ampliações que este conceito sofre nas suas várias conceptualizações.

Como conceito contrário ao de desemprego voluntário, existe o conceito de desemprego involuntário. Este conceito relaciona o desemprego com as variações na procura efectiva que restringe a oferta

de trabalho, limitando a sua escolha óptima, ou subordinando-a às escolhas dos outros agentes. Estes conceitos apreendem-se melhor se relacionados com a polémica sobre as capacidades do sistema económico de gerar correcções automáticas que permitam alcançar o equilíbrio, fornecendo os elementos explicativos que permitam ou entrem o ajustamento.

A variável de ajustamento, segundo o conceito de desemprego voluntário, é um número de horas de trabalho ou de lazer que os agentes que ofertam trabalho arbitram para um salário de equilíbrio. A existência de rigidez ou inflexibilidade de determinadas variáveis impedem o restabelecimento do equilíbrio.

O desemprego involuntário associa-se à restrição que os agentes sofrem como resultado da falta de um mecanismo de mercado automático que restitua ao sistema as condições de equilíbrio. Este desemprego não é o resultado da escolha do indivíduo, mas sim das restrições que impedem uma conduta óptima.

O desemprego, embora estando no centro da discussão, é, na verdade, uma variável de ajustamento (pelas quantidades) funcionalmente associada ao comportamento de outras variáveis, as quais asseguram a flexibilidade do sistema perante os choques externos que mudam o equilíbrio, pelo que o desemprego é uma categoria que não reflecte necessariamente o problema global dos desempregados enquanto agentes económicos,

nem reflecte as diferentes situações e categorias de desempregados que encontramos no mundo real.

Um segundo nível de abstracção confronta tipos característicos de desemprego, tais como o friccional, o conjuntural e o estrutural. Por vezes aparecem outros tipos, tais como o desemprego disfarçado, o temporário, o accidental, o crónico, o masivo, o endémico, o marginal. Todos estes tipos põem em relevo uma determinada situação de desemprego, associando-lhes causas ou factores explicativos.

Geralmente são considerados pela sua relevância teórica, apenas as categorizações ou tipos de desemprego conjuntural, estrutural e friccional. Outras classificações são formas destes tipos ou qualificativos para designar semanticamente um fenómeno similar que se pode reagrupar numa daquelas definições globalmente aceites.

Esta conceptualização-tipolónia do desemprego, que o decompõe em várias categorias, acentua uma ou várias causas possíveis e independentes entre si, as quais permitem explicar diferentes partes do fenómeno.

De cada uma das causas resulta uma categoria ou tipo de desemprego. Grosso modo, o desemprego friccional vincula-se às imperfecções do mercado de trabalho, nomeadamente à informação e à mobilidade da mão de obra.

O desemprego estrutural associa-se às influências que sobre a actividade económica exercem as mutações

tecnológicas, designadamente sobre a actividade dos sectores económicos e os agentes respectivos, que modificam a longo prazo a oferta e a procura de emprego.

O desemprego conjuntural resulta das variações da procura efectiva; por vezes designa-se este tipo de desemprego como desemprego cíclico.

Não existe contradição entre as causas que apontam para as tipologias do desemprego e as causas explicativas de nível teórico mais abstracto. Por um lado as tipologias baseiam-se nas reflexões teóricas sobre o desemprego que a análise neoclássica ou keynesiana tem realizado, por outro lado elas próprias reflectem o grau de desenvolvimento teórico geral.

O importante é saber diferenciar entre dois níveis: um nível que permita uma ordenação global por causas que visem o estudo específico do desemprego no espaço e no tempo e a determinação de uma medida a fim de, posteriormente, formular políticas ou recomendações específicas para a sua erradicação (análise tipológica). É um outro nível que permita um melhor ordenamento de critérios teóricos globais que proporcionem modelos interpretativos do funcionamento do mercado de trabalho em interacção com os outros mercados (análise económico de nível macro ou microeconómico).

Ao nível macroeconómico, de maior abstracção e substância interpretativa, situa-se a categorização de desemprego clássico-keynesiano, introduzida pela

corrente do desequilíbrio, que sem produzir elementos casuísticos diferentes muda ou acrescenta certas hipóteses no comportamento dos indivíduos e das empresas, formulando simultaneamente os elementos microeconómicos fundadores de uma macroeconomia keynesiana.

Não se trata, portanto, de uma tipologia de desemprego categorizada no sentido rígido em que os economistas do trabalho normalmente o fazem, mas de uma tentativa de globalizar as causas do desemprego, pondo em relevo critérios de ordem teórica mais susceptíveis de ordenar uma desglobalização do desemprego, em função de políticas globais de objectivos macroeconómicos.

O nosso estudo encaminha-se em primeiro lugar no sentido de esclarecer as contribuições teóricas feitas por diferentes autores ao longo do tempo e que visam fornecer uma teoria geral do desemprego.

A leitura a fazer procurará esclarecer-nos sobre os tipos ou categorias de desemprego que são fornecidas pelas abordagens teóricas, consoante as causas apontadas, e tendo em conta também o respectivo nível de abstracção tendo em conta os dois níveis referidos anteriormente.

Propor-nos-ermos também, nesta incursão pelas teorias sobre o desemprego, extrair contribuições que permitam enriquecer as tipologias e categorizações do desemprego, a partir das contribuições específicas dos

autores e das suas teorias. Não faremos aqui uma discussão sobre as tipologias do desemprego nos moldes excluentes que os economistas frequentemente fazem, embora no ponto 3 levantemos a discussão sobre uma série de problemas.

Um segundo aspecto que é necessário esclarecer é o conteúdo da própria categoria desemprego. Naturalmente é difícil falar de uma definição única de desemprego, pois o termo é sempre utilizado seja pela teoria económica como noção abstracta (nº de horas de trabalho desempregadas ou ociosas) seja pela estatística como uma expressão quantitativa (nº de desempregados).

A noção de desemprego na teoria económica é tanto mais ambígua, quanto esta a refere como um conceito residual, sem associação aos períodos históricos que constituem o marco subyacente ao output teórico.

Em termos gerais, desemprego representa recursos inutilizados numa economia sob a forma de excesso de oferta de trabalho. Torna-se assim óbvio que a medida de inutilidade, ou de quantidade de trabalho em excesso, é uma medida de desemprego.

O desemprego aparece como uma medida quantitativa susceptível de se ajustar, recurso ocioso que é preciso considerar em determinadas circunstâncias de atrito social agudo, sobretudo quando a sua dimensão quantitativa ameaça o tecido socio-económico.

Numa visão polémica, M. Piore diz-nos que para

numerosos economistas o desemprego pode ser entendido como um artifício. Primeiro, trata-se de um "statistical artifact of a measurement process that classifies as unemployed people who are not really available for work". Segundo, é um artifício institucional da segurança social. É o "public welfare" que encoraja a extensão do processo de procura de trabalho. Terceiro, é um artifício semântico que dá conta da "forced idleness for activities that have important productive functions akin to the functions of inventories, information processing, and investment associated with the utilisation of capital good".(4)

Se queremos abordar o desemprego como categoria, visando a sua utilização prática, dever-se-á subordinar essa abordagem a vários critérios. O desemprego pode ter existido em diferentes épocas históricas, sempre que o trabalho humano, por diversas razões não tiver sido utilizado (ociosidade, incapacidade de gerir os recursos humanos optimamente, etc.), mas parece evidente que fará melhor sentido analisar este fenómeno considerando o quadro histórico-institucional.

Será preciso considerar como ponto de partida para a análise do desemprego a situação em que o próprio trabalho se transforma num bem de troca ou um conjunto de serviços os quais são trocados por uma quantidade de tempo.

Quer dizer, a categoria desemprego só pode relacionar-se com as pessoas, que manifestando vontade de trabalhar, não encontram uma oportunidade de fazê-lo num contexto histórico-concreto. Será preciso determinar então as condições em que um conjunto de pessoas que desejam trabalhar não dispõem dos meios autónomos de fazê-lo, pois só o trabalho vendido fornece, mediante o pagamento de um salário, os meios de sobrevivência necessários à manutenção dessas pessoas.

Sendo assim parece lógico considerar como relevante para os empresários a quantidade de tempo em que se compra tal bem e não necessariamente o portador de tal utilidade. Explicar-se-ia assim por que razão para a análise económica (veremos posteriormente que para Lucas não é assim), a variável desemprego diz relação ao nº de horas não trabalhadas dado um potencial produtivo, e não o nº de desempregados. Assim sendo, a teoria só poderia explicar fenómenos de curtíssimo prazo, porque dada a regra metodológica do *ceteris paribus*, qualquer variação da tecnologia ou das convenções em matéria de horário de trabalho alteraríamos quantitativamente o desemprego. Voltaremos a esta problemática mais tarde.

É na sociedade em que existem homens desprovidos de meios próprios de actividade económica que surge necessariamente a eventualidade do fenómeno se manifestar em dimensões sociais.

Sempre que um trabalhador se insira numa sociedade onde possa obter outros meios de subsistência que não os usufruidos pela prestação de serviço de trabalho, o desemprego revelar-se-á bastante ambíguo.

Os economistas que argumentam que o desemprego é uma invenção da segurança social, da ociosidade relativa de um factor de produção, ou artifício estatístico de trabalhos sem aplicação, apenas argumentam ideologicamente, reduzindo o problema geral do desemprego a casos particulares, talvez temporariamente válidos ou restritos a um número de desempregados.

Aqueles economistas apontam uma causa, quando estamos em presença de um fenómeno múltiplo, variável, historicamente diferenciado e com origens pluricausais. Contribuiremos de certo modo para reforçar esta ideia, procurando não confundir o conteúdo do fenómeno, com as suas manifestações e a sua extensão quantitativa.

2.2. As definições e conceptualizações do desemprego.

Começaremos a discutir aqui um conjunto de definições e conceptualizações numa ordem histórico-genética a partir do momento em que o problema do desemprego se põe em termos de objeto de estudo, embora não de modo necessariamente central mas suficientemente destacado, permitindo tirar ilações sobre a sua relevância como categoria teórica e como fenómeno

económico-social.

Embora existam antes de Ricardo algumas alusões ao fenómeno em si, é com Ricardo que o problema tem direito a uma explicitação especial, vinculado ao problema derivado da introdução de maquinaria, o que motivou uma grande preocupação sobre os efeitos sociais da substituição dos homens pelas máquinas.

Para Ricardo, o desemprego resultava assim da existência de uma população excessiva em relação ao seu fundo de manutenção onde " a substituição do trabalho humano pela maquinaria prejudica frequentemente os interesses da classe dos trabalhadores" (5).

Embora esta ideia enferme de estaticidade ela revela-se mais fértil que a dos continuadores neo-clássicos, pois visa unificar o conceito de excesso de procura de trabalho com o de libertação de mão de obra para outros sectores e indústrias, e com os ganhos de produtividade que permitem a utilização da mão de obra em serviços, que naquela época só podiam ser de tipo doméstico.

Em Marx, os desempregados resultam da sua análise da acumulação do capital, onde se evidencia a relação de dependência que existe entre o assalariado que transforma a sua força de trabalho (*Arbeitskraft*) em força de valorização crescente (*Arbeitsverwertung*) do capital em aumento.

Essa relação de dependência estabelece as

condições de venda da força de trabalho, que contém implicitamente a sua venda e revenda contínua. A possibilidade do desemprego resulta de uma maior utilização relativa do capital constante em proporção do capital variável, onde " Dieselben Umstaende, die die Produktivkraft der Arbeit erhoet, die Masse der Warenprodukte vermehrt, die Maerkte ausgedehnt, die Akkumulation des Kapitals, sowohl der Masse wie der Wert nach, beschleunigt und die Profitrate gesenkt haben, dieselben Umstaende haben eine relative Ueberbevoelkerung von Arbeitern erzeugt und erzeugen sie bestaendig ".(6)

As constantes variações da composição orgânica do capital geram um desemprego tecnológico. Desemprego onde as possibilidades de uma diminuição da procura de trabalho, resultam não só de uma diminuição do investimento, mas da modificação da estrutura do capital, que, mesmo aumentando globalmente, faz que a sua parte variável o faça a um ritmo menor.

O resultado é uma constante sobrepopulação relativa, o denominado exército de reserva utilizado por Marx como a categoria para designar o desemprego, o qual aparece com várias componentes variáveis, consoante a evolução do ciclo económico.

Tanto para Ricardo como para Marx, o desemprego representa uma tendência intrínseca ao funcionamento do sistema capitalista, pelo que explicitam o seu carácter

de fenómeno social.

Com Marshall o desemprego introduz-se em termos de oferta e procura de trabalho num mercado particularizado; a sua noção de desemprego está ligada ao facto de que " the total number of people changes under the action of many causes " (7), algumas delas económicas, cuja principal e não única variável explicativa é a " average earning of labour". Os ajustamentos entre procura e oferta só são importantes a curto prazo pois "in the long long run the supply of labour in any trade is adapted more or a less closely to the demand for it".... e como Marshall explica " this ajustement between demand and supply can however never be perfect; fluctuations of demand may take it much greater or much less for a while, even for many years, than would have just sufficient to induce parents to select for their children that trade than some other of the some class " (8).

A esta perturbação pode adicionar-se a dificuldade de adquirir determinadas profissões, a vastidão do lazer, a indisciplina. O desemprego é, portanto, um fenómeno de curto prazo, em que determinados desajustamentos entre oferta e procura de trabalho se manifestam como fricções. O desemprego poderá persistir se os ajustamentos exigem muito tempo.

Inaugura-se assim através de Marshall, um modo de representar uma noção que encontraremos familiarmente na

análise económica.

Mas é com A.C.Pigou , tal como nos indica J.M. Keynes, que o estudo do desemprego, em termos teóricos, se faz de modo sistemático. Ele é sem dúvida quem nos oferece, na teoria neo-clássica, a maior contribuição em termos de fundamentos sistematicamente construídos.

A sua noção de desemprego é precisa : " a man is only unemployed when he is both not employed and also desired to be employed "(9). O ser empregado é estabelecido em relação a 1) horas de trabalho por dia; 2) taxas de salário e 3) o estado da saúde humana. Repare-se que a seguir se tomam as horas de trabalho normal como dadas, o que teóricamente é correcto para a análise de curto prazo, mas não será necessariamente assim se consideramos o muito longo prazo, onde o tempo de trabalho é variável e na tendência tende a diminuir (salvo nos periodos de guerra). A segunda questão diz respeito à taxa de salário corrente; o individuo não estará desempregado se estiver disposto a trabalhar por um salário menor quando a produtividade marginal diminua.

O problema da voluntariedade do desemprego é um ponto de maior relevo na argumentação neo-clássica e persiste até os nossos dias. O desemprego resulta da conduta dos individuos que oferecem trabalho, não aceitando empregos que impliquem a descida dos seus salários nominais.

Não é por casualidade que a maior sistematicidade em termos de teoria do desemprego se produza a partir da existência de organismos estatais e sindicais de segurança social, que, de um ou outro modo contribuem, para a protecção social dos desempregados.

O estado da saúde humana assume também contornos totalmente diferentes, pois essa segurança social permite manter os desempregados num estado de capacidade de trabalho em nada comparáveis à situação dos desempregados dos séculos anteriores ou mesmo dos desempregados dos países do chamado tercer mundo.

A importância da contribuição de Pigou reside em fornecer uma definição precisa e clara, integrada num corpo teórico homogéneo, o que evidenciaremos quando estudarmos as causas que Pigou nos aponta, nomeadamente no quadro da concorrência pura e perfeita.

Não constitui nenhum exagero dizer que com J.M.Keynes a abordagem do problema do desemprego se põe de maneira totalmente diferente. Não é matéria desta tese a reconstituição da polémica que opôs Keynes a Pigou sobre este problema. Faremos apenas as referências estritamente necessárias nos pontos seguintes.

A noção que Keynes tem do desemprego é o resultado da ruptura que ele introduz na teoria neo-clássica do desemprego, principalmente do abandono que faz da importância que tem para o equilíbrio do mercado de trabalho o salário nominal, que, segundo ele gera em

considerações redutoras da realidade do fenómeno do desemprego.

Neste capítulo, a contribuição mais importante é a introdução do conceito de desemprego involuntário provocado por variações na procura efectiva, oposto à situação do desemprego como noção voluntária, o desemprego devido a " un déséquilibre temporaire des ressources spécialisées, résultant d'un calcul erroné ou du caractère intermittent de la demande, ou aux retards consécutifs à des changements imprévus, ou encore au fait que le transfert d'un emploi à un autre ne peut être effectué sans un certain délai de telle sorte qu'il existe toujours dans une société non statique une certaine proportion de ressources inemployées à reclasser" (10).

Um aspecto digno de realçar, embora expresso em Keynes apenas implicitamente, é que este considera o desemprego um fenómeno característico da sua época. Não é de esquecer que o seu problema é de responder a um fenómeno massivo e persistente, para o qual a teoria neo-clássica não conseguia resposta.

A procura de uma explicação teoricamente plausível passava por retirar estatuto científico à alegação de que os sindicatos e as condutas dos assalariados seriam as responsáveis pela persistência do desemprego, e também a todos os argumentos que apontavam para os entraves na flexibilidade do salário (11).

é Keynes, que discutindo com Pigou, relembra que uma teoria científica não pode pedir aos factos que se ajustem às suas próprias hipóteses. Se o salário nominal flexível não é assim tão relevante como pretendem insistir os neo-clássicos, o desemprego devera então explicar-se provando que a mesma flexibilidade é possível de ser atingida pela via do salário real.

Com Keynes abre-se uma nova corrente do pensamento económico, que seguindo a sua argumentação, defenderá o conceito de desemprego involuntário: " Il existe des chômeurs involontaires si, en cas d'une légère hausse du prix des biens de consommation ouvrière par rapport aux salaires nominaux, l'offre globale de main-d'oeuvre disposée à travailler aux conditions courantes de salaire et la demande globale de main-d'oeuvre aux mêmes conditions s'établissent toutes deux au-dessus du niveau antérieur de l'emploi" (12).

A importância desta definição vai para além do problema em discussão, e só referimos que é a negação do postulado neo-clássico da "desutilidade marginal" do trabalho que implica que, se existe uma redução do salário real, necessariamente os trabalhadores diminuirão a sua oferta de trabalho, aumentando o seu tempo de lazer (13).

O conceito de desemprego involuntário rompeu transitoriamente a noção única divulgada e aceite nos meios académicos, obrigando os neo-clássicos a

procurarem compatibilizar a sua teoria com a crítica vinda de Keynes. Foi Don Patinkin quem procurou responder a este desafio.

Ele define o desemprego voluntário " as the economic behavior of an individual maximizing utility in the 'normal' environment of a free, peacetime, democratic society, subject to the restraints imposed by the given market prices and his budget. An individual subjected to any additional restraints will be said to be acting involuntary" (14).

A existência de restrições em vários mercados, para além das geralmente expressas nos modelos neo-clássicos, permite aceitar determinados casos de "desemprego involuntário".

Como veremos mais adiante ao estudar as explicações causais do fenómeno, a solução proposta por Patinkin é bastante complexa. Bastará aqui dizer que a noção de voluntariedade refere-se aos indivíduos que actuam numa situação de equilíbrio, quer dizer, que ele estará voluntariamente desempregado se se encontrar na sua curva de oferta de trabalho; " this curve shows the amount of employment wich the workers of the economy want to obtain in the light of the money wage, price level, and budget restraints with which they are confronted "...y mas adelante afirma " it follows that a state of general equilibrium in the economy as a whole, or even a state of partial equilibrium in the market by

itself, is ipso facto a state of full employment" (15). De modo que para explorar a eventualidade do desemprego involuntário será necessário investigar as hipóteses de desequilíbrio dinâmico.

Durante um período importante a seguir à II Grande Guerra as preocupações com o desemprego diminuíram, o período áureo da economia capitalista deu origem uma definição mais feliz de desemprego, o chamado pleno emprego.

M. Aglietta sistematiza em quatro as noções de full employment conhecidas (16):

- le taux de chômage auquel le rythme d'inflation se stabilise lorsque le taux de croissance de la masse monétaire reste constant.

-le taux optimal de chômage volontaire lie au processus individual de recherche d'un emploi.

-le taux auquel le montant de la demande effective globale ne peut plus accroître l'emploi e le volume de la production [a taxa de desemprego será então um residuo da taxa de pleno emprego].

-le taux auquel les demandes e les offres d'emploi non satisfaites s'équilibrent par élimination des entraves structurelles à la mobilité de l'emploi.

Este conjunto de definições resume posições quer do campo neo-clássico, quer keynesiano, que de um ou outro modo identificam o desemprego friccional e estrutural com o desemprego voluntário e o desemprego

motivado pelas flutuações da procura, ou desemprego conjuntural com o desemprego involuntário.

Ao mesmo tempo, é de realçar as duas definições que aparecem: o desemprego como uma taxa à qual a inflação se estabiliza, e o desemprego como um processo de procura de emprego (job search).

A taxa de desemprego à qual toda inflação não antecipada desaparece, é a chamada taxa de desemprego natural. Mais precisamente, uma taxa à qual o ritmo de inflação se estabiliza, uma vez que a taxa de crescimento da massa monetária permanece constante (17).

Esta é a definição preferida da corrente monetarista encabeçada por M. Friedman, divulgada e tornada familiarizar na década do 70. Segundo D.M.Gordon " at a nominal analytic level, the natural rate hypothesis proposes that there is in any economy at any given time a natural rate of unemployment at which labour- and product market balance ensures neither an acceleration nor a deceleration of inflation " (18).

Trata-se portanto de introduzir uma hipótese, que nos descreve a situação de trade-off entre desemprego e preços. Deste ponto de vista, a taxa natural diz-nos que se forem ignoradas certas leis que determinam o emprego óptimo e eficiente, as condições de equilíbrio de mercado serão postas de lado, ou serão transgredidas as próprias leis da natureza.

Trata-se de um conceito que emerge num período de

conturbada movimentação dos preços e de aumento do desemprego com um carácter massivo e crescente, sem que necessariamente se pretenda ligar a noção à cadeia causal que explique o fenómeno, e como veremos no ponto a seguir, trata-se de explicar, - assumindo a hipótese da taxa natural-, um desemprego para além dela, o qual é provocado por um choque exógeno.

A categoria mais parece um alibi teórico, um conceito de barricada ideológica que uma contribuição teórica. O facto de existirem fricções nos mercados e mudanças estruturais, pelo qual o desemprego é sempre positivo, - mesmo no caso de admitirmos um equilíbrio geral, geralmente definido como a ausência de excesso de procura em cada mercado, com a taxa de equilíbrio sendo a taxa natural-, a noção nada nos diz sobre as forças reais que nos permitam avaliar o seu significado explicativo, nem muito menos explicar as suas variações. Uma nova categoria relembra-nos velhos conteúdos.

Mas a noção também se afirma como alternativa ao conceito de Keynes de desemprego involuntário; como afirma S. Salop "this unemployment is due to frictions in the search process and imperfections in information rather than to any deficiency in aggregate demand" (19).

O objeto que se expressa na categoria exclui à partida outro desemprego a não ser aquele, que como diz Salop, deriva do job search ou imperfeições de

informação, que, como veremos no momento de investigar as causas, se referem só ao tipo de desemprego voluntário.

A teoria subjacente à noção referida continua a tradição neo-clássica de que o desemprego, articulando-o agora com a inflação, no sentido em que o mercado de trabalho se equilibra através da variação dos salários reais, e que no equilíbrio a economia atinge uma taxa que é a taxa natural de desemprego. As explicações sobre as variações da taxa natural revelam-se também precárias e são procuradas exogenamente ao funcionamento da economia.

A investigação de R. Lucas, que admite a existência da hipótese da taxa natural, examina o desemprego como um subproduto da sua teoria dos ciclos económicos, mas ele refuta a ideia de continuar a tratar as relações empregador -empregado na base de um vector "of hours of labor services" dos modelos de equilíbrio competitivos, pois eles nada dizem sobre o desemprego (fires, quit, lay-off).

Directamente ligada à noção de taxa natural, está a teoria da procura de trabalho, mais conhecida por job search. De certo modo, este conceito e a teoria que se elabora não são totalmente novos, como aponta J. Frank, Pigou pretendeu dar uma resposta ao desafio de esclarecer por que razão as taxas de desemprego nos anos 20 eram superiores ao nível de pré-guerra, formulando os

primórdios de uma teoria do job search " where unemployment arises as workers shifts between jobs, moving to jobs where their productivity is higher " (20).

O conceito de desemprego na teoria do job search, mantendo-se no quadro teórico neo-clássico do desemprego voluntário, porque são os indivíduos que não aceitam o trabalho enquanto o seu " salário de reserva " seja superior ao salário oferecido-, muda o objecto de estudo para os desempregados, entendidos como indivíduos e não como horas de desemprego.

Estuda-se, contudo, sobretudo o desemprego friccional, incluindo o que afecta os jovens, onde os salários mínimos dos antigos modelos neo-clássicos são substituídos pelos honorários dos aprendizes, sendo as condições de primeira ordem aqueles que caracterizam as hipóteses tradicionais dos modelos neo-clássicos e portanto as conclusões de que sendo os honorários superiores à produtividade marginal, eles deveriam cair a fim de possibilitar a continuação da oferta de emprego, mas as convenções e o estado da "moral pública" (moral hazard) não permitem reduzir os honorários dos aprendizes. O desemprego juvenil é voluntário porque os honorários de reserva transgridem as condições de primeira ordem ou aquelas que correspondem às hipóteses de conduta otimizante dos indivíduos.

Até aqui apresentamos leituras sobre definições,

categorias e noções de desemprego que podemos qualificar como tendo surgido no âmbito de um quadro teórico dominante na análise económica, que alguns autores denominam de tradicional (21). Admitimos que a categoria tradicional não é ainda muito rigorosa, mas queremos utilizá-la para contrapor outras teorias alternativas que nos sugerem abordagens que poderão responder melhor a certos aspectos do problema do desemprego.

E. Fugliese aborda o problema dos desempregados segundo a sua pertença a determinados grupos, o que implica uma ordenação por classes. Primeiro, os desempregados que não obtêm um lugar de trabalho, embora estejam em grau de consegui-lo (trabalhador potencial). Segundo, o trabalhador que perde o emprego no contexto da sociedade industrial, onde a condição de trabalhador é generalizada, as relações de produção capitalistas são dominantes, o desemprego é um acidente das relações industriais. Terceiro, o desemprego dos indivíduos que nunca foram trabalhadores e não virão a sê-lo (p.e. desemprego juvenil).

Estas definições põem o acento sobretudo na identificação do terreno social e histórico em que se movimentam os trabalhadores.

Mais que definições na tradição da análise económica, abrem-se a perspectivas em que o social derivado do económico emerge como maior preocupação, pois entendem que mais que determinar o nível de

emprego-desemprego, trata-se de desbloquear essa análise passando para uma análise em termos de emprego-ocupação no complexo mecanismo das relações interindustrias. Elas incorporam elementos de complexidade que por vezes ficam esquecidas e que vale a pena recordar em situações de desemprego massivo e rápidas mudanças tecnológicas.

A corrente chamada "regulacionista" desenvolve a sua noção de desemprego (chômage) ligado directamente ao conceito de emprego assalariado (emploi salarié), pondo acento na relação de trabalho que se instaura na grande empresa nacional (22). Ela pretende sobretudo responder aos problemas do "desemprego moderno", "...mettent en cause, à des degrés divers, l'ensemble des dimensions constitutives des rapports sociaux et économiques et, en premier lieu, la relation de travail" ... "Il n'est plus possible aujourd'hui de restreindre le chômage à une vision misérabiliste, sociale, au sens étroit, ni à une vision structurée par le concept de marché du travail" (23).

Esta visão pretende substituir, no que respeita ao desemprego, o estudo dos comportamentos que estão no centro da atenção das escolas neo-clássicas ou keynesianas por um modelo de análise centrado na evolução de estruturas, neste caso da evolução das estruturas que caracterizam o sistema do emprego. Faz-se uma abordagem complexa, em que as variáveis de ajustamento não são redutíveis a preços e quantidades,

mas integram-se, como veremos, em toda a evolução histórica-institucional. Assim resalta M. Piore.. " they stand from the presumption that the economy must be understood as the product of a continuing historical evolution and as embedded in social process" (24).

Pretendemos até agora discutir un conjunto de definições relevantes, segundo o critério do aparecimento genético-histórico, a par do critério da sua originalidade e significado. Sem pretendermos ser exaustivos, tencionamos aprofundar no próximo ponto certos aspectos já focados. Trataremos das causas do desemprego visando pôr em evidência as diferentes contribuições que permitam o seu estudo. com o intuito que independentemente das críticas que lhes fizermos, elas não sendo o que que pretendem ser, teorias gerais e únicas, permitem um estudo do desemprego.

A existência de variadas concepções, e portanto de definições, categorizações e noções, são a evidência sem prova necessaria, de que a procura de uma teoria ou quadro teórico precisa de ser repensada. É preciso não esquecer que, tendo as teorias surgido historicamente, elas dizem respeito a sua época. São ao mesmo tempo a continuidade de teorias que se produziram e reproduziram no quadro da evolução das próprias teorias, ou extensões de paradigmas económicos.

2.3. As causas do desemprego. Uma incursão pela teoria

económica.

2.3.1. Os clássicos: Ricardo e Marx o desemprego tecnológico.

1.- As referências de Ricardo às causas do desemprego são poucas e dizem respeito ao efeito que a introdução da maquinaria produz na procura da mão-de-obra. Bem ao estilo da sua obra, o estudo deste efeito relaciona-se com "os interesses das diferentes classes" (25).

Se a introdução das máquinas beneficiasse todas as classes, pensava Ricardo, também deveria ter consequências positivas para a classe dos trabalhadores. O aumento da produtividade aumentaria a produção dos bens salários.

Assim os assalariados receberiam mais produtos pelos mesmos salários monetários, pois beneficiariam de preços unitários mais baixos (efeito de salário real). Por outro lado a procura de trabalho realizar-se-ia sem redução dos salários, visto que sendo ilimitada a procura de bens para além dos alimentares, poderia aumentar-se a oferta de outros bens.

A observação empírica levou todavia Ricardo a entender que "a substituição de mão-de-obra por máquinas é frequentemente muito prejudicial para os interesses da classe trabalhadora" (26), não se confirmando assim o princípio geral de benefícios para

todas as classes.

As razões de uma população excessiva em relação à procura de trabalho (desemprego), deriva-as Ricardo do facto dos capitalistas poderem aumentar o seu rendimento líquido, enquanto que o produto bruto diminui.

O erro reconhecido por Ricardo reside no facto de que a mesma causa (a utilização de maquinaria) que faz crescer o rendimento nacional líquido (parte da produção a que correspondem lucros e rendas) gera uma população excessiva, deteriorando simultaneamente as suas condições de subsistência.

A previsão de que as condições da procura de trabalho se manteriam, mantendo simultaneamente o nível de salário monetário, não se verificariam. De facto, a introdução de máquinas pode ser acompanhada de uma diminuição da produção bruta (que produz os rendimentos equivalentes a lucros, rendas e salários). Como a capacidade de empregar e sustentar a classe trabalhadora depende do produto nacional bruto, se este diminuir, diminuirá também o emprego.

Mas tal situação será, segundo Ricardo, transitória, pois os capitalistas vão transformar em capital parte dos aumentos do rendimento líquido. Os empresários, ao procurar aumentar a eficiência do rendimento líquido transformado em capital, irão contratar uma parte da mão-de-obra despedida anteriormente. Isso pressupõe um aumento da produção de

bens alimentares superior ao fundo de manutenção (através da utilização de maquinaria), que possa permitir inclusivamente empregar toda a população, não existindo excessos de mão-de-obra. (27)

Ricardo percebe também que a libertação de mão-de-obra permite aos capitalistas empregar um maior número de trabalhadores em tarefas de carácter doméstico (serviços). Por outro lado, entende que se aumentassem tanto o rendimento líquido como o rendimento bruto, um aumento da população poderia trazer benefícios em termos de procura de trabalho, pois a concorrência faria baixar os salários, sem deixar todavia de explicar que isso iria prejudicar ainda as condições de vida dos trabalhadores. (28)

2.- A introdução e aperfeiçoamento da maquinaria só poderia ter como consequência certo desemprego friccional, transitório, pois o capital imobilizado procuraria logo emprego onde se valorizar. A mão-de-obra transitoriamente libertada seria posteriormente empregue em outros sectores.

As mudanças tecnológicas acarretariam um certo desemprego friccional e transitório, mas involuntário, se considerarmos que é a procura de trabalho que determina o nível de emprego pretendido.

Nesse caso o emprego diminui a nível micro uma vez que a produtividade aumenta e portanto a relação número de homens/máquinas diminui, sendo necessários

menos trabalhadores. Por outro lado, se a procura de bens de equipamentos a nível macro crescer, o emprego pode aumentar. O desemprego transforma-se num período de ajustamento entre dois empregos, pois a mão-de-obra muda de sector, indústria, ou empresa.

O relativo optimismo de Ricardo sobre o carácter transitório do desemprego, baseia-se todavia na hipótese de que a utilização de maquinaria em substituição de homens é instantânea, que os recursos empregues são desviados de outras esferas para a produção de máquinas, com o que diminui drasticamente a produção alimentar.

Ricardo supõe que a produção de bens de equipamentos só se realiza para o seu proprio sector, e não contempla os factores de melhoramento na produção de bens alimentares, pois na realidade estes melhoramentos estendem-se pelos vários sectores.

Estas hipóteses simplificadoras permitem a Ricardo levantar, em termos analíticos, a questão das vantagens que se tem ao empregar economicamente uma quantidade de mão-de-obra ou uma máquina que produza um rendimento líquido igual ou superior para o capitalista. Desde que o valor empregue pelo capitalista na produção seja o mesmo, um aumento no valor do salário, provocado pela variação dos preços dos produtos agrícolas, gera tendencialmente a necessidade de introduzir máquinas. A mão-de-obra e as máquinas, partindo deste princípio, estão em concorrência, sendo a

substituição de umas por outras neutra, enquanto o salário não aumentar.

O tipo de desemprego estrutural gerado pela introdução das máquinas, desaparece quando os trabalhadores passam de um sector para o sector produtor de máquinas. Admite-se que não existe impedimento que entrave esse movimento, pois um operário pode trabalhar tanto num posto de trabalho como noutro.

Esta hipótese de trabalho homogéneo não contempla a qualificação, a diferenciação salarial, a distribuição geográfica da mão-de-obra. Tal facto é compreensível porque o estudo de Ricardo pretende esclarecer-nos sobre o resultado que a inovação provoca na distribuição da riqueza pelas diferentes classes.

A sua antevisão optimista sobre a existência de forças do mercado que geram mecanismos de correção do fenómeno do desemprego, reduzindo-o a um fenómeno transitório, deriva-se do facto de que um aumento dos rendimentos líquidos conduz a novas poupanças e acumulações. A utilização de inovações permite-lhe introduzir argumentos favoráveis à sua tese de livre comércio, pois a redução dos custos de produção possibilita a sua exportação a preços mais vantajosos.

A introdução de maquinaria a que Ricardo alude é aquela que caracteriza o grande movimento de inovação próprio da primeira Revolução Industrial. O seu esforço teórico está directamente ligado àquele período

histórico. O desemprego é explicado meramente a partir de uma reflexão teórica, sem uma observação estatística rigorosa, mas na base da observação qualitativa dos fenómenos. O desemprego na sua dimensão estatística só seria relevante a partir deste século.

A possibilidade do desemprego tecnológico constitui pois um grande mérito de Ricardo, embora deixe ainda em aberto algumas questões que só viriam a ser clarificadas posteriormente. Passinetti argumenta que o progresso técnico pode causar desemprego sempre que o crescimento do output potencial esteja para além do desenvolvimento da procura (29), o que corresponde na essência à ideia de Ricardo, para quem o problema da procura se resolvia investindo o rendimento líquido, gerando assim um círculo virtuoso de emprego.

A maior parte da análise de Ricardo realiza-se a um nível abstracto, visando elucidar a operacionalidade de determinadas situações. Neste caso foi o estudo da influência das inovações sobre o emprego, de modo a produzir resultados que o levassem a confirmar a verdade de certos princípios, designadamente o da distribuição da riqueza pelas classes. O estudo conclui-se sem verificar a relação entre as previsões sobre as variações entre o emprego e o desemprego, e as formas concretas em que determinados ajustamentos deveriam ter lugar, de modo a definir mais precisamente um movimento emprego/desemprego.

Efectivamente, a revolução industrial, como um surto de inovações tecnológicas, gera um movimento não só de destruição como também de criação de postos de trabalho cujo saldo negativo representa um tipo de desemprego estrutural. Paralelamente, este movimento é acompanhado de um movimento cíclico dos investimentos, que gera um tipo de desemprego conjuntural. Assim torna-se difícil diferenciar entre estes dois tipos de desemprego, questão que até hoje continua a levantar problemas às abordagens em termos de tipos ou categorias de desemprego.

3.- Para Marx, um "ricardiano criativo", a análise das causas do desemprego, como foi sucintamente dito anteriormente, está directamente ligada à sua teoria da acumulação e à formulação de uma lei geral da acumulação capitalista.

A teoria da acumulação está directamente ligada a sua teoria da mais-valia, que se baseia no duplo carácter do trabalho da mercadoria especial força de trabalho, a qual, ao vender-se, produz e reproduz o seu valor, acrescentando um mais valor, o trabalho não pago, de que o comprador desse trabalho se apropria e acumula. A acumulação é assim um constante utilizar da força de trabalho.

3.1.- Em determinadas proporções de capital, o que Marx chama de composição orgânica, mantendo-se

inalteradas as suas partes variável e constante, a procura de trabalho e o fundo de subsistência crescem na mesma proporção.

A acumulação da mais-valia pode levar a uma maior procura de mão-de-obra, inclusivamente superior à sua oferta, com o que o salários aumentam. Este aumento de salários, diminuirá as condições de valorização do capital (a curto prazo). " Die Akkumulation nimmt ab. Aber mit ihrer Abnahme verschwindet die Ursache ihrer abnahme, naemlich die Disproportion zwischen Kapital und exploitablem Arbeitskraft. Der Mechanismus des kapitalistischen Produktionsprozesses beseitigt also selbst die Hindernisse, die er voruebergehend schafft. Der Arbeitspreis faellt wieder auf ein den Verwertungsbeduerfnissen des Kapitals entsprechendes Niveau" (30).

O desemprego transitório é resultado dos movimentos na acumulação, os quais se reflectem como movimentos relativos da massa da força de trabalho explorável. O salário é uma variável dependente dos movimentos de uma variável independente, a acumulação.

Neste caso as três variáveis que interactuam são a acumulação, o salário e quantidade de mão-de-obra, sendo a acumulação quem comanda esta interrelação.

Praticamente não temos objecções a fazer a esta análise, sendo de notar que ela é válida a curto prazo, sem alterações das condições do funcionamento do sistema

de livre concorrência. Não existem nem entraves institucionais do tipo salário mínimo ou segurança social, nem económicos, pois os mercados são competitivos e sem barreiras, seja a da mobilidade do capital ou do trabalho. O sistema autoregula-se, sem intervenção de forças exógenas.

3.2.- Que acontece se muda a composição orgânica do capital? A mudança na composição orgânica é constatada por Marx através da crescente mudança na composição técnica do capital e da consiguiente produtividade do trabalho, que tem por significado " die Abnahme der Arbeitsmasse verhaeltnismaßig zu der von ihr bewegten Masse von Produktionsmittels" (31), o dito de outro modo.." in der Groeßenabnahme des subjektiven Factors des Arbeitsprozesses, verglichen mit seinen objektiven Faktoren" (32).

A acumulação em termos quantitativos impulsiona a mudança qualitativa dos meios de produção, a ampliação do capital tem a sua correspondência qualitativa na mudança da composição orgânica, uma transformação tecnológica do capital original. Muda a relação entre as partes constante e variável, e " Da die Nachfrage nach der Arbeit nicht durch den Umfang des Gesamtkapitals, sondern durch den seines variablen Bestandteils bestimmt ist, faellt sie also progressiv mit dem Wachstum des Gesamtkapitals, statt, wie vorhin unterstell,

verhaeltnismaeßig mit ihm zu wachsen".(33)

A absorção de uma quantidade adicional de operários, e inclusivamente a manutenção do nível de emprego, requer uma acumulação de capital global acelerada e em progressão crescente; esta acumulação crescente e concentração do capital, por sua vez, convertem-se em fontes de novas mudanças na composição orgânica e promovem a diminuição novamente acelerada da sua parte variável relativamente a sua parte constante.

Essa diminuição relativa da sua parte constitutiva variável, acelerada com o crescimento do capital global e acelerando em proporção maior que o próprio crescimento deste, aparece, por outro lado, como um incremento absoluto da população operária, o qual é sempre mais rápido que o capital variável, correspondente aos meios que são necessários para empregá-la. " Die kapitalistische Akkumulation produziert vielmehr und zwar im Verhaeltnis zu ihrer Energie und ihrer Umfang, bestaendig eine relative, d.h. fuer die mittleren Verwertungsbeduerfnisse des Kapitals ueberschuessige, daher ueberfluessige oder Zuschuß-Arbeiterbevoelkerung" (34).

A capacidade de emprego da mão-de-obra será, além do mais, determinada pela força produtiva do trabalho. A população poderá assim encontrar-se relativamente supranumerária, com a acumulação que modifica a composição orgânica do capital e aumenta a força

produtiva do trabalho.

Em rigor, se a aceleração da acumulação fosse de tal modo que se absorvesse a mão-de-obra, a superpopulação relativa não teria razão de existir. Constituir-se-ia transitoriamente uma reserva de mão-de-obra, denominada por Marx como exército de reserva, a qual, dada a dinâmica de acumulação, se torna uma necessidade para a mobilidade do capital. Segundo esta óptica, deve olhar-se para o desemprego como uma solução económica para os problemas das necessidades de mão-de-obra.

Repare-se que esta visão do desemprego em Marx emerge de um quadro optimista, em que a acumulação, forma de riqueza produzida ou "pluscapital", permite a ampliação dos mercados, o surgimento de novos sectores e indústrias, os quais precisam de modo crescente de mão de obra.

Se a expansão do sistema capitalista conhece limites perante a existência de uma menor quantidade de trabalho, a acumulação e o progresso técnico, que é uma das suas consequências, esbatem essa barreira, transformando a superpopulação em alavanca da sua expansão, sempre que o excedente o permita e que a valorização do capital seja normal.

Um outro aspecto a sublinhar, que se retira da análise de Marx, é que com o aumento do capital variável, embora em proporção inferior ao seu

crescimento anterior, pode verificar-se a modificação da estrutura da força produtiva do trabalho, contratando por exemplo trabalhadores mais produtivos, mais experimentados, com o qual se modifica a própria estrutura da procura de trabalho.

Dito de outro modo, pode-se mobilizar mais trabalho e melhor qualificado, sem necessidade de contratar uma maior quantidade de mão-de-obra, enquanto que, por outro lado, os meios de produção, à medida que aumenta seu volume e eficácia, perdem importância como meio de ocupação dos operários (35). Esta ideia, que encontramos também em Ricardo, é resultado do que podemos denominar um produto da dinâmica concorrencial, a que muda as condições técnicas de produção e também as forças produtivas do trabalho, trazendo também como consequência mudanças nas qualificações exigidas para o exercício de uma profissão.

A dinâmica capitalista é o produto natural da concorrência, que vai gerar diferenças na rentabilidade dos diferentes capitais, os quais, para manter a sua competitividade, vão reagir a curto prazo procurando estabilizar o custo salarial, pressionando a sua descida, e, a medio-longo prazo, modificando as condições técnicas de produção.

O desemprego que resulta da actividade dos agentes económicos, que actuam na análise clássica de Marx e Ricardo como representantes subjectivos das leis

objectivas que regulam o funcionamento do sistema económico, é um fenómeno inerente ao sistema, uma lei económica que não encontra restrições enquanto um dos polos da dicotomia empresários/trabalhadores hegemoniza totalmente o processo de emprego da mão-de-obra.

Recorde-se que a resposta dos trabalhadores às inovações tecnológicas na primeira metade do século passado, foi o movimento de destruição das máquinas, o qual foi precedido da primeira manifestação organizada. Com efeito, o movimento cartista apresentou alternativamente à destruição das máquinas, uma carta de reivindicações que integrava salários, horas de trabalho, protecção social face ao desemprego e às más condições de trabalho.

3.3. Da análise de Marx resulta claramente que os desempregados são um conjunto pertencente à força de trabalho. A existência de desemprego está relacionada com a quantidade de trabalhadores que diminui face às mudanças na composição técnica.

Em caso de redução do trabalho a uma norma (número de horas variável e estipuladas por negociação, por exemplo), provavelmente o desemprego até poderia desaparecer (número de horas ajustável ao número de trabalhadores disponíveis), podendo inclusivamente assegurar-se a lucratividade dos capitais. O desemprego reduzir-se-ia a uma taxa que variaria conforme as necessidades de expansão o contracção do capital, seria

de curto prazo e meramente fraccional.

Se tal acontecesse à escala nacional ou à medida que a economia capitalista se internacionaliza-se, a hipótese da livre concorrência devia ser substituída por uma hipótese de regulação de várias variáveis: salários, nº de horas de trabalho, taxa de lucro normal, mobilidade da mão-de-obra.

Este tipo de análise fica fora das possibilidades de Ricardo e Marx, considerando que os agentes económicos subjacentes às suas análises são efectivamente concorrenciais, sendo as formas de regulação do sistema em moldes monopolistas uma mera possibilidade teórica. Repare-se que em Marx, como de resto em Ricardo, o trabalho é assumido homogêneo e subordinado ao comando do capital para além de que se atribui ao sistema uma capacidade de autoregulação.

Pretender estender a análise de Marx ao tempo moderno afigura-se-nos um erro ; as condições de funcionamento do sistema modificaram-se bastante, de modo que, mesmo sendo a sua análise muito frutífera , a sua previsão para o tipo de desemprego limita-se às hipóteses subjacentes às suas deduções.

Marx só considera a por si chamada reprodução ampliada de tipo extensivo, que permite a ampliação da acumulação aumentando também o emprego. O desemprego só existirá quando o investimento não absorva toda a oferta de trabalho ou quando o seu movimento cíclico provoca



uma menor procura de trabalho, até restabelecer a lucratividade do capital, ou mesmo quando o capital no seu movimento pelas diferentes esferas, arrasta atrás de si o trabalho, obrigando-o a emigrar seja de um sector para outro sector, seja geograficamente.

Uma forma diferente de funcionamento do mercado obrigaria a por-se a hipótese de que mesmo aumentando o capital constante, a sua economia é tão grande que a parte de capital variável diminui absolutamente. Esta hipótese, não sendo contraditória com a análise de Marx, constitui porém uma extensão possível.

Tal facto é relevante quando o desemprego aumenta de forma crescente durante vários períodos, o que os economistas do trabalho denominam desemprego estrutural, embora se apontem outras causas, como veremos.

Um outro aspecto que fica fora da análise de Marx é o chamado desemprego voluntário, possível no nosso tempo pelas modificações institucionais que se operam no mercado de trabalho. Este desemprego resulta do peso social e político superior que começa a ganhar o factor trabalho nas relações sociais, que obrigam os empresários a novas formas de gestão da mão-de-obra.

A necessidade de estudar particularmente a oferta da mão-de-obra numa época em que os interesses dos trabalhadores estavam subordinados à hegemonia do capital, revelar-se-ia para Marx provavelmente supérflua, considerando tal problema sem significância

quantitativa.

A análise marxista moderna não tem tido desenvolvimentos significativos, residindo sua essência na reprodução, procurando encontrar-se nela as causas do desemprego massivo.

Procura-se descobrir formas de desemprego que existem para além das flutuações cíclicas, a chamada "stockende Ueberbevoelkerung", a sobrepopulação em stock, reservas de trabalho de longa duração que não têm hipótese de conseguir emprego, os que se retiram do mercado de trabalho resignados o frustrados, os que antecipadamente se reformam, as mulheres que só conseguem trabalho em part-time ou se dedicam ao trabalho doméstico.

As causas deste tipo de desemprego estão num "langfristiges sich eng mit dem Krisenzyklus verflechtendes Doppelsprozeß "....."während die wissenschaftlich-technische Entwicklung von heute, die die Produktivskraefte zum Teil sprunghaft entfaltet und von dem Krisenprozessen des monopolistischen Kapitalismus eher noch beschleunigt statt verlangsamt wird, den Arbeitern in den Kapitalistischen Laender aus den Produktionsprozeß verdraengt" (36).

Se os trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho, isto quer dizer que existe um desemprego para além daquele considerado por Marx no seu exército de reserva. Se um capital fica ocioso, não transitoriamente

ou conjunturalmente, mas sim permanentemente, o desemprego assume um carácter estrutural. O sistema revela-se incapaz de absorver este tipo de desemprego, com características involuntárias, sem criar outro tipo de problemas macro-económicos. A solução, podemos adiantar, só será provavelmente encontrada na mudança das normas institucionais que regulamentam as relações no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Um último aspecto que gostaríamos de salientar é o marcado ostracismo a que a análise de Marx foi votada. De facto, se não fosse Malinvaud a chamar a atenção para a contribuição de Marx para o por ele apelidado desemprego causado por ausência de investimento, a sua análise permaneceria razoavelmente desconhecida.

O desemprego gerado a partir das mudanças tecnológicas a que Ricardo e Marx aludem pode ser qualificado de tipo estrutural com características involuntárias.

2.3.2. Marshall e Pigou. O desemprego voluntário .

1.- Para Marshall a causa do desemprego reside na inadequada relação existente " num determinado momento de tempo", entre o "standard" (nível normal) de eficiência do trabalho com o "standard" dos salários.

A reflexão de Marshall concentra-se naturalmente na oferta de trabalho, o que se deriva do facto de que

na antevisão neo-clássica os trabalhadores, nas suas opções individuais maximizantes, voluntariamente causam a sua situação.

Porque motivo o trabalhador se desemprega? Marshall aponta várias razões: desde a fadiga física e moral, o ambiente pouco sã, o seu associativismo mal percebido, o pela ocupação do tempo livre para lazer, o actividade política ou social, considerando que a desutilidade do trabalho se incrementa com a severidade da duração do trabalho (37).

Para Marshall a oferta deverá prever os movimentos futuros da procura e dos preços, a qual varia consoante a organização da indústria, ajustando-se às suas flutuações.

O mecanismo que leva o desempregado a abandonar o mercado de trabalho é o seguinte: O nível normal dos salários é expresso em dinheiro e como o valor real do dinheiro muda de uma década para outra ou flutua rapidamente em cada ano, os "standard" monetários não trabalham bem, são rígidos, não proporcionam uma perfeita elasticidade.

Esta situação é agravada pela atitude dos sindicatos que pressionam para o crescimento dos "standard" dos salários monetários durante os períodos de inflação de crédito, com o que crescem os preços e diminui o poder de compra da moeda.

Os trabalhadores desejam receber salários mais

altos, medidos pelo poder de compra real e, portanto, salários mais altos em termos monetários, inclusivamente para os trabalhos cuja produtividade desce para além do "standard" da plena e normal eficiência .

Naturalmente essas pessoas, como membros dos sindicatos, exigem tarifas superiores à sua eficiência. Mas à situação de expansão segue-se a depressão : descem os preços e o poder de compra da moeda cresce, o valor real do trabalho baixa e o seu valor monetário desce mais depressa.

O nível dos salários monetários obtidos durante o período de expansão é agora muito superior de modo a não deixar uma margem de lucro (a good margin of profit) "even an the work of a fully efficient men ". As empresas procuram então os trabalhadores mais produtivos.

Se os sindicatos insistem na sua política de defesa dos salários nominais elevados anteriormente, menor será o emprego agregado "at good wages". A sua recomendação é que, a longo prazo, cada sector industrial prosperaria se utilizasse vários níveis de eficiência do trabalho em correspondência com os níveis de salários, estando Marshall convencido de que altos salários impedem a produção em alguns sectores, enquanto que necessariamente incrementam o desemprego em outros sectores.

Mas o remédio efectivo para o desemprego " is a

continous adjustement of means to end, in such way that credit can be based on the solid foundation of fairly accurate forecast " (38).

Marshall estabelece assim uma cadeia causal onde a gestão monetária seria a causa que levaria à ilusão monetária dos trabalhadores e dos seus sindicatos, que deveriam, para permanecer nas suas curvas de oferta, comportar-se nas várias fases do ciclo dos negócios de modo a adequarem os seus salários à sua eficiência, possibilitando que os lucros se mantivessem a um nível "normal". Marshall aceita que a expansão do crédito leva a uma maior procura de trabalho, pressupondo a hipótese de que a oferta se mantém constante (nº de empregados, o que na realidade não é necessariamente assim), provocando a subida dos salários.

Sendo a sua análise de curto prazo, a subida dos salários provocará a subida dos preços, mantendo a lucratividade das empresas, espiral que se interrompe no início da fase depressiva, com os preços a cair e o poder de compra da moeda a subir.

O facto de Marshall pensar que a solução estaria na procura de um mecanismo monetário que permita a subida dos salários, é sugestiva e viria a conhecer desenvolvimentos posteriores, nomeadamente em Keynes.

O que todavia predomina nas conclusões de Marshall, e posteriormente na maioria dos autores neo-

clássicos, é a responsabilização dos assalariados nas causas do desemprego, os quais, ao não permitirem a baixa dos salários nominais, quando estes são inferiores à sua produtividade marginal, não permitem um ajustamento que restabeleça o equilíbrio.

2.- O autor que sintetiza e sistematiza a análise geralmente conhecida pela teoria do desemprego neoclássico é A.C. Pigou, que pode também ser denominada uma teoria do full employment, ou da negação da existência do desemprego involuntário (a categoria é de Keynes). Pigou define o pleno emprego " as the employment of all would be wage-earners minus such as are estopped from employment through defects of mobility or other like friction (39).

Uma teoria que explique o desemprego voluntário, tem que provar que não existem causas no funcionamento do sistema que provoquem o desemprego massivo.

Pigou esclarece-nos que sem alterações que perturbem o sistema, a quantidade de emprego permanece constante, sendo $x+y = Q$ em que x é a quantidade de trabalho empregue na indústria representativa de consumo, y a quantidade de trabalho empregue na industria representativa do investimento. $F(x)$ e $Y(y)$ são os output de cada um dos sectores.

O modelo admite a simplificação da produção, tomando um bem em cada sector. Como se trata de uma análise de curto prazo, o equipamento assume-se

constante. Assim sendo, as variações no output são o resultado da variação positiva do emprego. Quer dizer, $F'(x)$ e $Y'(y)$ são sempre positivos.

Se aceitarmos sempre rendimentos crescentes $F''(x)$ e $Y''(y)$ são > 0 . Para rendimentos constantes $F''(x)$ e $Y''(y)$ são $= 0$; esta é a hipótese de Pigou se se aceitar que, em condições de actividade moderada, seja em x ou em y , existe uma produtividade marginal constante do trabalho ou este " may plausibly be predicted ". Sejam n_1 e n_2 as elasticidades de procura para $F(x)$ e $Y(y)$ [definidas positivamente são funções de $F(x)$ e $Y(y)$].

As procuras e ofertas de trabalho para o investimento devem estar exactamente equilibradas $\tilde{x}(r) = f(r, F(x))$, com y a oferta de trabalho para investimento, escreve-se $y = f(r, F(x))$, sendo r a taxa de juro.

Em equilíbrio, existe uma relação entre a quantidade de emprego e a taxa de salário real em x e y , respectivamente. Sendo w_1 a taxa de salário real em termos de bens de consumo na indústria de consumo e w_2 a taxa de salário real para a indústria de bens de investimento. Isto constitui uma situação pouco clara, pois os salários deveriam ser representados só em função de bens de consumo.

Sabemos que x e y são as quantidades de trabalho, $F(x)$ e $Y(y)$ as quantidades de output e n_1 e n_2 as

elasticidades. Classicamente, nas condições de concorrência pura e perfeita, a taxa de salário real em cada indústria, em equilíbrio, deve ser igual ao valor descontado real do seu produto marginal. Se h_1 e h_2 são os períodos de produção, ou os intervalos entre o pagamento do salário ao trabalhador representativo e a venda final do seu output nas indústrias de consumo e investimentos, pode escrever-se $W_1/(1-rh_1)=F'(x)$ e $W_2/(1-rh_2)=Y'(y)$, e se considerarmos rh_1 e rh_2 muito pequenas teremos as nossas conhecidas condições $W_1=F'(x)$ e $W_2=Y'(y)$.

Este resultado pode ser também considerado nas condições de concorrência monopolista com a introdução das elasticidades $W_1=(1-1/n_1)F'(x)$ e $W_2=(1-1/n_2)Y'(y)$.

Sendo p_1 e p_2 os preços de venda dos bens de consumo e investimento, podemos escrever a relação de equilíbrio com o rendimento monetário I : $p_1 F(x)+p_2 Y(y)= I$; se escrevemos w para a taxa monetária do salário, o equilíbrio obriga a que seja a mesma nos dois sectores, teremos $w/p_1=W_1$ e $w/p_2=W_2$. Eliminando p e W_2 re-escrevemos:

$$\{F(x)/(1-1/n_1)F'(x)+Y(y)/(1-1/n_2)Y'(y)\}w = I.$$

Com $I=g(r)$ em que a política monetária é normal seja a do tipo do rendimento constante seja a do tipo de juro constante, escreve-se para abreviar: $F(x)/(1-1/n_1)F'(x)=k_1$, similarmente para y temos $(k_1+k_2)w$

$=g(r)$. (40)

Se a política monetária é dirigida a manter o nível de preços constantes, teremos p_1 constante, pelo que :

$$p_1 = \{1/(1-1/n_1)F'(x)\}w = \{k_1/F(x)\} w = \text{constante}$$

Segundo Pigou o problema é saber o valor de w , com o que o sistema fica indeterminado pois x , y , e r também são desconhecidos. Para tornar o sistema determinado, Pigou recorre à nossa equação $x+y=Q$ "a quarta equação do sistema" (41). Esta equação será alvo das críticas de Keynes por introduzir um círculo vicioso, provando com uma hipótese aquilo que se procurava esclarecer.

A equação diz-nos que a) o emprego agregado é igual à quantidade de "available labour", ou $x+y=Q$ constante b) é estabelecida a condição de que as taxas de salário são fixadas pelas autoridades ou através da negociação colectiva, de modo a que $w = T$ constante .

Pigou observa que com a quarta equação o sistema fica determinado , mas com a equação alternativa $w = T$, este ficaria sobredeterminado. As implicações levam a admitir uma ou outra alternativa, anulando-se porém a hipótese de que o estado ou o governo possam fixar o emprego e o salário simultaneamente, devendo portanto optar por uma ou outra alternativa.

É com a equação $x+y=Q$ ou $w = T$ que se fixa a chamada posição "classica" ou " the classical view "

(42). A observação de Pigou vai no sentido de que $x+y = Q$ não implica que o pleno emprego existe sempre, mas sim que "tend to be established". Isto significa que, na ausência de perturbações, a equação teria sempre essa forma, mas como as perturbações existem e os "money wages are in some degree sticky", o pleno emprego realiza-se apenas tendencialmente.... pois existe "always a strong force making for the establishment of the equation $x+y = Q$ (43) .

Estas forças operam para vários valores de T , sendo na média dos bons e maus negócios esta equação a dominante. Como as perturbações existem, o pleno emprego é menor que o emprego de facto.

As restrições provêm do facto de não existirem condições de competição pura e perfeita, mobilidade do trabalho e uma correlação saudável entre as taxas salariais e a procura de trabalho.

A concorrência livre e perfeita no interior do "work people" é limitada pela política salarial, a qual é exercida seja pelo governo, por meio da fixação dos salários mínimos seja através das negociações colectivas com os sindicatos visando determinar a política salarial. O problema consiste em que, evidentemente, as taxas salariais são superiores àquela taxa em que o desemprego seria nulo.

A crença segundo a qual existe um mecanismo ou força que permite supor que "in a given environment,

the trend of employment is tied, as it were an elastic string, to the trend of the number comprised in the available labour force " (44).

Este mecanismo é explicado por Pigou da seguinte maneira " when the percentage of unemployment is heavy, competition among wage earners for work, hampered and delayed as it is by frictions and elements of monopolistic policy, leads presently to the acceptance of lower money wages, whereas, on the other hand, when the percentage of unemployment is small, competition among employers for scarce labour tends to push money wages up. When, however, money wages are reduced, this in general makes it profitable to employers to engage more men; and conversely. Thus, when the proportion of the available labour force in employment falls bellow the norm, a process is brought into play which tends to raise it, and, again, conversely. With no friction and no immobility, whether the norm was full employment in the literary sense of something less than full employment, these correcting adjustments would continue to maintain the norm. In active life, when friction and immobility exist, they would constitute it the constant centre round which employment oscillated" (45).

As condições para que o mecanismo funcione são duas: primeiro as taxas de salário monetário não devem ser rígidas e tendem a longo prazo a descer com a pressão da procura decrescente de moeda. Segundo, com

toda probabilidade, e produto da acção da política monetária e bancária, reduções na taxa monetária dos salários fa-la-ão mais atractiva aos olhos dos empresários, os quais vão empregar mais mão-de-obra (ou aumentar o nº de horas de trabalho).

Para saber se o mecanismo funciona, Pigou socorre-se da evidência empírica . Na época em que as taxas salariais não eram rígidas, a resistência a descida em situações de preços decrescentes era uma premissa plausível, susceptível de não contrariar as hipóteses teóricas, como aliás o próprio Pigou refere, baseando-se nas estatísticas desde metá do século XIX até 1913, quer dizer antes da guerra.

Outra situação deve considerar-se, segundo Pigou, com a entrada em cena dos sindicatos, da "unemployment assurance and assistance", pois emerge uma certa rigidez, responsável por essa viscosidade dos salários.(46)

Em relação à segunda condição, Pigou concentra a sua atenção nos cortes das taxas de salário monetárias não associadas às expectativas, mas consideradas entre duas posições de equilíbrio de curto prazo, quando todas as funções relevantes são dadas. Sendo o nível da taxa monetária mais baixa, permitirá estimular os empresários a contratar mais mão-de-obra.

Assim sendo , estão criadas as condições que forçam o sistema para o equilíbrio. Em sentido rigoroso,

a teoria neo-clássica, fruto das fortes hipóteses introduzidas, não fornece uma explicação para o desemprego senão de um modo tautológico, pois o sistema ou está em equilíbrio, ou se encaminha nessa direcção. O desemprego reduz-se a perturbações ou fricções, a falta de mobilidade da mão-de-obra, portanto é um fenómeno de curto prazo e está sujeito a correcções pelo sistema; é preciso apenas que deixem o sistema funcionar sem intervenções externas.

Mas "the classical view" deve ser cuidadosamente distinguida "from current caricatures of it", adverte Pigou, embora ele próprio não deixe de contribuir para essa caricatura pois também ele fornece argumentos em que os responsabilizados são sempre os sindicatos e os trabalhadores, por não permitir que os salários sejam flexíveis conforme as variações da produtividade marginal.

Esta discussão faria mais sentido se se discutisse não o "monetary wage cutting", mas a "good margin of profit", ou as condições para que o investimento se sinta suficientemente estimulado para que em prazos adequados restabeleça um equilíbrio, cujo nível dependerá das condições de oferta de trabalho. Mas isto será discutido mais adiante.

É possível apontar uma certa perplexidade de Pigou, relativamente à impossibilidade de esclarecer as altas taxas de desemprego se seguiram a Grande Guerra,

face à ineficácia da teoria em explicar casos diferentes dos da áurea situação de concorrência pura e perfeita.

Geralmente para explicar o desemprego, aos argumentos tradicionais das restrições institucionais ou perturbações, uniam-se outros como o aumento da população, a falta de mobilidade territorial, a falta de estímulos ao investimento, etc.

A validação de tais argumentos, aparece dificultada, pois, a seguir ao período referido, a população activa diminui na Europa, milhões de homens emigram para os EUA, a jornada de trabalho diminui generalizadamente para 8 horas por dia, ao qual se acrescenta uma imensa necessidade de reconstruir os territórios destruídos pela guerra.

Se a teoria económica descreve a forma, como nos diria Robbins, a história económica entrega-nos a substância (47). A substância da análise económica permite-nos reflectir sobre a validade histórica de uma assunção como aquela da quarta equação de Pigou onde " $x+y = 0$ ", que permite aos economistas afirmar que o sistema tende a autocorregir-se.

Por que razão uma hipótes se perpetua para além do seu período de validade histórica? Isto pode ser objecto de discussão metodológica que momentaneamente não nos interessa. Só será possível compreender esta questão se associarmos ao surgimento da teoria uma

cosmovisão dos fenómenos , ou antevisões que constituem a direcção ideológica-social dessa teoria.

Esta antevisão corresponde, no caso de Marshall e Pigou, à crença ou certeza de que o sistema capitalista é o melhor sistema em funcionamento, e que as forças de mercado asseguram a melhor afectação dos factores produtivos .

Quanto a forma a análise económica proposta por Marshall e Pigou privilegia o curto prazo, entendido como o período de não-equilíbrio, desequilíbrio em que têm lugar as pequenas variações no equilíbrio ou se comparam os efeitos de diferentes tendências para o equilíbrio (48).

Esta análise estática que privilegia para o desemprego um único mercado, o de trabalho, concentrando a sua atenção na oferta, resulta claramente ultrapassada na sua hipótese de que a longo prazo o equilíbrio prevalecerá necessariamente.

Torna-se difícil a sobrevivência científica de uma teoria quando o estado do equilíbrio final, em vez de uma taxa de desemprego de 3.5-5 % como nos refere Pigou , deve considerar taxas de desemprego de 11-17% (49).

é hoje evidente que um desemprego massivo que perdura no tempo não se deixa esclarecer pelo método da estática comparativa, quando ao mesmo tempo põe em dúvida espíritos mais inquietos sobre a tal capacidade

de autorregulação.

Quanto a forma, critica-se a substância da análise anterior e aborda-se o fenómeno pelo lado da procura. É o surgimento da Teoria Geral, que aborda o desemprego de um modo totalmente diferente.

É o fim do paradoxo no pensamento económico como bem aponta Robbins " at the time when the disproportionate development of particular lines of production has wrought more chaos in the economic system than an earlier period in history, there should arise the naive belief that a general resort to mass production, whenever and wherever it is technically possible, regardless of the conditions of demand, will see us out of our difficulties. It is the nemesis of the worship of the machine, the paralysis of the intellect of a world of technicians ". (50)

Embora se pretenda explicar o desemprego, formulando uma teoria de carácter geral, aponta-se só para o tipo de desemprego friccional com características voluntárias. O desemprego massivo da Grande Depressão só poderia resultar, no dizer de Modigliani, de um profundo e massivo ataque de preguiça das populações.

2.3.3. J.M. Keynes : o desemprego involuntário.

O propósito de Keynes vai para além de uma mera revisão da teoria sobre o emprego, iniciando aquilo que se conhece como " a revolução keynesiana", uma subversão da ciência económica que obviamente transcende o nosso estudo sobre o alcance da sua teoria em termos de análise causal sobre o desemprego. Iremos por isso abordar três problemas que, estando interrelacionados, permitem melhor enquadrar a sua contribuição na teoria do desemprego.

2.3.3.1. A crítica de Keynes à teoria neo-clássica do desemprego.

Keynes, na sua crítica á teoria do desemprego neo-clássica identificada na obra de Pigou (51), começa por aceitar sem reparos o primeiro postulado desta teoria, de que o salário deve ser igual ao produto marginal do trabalho.

Ele reconhece também que, com uma subida do emprego, os salários devem descer, pois a produtividade do trabalho diminui. Isto pode interpretar-se como a aceitação e aplicação da análise marshalliana de curto prazo, em que as condições técnicas e a quantidade de meios de produção não mudam, em que o produto marginal diminui com o aumento do emprego.

Se tal acontecer deverão os salários reais

descer, de modo a permitir o aumento do emprego. Mas ele nega a validade do segundo postulado, segundo o qual a utilidade do salário, quando se usa um determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego.

A existência deste postulado é o que permite explicar o desemprego como sendo voluntário ou friccional, excluindo a existência do desemprego involuntário. O trabalhador arbitra entre aceitar um salário que não aumenta a sua utilidade marginal ou dedicar mais tempo ao lazer, quando o salário que permite o equilíbrio de pleno emprego é inferior a essa utilidade marginal, em concordância com a hipótese de agente maximizador. Optará assim, por maximizar o seu tempo de lazer, sob a condição *caeteris paribus*.

A rejeição deste postulado, que equivale também a rejeitar a existência de uma curva de oferta de trabalho, deixa indeterminada a quantidade de trabalho que será empregue.

Tal implica a adopção de outras hipóteses sobre a conduta dos indivíduos que trabalham, implicando a procura de outras causas não apontadas por Marshall e Pigou. O mercado de trabalho no sentido neo-clássico não existiria; impõe-se portanto outro método que não o comparativo estático.

O convencimento de Keynes de que o segundo postulado não corresponde à conduta dos trabalhadores é

extraído da sua observação empírica, e constitui assim uma hipótese diferente. Ele sublinha que no caso de descida dos salários nem os empregados nem os desempregados diminuem a sua oferta de trabalho.

O carácter involuntário do desemprego pode-se também reconhecer quando os trabalhadores desempregados que estão dispostos a trabalhar pelo salário normal não diminuem a sua oferta de emprego, mesmo quando o custo de vida sobe e os salários reais descem.

Chega-se por esta via a conclusão de que o salário monetário equivalente na forma de bens de consumo não representa a desutilidade do trabalho, pois os trabalhadores estariam dispostos a trabalhar por um salário mais baixo.

Keynes chama a atenção para o facto dos contratos e negociações entre empresários e trabalhadores só determinarem o nível do salário monetário. Os trabalhadores não seriam contra a redução do salário real, nem têm possibilidades de determinar a sua evolução a priori.

Segundo ele, a sua atenção estaria mais centrada na manutenção do seu salário real relativo, relativo ao salário de outras categorias profissionais. Também não fazem oposição à descida do seu salário real, quando existe um aumento do volume total da ocupação, " à moins qu'elles n'aillent jusqu'à menacer de faire tomber le salaire réel au-dessus de la désutilité

marginale du volume d'emploi existant ". (52).

Estas reflexões de Keynes constituem a base da teoria keynesiana tal como ela é difundida. O sistema keynesiano é simplesmente transformado num equilíbrio com subemprego, aceitando-se que os salários monetários são rígidos à baixa.

A oferta de trabalho orienta-se pelo salário monetário, enquanto que a procura o faz segundo o salário real. Contrariamente aos empresários, os trabalhadores sofrem de ilusão monetária, que se demonstra na sua resistência em aceitar reduções no salário monetário enquanto que não protestam contra determinadas reduções nos salários reais, resultantes da subida dos preços dos bens salariais.

Actualiza-se a tese, com salários monetários rígidos, da responsabilidade dos sindicatos e trabalhadores, que ao impedir a necessária redução dos salários ao nível da produtividade marginal do trabalho, não permitem o aumento do emprego.

Pensamos que pode ser feita uma leitura diferente de Keynes, em que a determinação do volume total do emprego depende mais dos empresários que dos trabalhadores, é vamos desenvolvê-la.

Keynes pretendeu sobre tudo demonstrar a existência do desemprego involuntário, é que resulta do desenvolvimento realizado no capítulo segundo da Teoria Geral, que se centra sobretudo na conduta dos

operários. (53)

No desenvolvimento posterior põe-se ênfase na contestação ao princípio de Say, o qual se define " pour tout volume de la production considérée dans son ensemble, le prix de la demande globale soit égal au prix de l'offre globale ". (54)

Isto equivale a dizer, segundo Keynes, que não existe obstáculo para o pleno emprego. Se o princípio de Say não for verdadeiro, i. é., não for verdadeiro que o preço da procura e da oferta global se igualem, existirá a necessidade de formular devidamente a teoria do emprego.

As hipóteses de Keynes supõem que o salário nominal e o custo de outros factores são constantes por unidade de trabalho empregue, hipótese que elimina posteriormente, mas sem alterar o essencial da argumentação.

A teoria de Keynes pode ser enunciada assim "lorsque l'emploi croît, le revenue réel augmente. Or l'état d'esprit de la communauté est tel que, lorsque le revenue réel global croît, la consommation globale augmente, mais non du même montant que le revenue. Par suite les employeurs réaliseraient une perte, si l'emploi supplémentaire était consacré en totalité à produire des biens de consommation immédiate. Pour qu'un certain volume d'emploi soit justifié il faut donc qu'il existe un montant d'investissement courant suffisant

pour absorber l'excès de la production totale sur le volume que la communauté désire consommer lorsque l'emploi se trouve a cet niveau . Car, faute d'un tel montant d'investissement, les recettes des entrepreneurs seraient inférieures au chiffre nécessaire pour les décider à offrir ce volume d'emploi ".(55)

Sendo assim, dada a propensão ao consumo e a taxa de investimento corrente , " il n'y aura qu'un seul volume de l'emploi compatible avec l'équilibre ; tout autre volume conduirait à une inégalité entre le prix de l'offre globale et le prix de la demande globale de la production considérée dans son ensemble. Ce volume ne peut être plus grand que le plein emploi; en d'autres termes le salaire réel ne peut être moindre que la désutilité marginale du travail ..." e Keynes aponta... "il n'y a pas raison de penser qu'il doive être égal au plein emploi".(56)

Nessa situação, a procura efectiva representaria um caso especial onde a propensão a consumir e o incentivo a investir se encontram numa situação particular que, de acordo com a teoria clássica, é uma relação ótima, .."mais elle ne peut exister que si, pour des raisons fortuites ou voulues, l'investissement courant assure un montant de demande exactement égal à l'excès du prix de l'offre globale de la production résultant du plein emploi sur le montant que la communauté désire dépenser pour la consommation

lorsqu'elle est employée à plein ". (57)

De passo Keynes reforça a sua ideia de que a estabilidade dos salários é sem dúvida uma contribuição para o equilíbrio, na medida em que a função de consumo se assume como estável.

2.3.3.2. A determinação do nível de emprego pela procura efectiva.

Keynes resume a sua teoria num conjunto de oito propostas (58):

1. Para a técnica, os recursos e os custos dados, o rendimento, monetário o real, depende do volume da ocupação (hipótese de curto prazo).

2. Designamos por D_1 a relação entre o rendimento da comunidade e o que se pode esperar que se gaste em consumo, que dependerá das características socio-psicológicas da população (propensão ao consumo). Quer dizer $C = F(Y) \Rightarrow Y = F(N)$.

3. N , volume de trabalho, depende de D , que é a soma de D_1 e D_2 ; onde D_1 já foi definido e D_2 é a soma dedicada a novos investimentos. $D = D_1 + D_2$ é a procura efectiva.

4. $D_1 + D_2 = D = \theta(N)$, onde θ é a oferta global e como D_1 é função de N , escrevemos $D_1 = \xi(N)$ pelo que da diferença entre $\theta - \xi$ obtemos D_2 , um resultado bastante útil.

5. Em equilíbrio, o volume de emprego depende a) da função de oferta θ , b) da propensão ao consumo \bar{I} e c) do volume do investimento D_2 .

6. Para cada valor de N existe uma correspondente produtividade marginal do trabalho nas indústrias de bens de consumo, que determina o salário real. Deste modo, a verificação do ponto 5) fica sujeita à condição em que N não pode exceder daquele aquele valor que reduz o salário real até o igualar à desutilidade marginal da mão-de-obra. Modifica-se assim a hipótese de que os salários nominais são constantes, pois torna-se incompatível quando existem modificações em D .

7. Na teoria clássica, de acordo com a qual $D = \theta(N)$ para todos os valores de N , o volume de emprego está em equilíbrio indiferente (Keynes utiliza o termo "neutral equilibrium") sempre que N seja menor que o máximo, caso em que a concorrência dos empresários o elevará ao máximo, atingindo-se assim um equilíbrio estável.

8. Se o emprego aumenta, D_1 também o fará, mas em menor grau; se o rendimento sobe, o consumo elevar-se-á mas em menor grau. A chave da teoria encontra-se nessa lei psicológica, porque a partir dela se induz que quanto maior o emprego, maior será a diferença entre o preço de oferta global (Z) da produção que lhe corresponde e a sua procura (D_1) que os empresários esperam recuperar com os gastos dos consumidores.

Portanto, se a propensão ao consumo não mudar, o

emprego não pode aumentar, a menos que D2 aumente de modo a colmatar a diferença entre Z e D1. O sistema económico pode encontrar-se num equilíbrio estável com N inferior a pleno emprego, não significando necessariamente emprego total da força de trabalho.

Isto é, ao nível dado pela intersecção da função de procura global e a função de oferta global, que não corresponde ao pleno emprego excepto no pressuposto, que defende a teoria neo-clássica que existem forças capazes de fazer com que D2 cresça o suficiente de modo a que $Z - D1 = 0$.

Se o volume de emprego é determinado pela procura efectiva, então não é fixado pela desutilidade marginal, medida em salários reais, excepto no caso em que a oferta disponível de mão-de-obra para uma dada magnitude de salários reais indique um nível máximo ao emprego. Keynes não rejeita completamente a hipótese de que a desutilidade marginal contribua para a determinação do volume de emprego, só o reduz a um caso particular.

São a propensão ao consumo (pac) e a taxa de investimento novo (rate of new investment, J.M.K) que determinam o volume de emprego, ao qual se encontra associado um nível determinado de salários reais, e não ao contrário, como supõe a teoria neo-clássica.

Se a propensão ao consumo e a taxa de investimento novo se traduzem por uma insuficiência da procura efectiva, o volume de emprego reduzir-se-á,

permanecendo a um nível inferior a oferta de mão-de-obra potencial disponível ao salário real actual, e o salário real de equilíbrio será maior que a desutilidade marginal do nível de equilíbrio do emprego.

Uma insuficiência de procura efectiva travará o processo de produção, embora o produto marginal da mão-de-obra exceda ainda em valor a desutilidade marginal do emprego.

O facto de uma comunidade possuir uma riqueza considerável leva-la-á a aumentar a poupança, debilitando a propensão ao consumo. Desse modo conclui-se que as oportunidades de novos investimentos são menores, a menos que a taxa de juro desça o suficientemente rápido a fim de aumentar o incentivo a investir.

Encarando deste modo os factos e reflectindo as consequências das conclusões teóricas de Keynes, as causas do desemprego estão dependentes das flutuações na procura efectiva, a qual, por sua vez, varia conforme as modificações na propensão ao consumo, a eficiência marginal do capital, e a taxa de juro.

Convém reter o facto de que Keynes nega qualquer determinação a priori do equilíbrio, a sua redução a categoria metafísica pressuposta na aceitação da equação de Pigou $x + y = 0$.

O seu raciocínio visa procurar demonstrar o carácter particular da hipótese neo-clássica de que os

empresários investirão até ao ponto em que o salário seja igual à produtividade marginal do trabalho, a fim que o gap entre rendimento e consumo, com a hipótese conjugada de rendimentos constantes ou decrescentes, seja compensada suficientemente pelo investimento. Com a hipótese de rendimentos crescentes, sem a modificação da propensão ao consumo, nos mover-nos-emos na esfera do paradoxo enunciado por Robbins, onde o equilíbrio será sempre instável e inalcançável.

Uma ideia queremos deixar aqui que não encontrará continuação imediata, mas que vale a pena não esquecer para o desenvolvimento posterior, designadamente o papel que tem as expectativas na determinação do nível de emprego.

Keynes é um dos primeiros economistas a introduzir as expectativas como um elemento vital para compreender a atitude dos vários agentes económicos, que encontra hoje desenvolvimentos na teoria das expectativas racionais. (59)

Keynes realça que o nível de emprego depende, em todo o momento e num certo sentido, não só do estado actual das expectativas como das que existiram durante o período anterior, mas que o emprego presente pode-se explicar correctamente ao dizer-se que está determinado pelas expectativas de hoje, consideradas com o equipamento produtivo actual.

As expectativas raramente se podem omitir; são

submetidas a revisão continua e gradual e realizar-se-ão efectivamente adequando-as aos resultados obtidos. São estas expectativas de curto prazo que determinam a produção e o emprego. Parece-nos sensato admitir, diz-nos o autor, que os resultados efectivos mais recentes continuarão, excepto no caso em que existam razões precisas para esperar uma mudança.

Temos que, todavia, saber diferenciá-las das expectativas que se geram com os bens de investimento, pois as expectativas de curto prazo do produtor baseiam-se nas expectativas correntes de longo prazo do investidor, as quais não podem ser revistas em intervalos curtos, como as previsões de longo prazo de acordo com os resultados obtidos.

Regressando à análise anterior a este esclarecimento, continuamos a investigar a determinação do nível de emprego.

Esta determinação é associada, como sabemos, ao problema da procura efectiva, a qual "is substantially, the same if we assume that short-period expectations are always fulfilled" (60).

O facto de se não verificar a lei de Say obriga a uma reflexão que, em Keynes assume duas direcções. Em primeiro lugar, implicará esclarecer como se utiliza o rendimento para além de D1 e D2 (C e I na linguagem mais correntemente usada). Em segundo, lugar implicará que o "revenue" só pode ser dispendido para além de C e

I. Isto, segundo Keynes, acontece apenas numa economia monetária " où le revenue peut être utilisé par des raisons autres que celles de la consommation et de l'investissement, i.e. la thésaurisation " (61).

Numa economia monetária a moeda deve ter, por definição, o poder de ser detida na qualidade de reserva de riqueza, " ma s'il en est ainsi, le revenue peut être en partie thésaurisé et la demande peut se révéler insuffisante pour s'égaliser à l'offre à un niveau qui permet la pleine utilisation des forces productives. Dans ce cas, la demande pourrait constituer une limite à l'augmentation de l'offre, permettant ainsi l'existence du chômage involontaire " (62).

Em termos de causas do desemprego equivale a dizer que todo o problema se desloca para os factores que determinam a procura.

Sendo o consumo uma função crescente e estável do rendimento, o estudo centrar-se-á no investimento, cuja importância na determinação do rendimento é estudada por Keynes enquanto estuda a eficiência marginal do capital e a taxa de juro.

Começaremos primeiro pela taxa de juro, pois ela constitui uma variável importante junto com a eficiência marginal do capital para discutir o problema do desemprego.

2.3.3.3. A determinação da taxa de juro e o desemprego

involuntário.

Keynes aparta primeiro a ideia neo-clássica que a taxa de juro seja determinada pela intersecção das curvas de poupança e investimento.

Levanta-se o problema de desenvolver positivamente uma teoria alternativa sobre a taxa de juro. Esta está associada à sua ideia sobre a preferência pela liquidez..." Cette notion associée aux préférences psychologiques des individus par rapport au temps, doit justifier l'existence d'une demande positive de monnaie en tant que moyen de détenir richesse, qui trouve dans l'existence de l'incertitude à l'égard du taux de l'intérêt futur sa condition nécessaire... " (63), a taxa de juro é então...." the factor which adjust at the margin the demand for hoards to the supply of hoards " (64).

Mas as considerações de Keynes vão mais longe, pois a preferência pela liquidez associa-se ao problema da procura da moeda, posta por Keynes num quadro das preferências psicológicas dos indivíduos em relação ao tempo.

Numa economia monetária, os indivíduos arbitram entre consumir e poupar, e sendo a poupança uma forma de deter riqueza, ela pode ser entesourada ou transformada num activo diferente da moeda (quase moeda). " Cette arbitrage est censé être effectué par le taux de

l'intérêt qui est désormais considéré comme la récompense de la renonciation à la liquidité (65).

Uma das conclusões que Keynes extrai é a invalidade da teoria quantitativa da moeda, que estava implícita na análise de Marshall e Pigou, sendo a sua própria definição sobre a procura da moeda diferente delas.

O problema será portanto " se demander sur de motifs qui gouvernant de préférences pour la liquidité équivaut à se demander sur les raisons de la détention de la monnaie "...ou..." pourquoi aime-t-on mieux conserver la richesse sous, une forme qui rapporte un intérêt faible ou nul que sous une forme que rapporte un certain intérêt "(66).

Aos tradicionais motivos aceites pela maioria dos economistas, i.e., motivo rendimento e motivo profissional, adiciona Keynes os de especulação e precaução, os quais se associam à existência de uma determinada incerteza quanto ao futuro da taxa de juro, que não é senão a desconfiança que se gera produto da incerteza sobre a procura de moeda enquanto meio de retenção de riqueza, " because partly on reasonable and partly on instinctive grounds, our desire to hold money as, a store of wealth is a barometer of the degree of our distrust of our calculation and conventions concerning the futur "(67).

Essa incerteza leva-nos a ser precavidos, diz-nos

Keynes, como um natural sentido de segurança relativamente a riquezas futuras equivalentes. Independentemente do valor positivo da reflexão teórica, Keynes deixa-nos uma outra indicação relativamente ao papel das convenções, ideia que também menciona Pigou, a que provavelmente tem sido pouco explorada na análise económica ou reduzida a uma variável exógena dada, constante para o curto período.

A existência de um mercado de "créances", conduz à diminuição da procura de dinheiro por motivo de precaução, podendo aumentar a procura de moeda por motivo de especulação. Keynes adopta a hipótese de associar os dois motivos, fazendo ambos depender do rendimento. Associa-se só ao motivo de especulação a procura de moeda e esta à taxa de juro, o que equivale a dizer que o motivo de especulação fica associado diretamente à taxa de juro devido ao .." desir de profiter d' une connaissance meilleure que celle du marché de ce que réserve l'avenir (68).

Tendo determinado os motivos que levam os indivíduos a conservar dinheiro, conclui-se que a função de preferência pela liquidez é extremamente instável e elástica. Se fosse o contrário, bastaria um pequeno declínio do rendimento monetário para conduzir a uma queda da taxa de juro, "probably sufficient to raise the output and the employment to the full " (69).

A caracterização feita tem como consequência a

determinação da taxa de juro.. " Il est le prix qui équilibre le désir de détenir la richesse sous la forme de monnaie et la quantité de monnaie disponible " (70).

Representando por $L(r)$ a curva de preferência total pela liquidez, com $M1$ a quantidade de moeda efectivamente existente e r_1 a taxa de juro de equilíbrio corrente, sendo assim a quantidade de moeda " est le second facteur, qui joint à la préférence pour la liquidité détermine le taux effectif de l'intérêt en des circonstances données " (71).

Para Keynes duas categorias são equivalentes, a propensão a entesourar (propensity to hoard) e a preferência pela liquidez. Deslocações na curva de preferência pela liquidez terão como consequência modificações na taxa de juro, e não da quantidade de moeda. Por sua vez, a quantidade entesourada só pode alterar-se se as quantidade de moeda e as quantidades do rendimento se alterassem.

A taxa de juro é, como citamos acima, o factor que ajusta a procura e oferta de meios de entesouramento. A taxa de juro crescerá ou diminuirá conforme o faça a preferência pela liquidez, e " l'instabilité de la préférence se traduira par l'instabilité du taux de l'intérêt et par conséquent du revenue et de l'emploi ". (72)

Uma quantidade de moeda dada pode implicar uma taxa de juro de equilíbrio superior à taxa de equilíbrio

de pleno emprego. Uma variação no sentido da baixa da taxa de juro, que ajusta a oferta M , permanecendo inalteradas as " circunstâncias dadas ", contribuirá para uma variação positiva do investimento favorecendo a produção e o emprego; um aumento da oferta de moeda poderá diminuir a taxa de juro, se a função não se deslocar, portanto os movimentos são movimentos ao longo da curva.

Tal não acontecerá " si les préférences du public pour la liquidité augmentent plus que la quantité de monnaie " (73). Mas as relações que se estabelecem entre quantidade de moeda e taxa de juro, não implicam necessariamente que um aumento da oferta de moeda , provocará uma diminuição da taxa de juro. M. Farto sublinha a este propósito .." Notons tout d'abord que tel que le problème est posé, on associe à une variation correspondante ou presque de la demande, i.e. une espèce d'élasticité de la demande par rapport à l'offre très élevée" (74).

Keynes prevê duas situações... primeiro" un accroissement de la quantité de la monnaie cause tant d'incertitude au sujet de l'avenir que les préférences pour la liquidité dues au motif de précaution s'en trouvent renforcées..." e segundo... .." et q'en même temps l'opinion quant aux valeurs futures du taux de l'intérêt soit si unanime qu'une faible variation des taux actuels détermine une variation massive de la

demande de monnaie "(75).

Se é assim .."nous pouvons affirmer que dans ces conditions, suggérées par Keynes, non seulement la fonction de préférences pour la liquidité se déplace, mais en 'même temps', et pour les mêmes raisons, sa forme peut changer " (76), o que equivale a dizer que se a oferta de moeda é dada, a função de preferência pela liquidez determina a taxa de juro, a qual não pode ser aquela correspondente ao de pleno emprego.

Teremos assim a conclusão que procurávamos. A taxa de juro pode não ser aquela que induz os empresários a investir de modo a segurar o pleno emprego. A taxa de juro de referência para os empresários é aquela que não exceda à eficiência marginal

Mas, a teoria de Keynes não está exenta de críticas, nomeadamente a de como considerar os efeitos perversos da política monetária (variação da oferta de moeda), pois uma revisão das antecipações poderia provocar um deslocamento da curva de preferência de modo a que a taxa de juro ficaria indeterminada a curto prazo, "il semble toutefois qu'une telle situation se traduisait par l'indetermination du taux de l'intérêt, le déplacement de l'offre se traduisant par un déplacement de la demande dans une mesure imprécise ". (77)

A resolução do problema prende-se com a determinação da taxa de juro de longo prazo. Uma

interpretação possível associa " esta análise au taux dit normal conventionnel, de longue période, est d' emblée grande. On pourrait alors interpréter l'analyse précédente en disant que, malgré la possibilité de faire baisser le taux de l'intérêt courant à travers des mesures monétaires de façon à faire s'approcher du niveau auquel le plein emploi, il existe de possibles effets pervers, dûs non essentiellement à une habilité, grande ou petite, des autorités monétaires, mais à l'existence d'une tendance du système économique à revenir à une situation dite normale, associé à un taux conventionnel de longue période".(78)

A consequência desta análise para a nossa reflexão sobre o desemprego é capital. Admitindo que a análise causal fosse relevante, ela circunscrever-se-ia ao campo estrito do curto prazo, aos fenômenos ditos de perturbações a que Pigou faz alusão.

Se a determinação da taxa de juro é significativa para os desequilíbrios de curto prazo, fica em aberto a determinação do longo prazo. Keynes remete o problema e a sua solução para as convenções, frequentemente consideradas dadas.

O problema posto é o de encontrar o mecanismo que permita estabilizar a função de preferência pela liquidez; os detentores de riqueza revêm as suas antecipações de modo a que a curva de procura de moeda se desloca sempre, de modo a fazer concordar a quantidade de moeda

com a taxa de juro considerada normal, que sabemos tem uma importância vital na determinação do emprego.

Se essa taxa de juro de longo prazo se situa ao nível "normal", então toda a variação da oferta de moeda terá por efeito, não a baixa da taxa de juro, mas sim uma mudança das previsões sobre o futuro.

Esta é justamente uma das conclusões que procuramos, e que corresponde à importância que Keynes, em antevisão, atribui a taxa de juro. Embora ele a analise no curto prazo, deduz consequências para o longo prazo, no sentido em que atingida uma posição de equilíbrio, o sistema poderá trabalhar estavelmente em pleno emprego.

O desemprego que se procura esclarecer é aquele que varia conjuntamente a partir do pleno emprego, o qual tem como causa a situação gerada pelas mudanças na preferência dos detentores de riqueza, se considerados a diferente lucratividade dos seus activos, o que desestabiliza a taxa de juro requerida para que o sistema funcione ao pleno emprego.." si em même temps, ce taux d'intérêt dit normal est supérieur à celui qui permet le plein emploi, alors le chômage involontaire pourra exister " (79).

Assim o próprio Keynes alerta " le lecteur devrait maintenant voir clairement les difficultés qui s'opposent au maintien d'une demande effective suffisante pour assurer le plein emploi du fait qu'un

taux d'intérêt à long terme conventionnel et assez stable se trouve associé à une efficacité marginale du capital capricieuse et fort instable " (80).

Deste modo, o desemprego involuntário aparece como consequência da baixa da eficácia marginal do capital, conjugado com a viscosidade da taxa de juro de longo prazo, devido à convenção e à estabilidade.

Keynes afirma " à l'heure actuelle, et il en sera sans doute de même à l'avenir, la courbe de l'efficacité marginale du capital est, pour un grand nombre de raisons, beaucoup plus basse qu'au XIX^e siècle. La gravité et la particularité des problèmes contemporains vient donc du fait que le taux moyen de l'emploi peut être tellement inacceptable pour les détenteurs de richesse qu'il est impossible de l'établir facilement par de simples manipulations de la monnaie " (81).

Deste modo, sendo a taxa de juro viscosa e de certo modo rígida, a baixa por manipulação da oferta de moeda, será conseguida apenas, se a autoridade monetária convencer os detentores da riqueza e a opinião pública, que a taxa de juro alcançada perdurará no futuro, o que significa que a convenção é susceptível de não provocar resistências excessivas, mudando-se assim a taxa considerada normal.

Mas este acto discricionário do poder governamental pode contrariar a forte crença nos detentores de riqueza segundo a qual existe um mecanismo

automático de ajustamento da taxa por um lado, e por outro lado a ideia de que deve existir uma taxa mínima aceitável, tornando mais difícil contornar a sua forte estabilidade.

Pode-se, sem dúvidas, ficar perplexo face a relação que se estabelece para a determinação da taxa de juro de longo prazo. A sua determinação aparece agora invertida, pois é introducida uma forte dose de arbitrariedade através do poder discricionário da autoridade monetária, que é chamada a estabelecer as bases convencionais e arbitrais que vão condicionar a preferência pela liquidez. Um problema teórico sem fácil resposta.

Existe uma interpretação do desemprego involuntário que reduz o problema a um chamado " caso keynesiano". Segundo Modigliani " we have the keynesian case, when the full employment equilibrium rate of interest is less than r " ...e..."the demand for money as an asset is infinitely elastic " (82).

Esta interpretação recebe o nome de "keynesian case", justamente porque vai ao encontro da ideia antevisionária de Keynes sobre o comportamento da taxa de juro no longo período. Tratar-se-ia de um caso limite, o que equivale a dizer que a teoria geral se reduziria, como contribuição teórica, ao estudo desse caso limite, interpretado como la impossibilidade de fazer descer a taxa de juro para além de um determinado

nível por causa da armadilha de liquidez.

O estudo da forma da curva está associado a esse caso limite. É possível abordar por uma outra óptica, os deslocamentos dessa curva de modo a explicar de outro modo, mais geral, a existência do desemprego involuntário. Segundo M. Farto, neste caso o desemprego involuntário existiria pelo facto de que, sendo a taxa de juro baixa, embora maior que aquela que assegura o pleno emprego, toda a tentativa de a baixar pela simples manipulação monetária levaria os agentes a rever as suas antecipações, ajustando as suas procuras de moeda de modo a absorver a moeda adicional.

2.3.3.4. O desemprego involuntário e a rigidez do salário monetário.

O facto de Keynes aceitar que os salários monetários são viscosos à baixa, não se deve às imperfeições no mercado de trabalho, mas sim às propriedades e funções da moeda. Isto constitui em si mesmo uma tese, um programa de investigação científica (83).

Se tomarmos em conta o facto de que os salários expressos em moeda são mais estáveis que outras formas de riqueza, a sua estabilidade é uma contribuição intrínseca à própria estabilidade do sistema. Juntamente com esta problemática, Keynes desenvolve a sua concepção em torno da existência de várias taxas de juro

específicas sobre as diferentes formas de riqueza.

É justamente na existência destas diferentes taxas de juro que Keynes vê um obstáculo para o aumento do emprego; o raciocínio é o seguinte... " dans le mesure que la production croît, les taux d'intérêt spécifiques des différentes richesses ont tendances à baisser à des rythmes différents, car il n'y a aucune raison pour que ces taux soient égaux. Par conséquent les richesses dont le taux baisse plus vite, voient leur production limitée à travers le mécanisme décrit, par le taux de intérêt qui baisse plus lentement. " ... c'est celui des taux d'intérêt qui déclinent le plus lentement lorsque le stock de richesse en général s'accroît qui peut tenir en échec la production bénéficiaire de toutes les richesses durables autres que celles à laquelle il se rapporte.. " constituant donc un obstacle à l'augmentation de l'investissement, de la production et de l'emploi " (84).

Essa taxa é para Keynes a taxa reguladora do sistema económico, a qual deve cumprir também a função de padrão monetário; deverá, como moeda, ter uma procura elástica em relação aos stocks líquidos, elasticidade de produção e substituição nulas. Desse modo, a taxa de juro específica da moeda será a mais alta.

Pode-se concluir com Keynes que sendo a propensão ao consumo dada "... le flux d'investissement ne peut plus être accru lorsque le plus élevé des taux

d'intérêt spécifiques de toutes les richesses existantes est égal à la plus élevée des efficacités marginales de toutes les richesses, exprimés l'un et l'autre dans le même étalon " (85).

Os salários nominais são portanto viscosos, segundo Keynes, não tanto porque os sindicatos sejam intransigentes em aceitar a sua baixa, mas pelo facto de que são pagos em moeda; é na moeda e suas propriedades que deve procurar-se a sua viscosidade.

A essas propriedades específicas da moeda estão associadas as funções de meio de troca e reserva de valor que fazem com que a taxa específica seja a mais alta. Desse modo, a moeda serve de medida de valor para estipular os salários e o crédito, com o que o valor da produção ficará estável quando expresso em moeda, o mesmo acontecendo com os salários nominais.

Se não se pudesse manipular a quantidade de moeda, a produção só se poderia acrescentar (bem como o emprego) através de uma deflação ilimitada dos salários monetários.

Para Keynes o mercado de trabalho só permite determinar a procura de trabalho. Sendo assim, o emprego é determinado pelo nível da procura efectiva, implicando a fixação do salário real.

Consequentemente as flutuações no nível de emprego traduzem-se em flutuações no nível do salário real." Alors si ce salaire était plus visqueux que le

salaire monetaire le système serait intrinséquement instable " (86), mas como foi dito anteriormente, a rigidez dos salários monetários, não encontra a sua causalidade nas rigideces institucionais, mais ao facto que tendo a medida do valor uma tendência a ser mais estável, todos os contratos expressos em moeda comportan-se no mesmo sentido (87).

Chegamos assim a estabelecer a conclusão que procuravamos sobre a causa do desemprego involuntário que não à atribuida as fricções no mercado de trabalho, ou ao "keynesian case".

A persistência do desemprego involuntário explicar-se-ia pelo facto dos salários serem rígidos à baixa, uma condição que contra a opinião neo-clássica contribui para a estabilidade do sistema e, portanto, do emprego. Se os salários fossem totalmente flexíveis, como pretendem impor as antevistas neo-clássicas.." le chômage involontaire pourrait encore exister car une petite baisse pourrait se montrer insuffisante dû à l'élasticité de la demande de monnaie par rapport au taux de l'intérêt, alors qu'une grande baisse de salaires pourrait provoquer anticipations perverses " (88).

Estas implicações conjugam-se com o facto de que Keynes não atribui ao sistema uma capacidade de correcção automática, de modo que o desemprego só poderá corrigir-se actuando do lado da procura de moeda,

assegurando que se passe de um nível de produção a outro, mudando a taxa de juro normal através da autoridade monetária, que assume um carácter discricionário e social procurando mudar as convenções sobre aquilo que os diferentes grupos sociais hegemónicos consideram normal.

A sugestão de Keynes provocou uma forte polémica no seio dos economistas, não só pelo controverso da sua teoria, mas talvez e sobretudo porque justifica a necessidade de intervenção política, que no dizer de Joan Robinson é motivo que suscita fortes sentimentos e violentos conflitos de interesses (89).

Mas o argumento mais forte que legitimou a nova Teoria Geral foi a decisão de uma série de governos capitalistas de dar curso a uma série de medidas de política (90) como que confirmando que o sistema precisava de choques externos tendentes a levá-lo ao caminho desejado. Keynes não se limitou a explicar o fenómeno, propôs remédios concretos aumentando o grau de eficácia do alcance do seu próprio projecto.

Uma avaliação dessas medidas e dos seus resultados também não é pacífica. Há quem diga que não fora a II Grande Guerra, o sistema não teria entrado numa nova fase de crescimento económico, mas isto não é uma preocupação do nosso trabalho.

Mas o que é uma preocupação deste trabalho, embora de modo colateral- ou um subproduto desejado- é

conhecer certas motivações a priori dos teóricos em análise, e no caso de Keynes são, com maior razão, motivo de reflexão.

Porquẽ uma nova teoria? Normalmente responde-se a esta questão sublinhando o carácter preocupante do desemprego massivo existente na época, somado ao conflito social potencial que tal fenómeno contém em si num quadro de ascensão do comunismo e do fascismo.

Segundo Skikidelsky R., a resposta deve procurar-se nas convicções éticas e nos valores políticos da epistemologia que influenciam a construção de .." un modelo economico che rese analiticamente efficace una visione economica in cui le abitudine a risparmiare della borghesia avevano perso la loro funzione sociale; e la loro persistenza rendeva effettivamente le cose peggiore di quello che dovevano essere ". (91)

A ideia de entesouramento ocupa efectivamente um lugar central na reflexão de Keynes sobre as funções do dinheiro e a determinação da taxa de juro, problemas teóricos associados ao comportamento de determinados agentes. Segundo Skidedelsky, a teoria de Keynes reflectiria a tentativa de dar conta da mudança comportamental de um grupo social que, na época da concorrência pura e perfeita, assegurava, aceitando como convencionalmente ajustada a taxa de juro vigente, a acumulação (entesouramento) necessária aos investimentos.

De resto, o próprio Keynes observou que durante o século XIX, o desenvolvimento da população e das invenções, a cultura de novas terras, o estado de confiança e as guerras entre as nações teriam sido suficientes, se consideradas conjuntamente com a propensão ao consumo, para permitir uma curva de eficiência marginal do capital de modo a permitir um nível de emprego suficiente compatível com uma taxa de juro bastante alta, a fim de resultar psicologicamente aceitável aos detentores da riqueza (92).

Isto equivale a dizer que, se alguém deveria ser responsabilizado pela situação de subemprego, são aqueles que deveriam assegurar a acumulação necessária aos investimentos. Keynes pensa a teoria económica não como uma ciência do ordem natural das coisas, mas como uma ciência ético-moral, a qual ao procurar as causas dos fenómenos económicos, pretende produzir efeitos positivos no bem estar total, onde o desemprego constitui um imperativo moral a estudar.

Convém insistir, concluindo a nossa análise em duas ideias. Primeiro, Keynes considera o desemprego involuntário não como o resultado de um mau funcionamento dos mercados, bem pelo contrário, como o resultado do funcionamento normal dos mercados numa economia monetária. A hipótese do desemprego involuntário não resulta de um quadro de concorrência imperfeita, mas sim permanece rigorosamente no quadro da

concorrência pura e perfeita, o melhor ainda de uma economia essencialmente diferente do ponto de vista qualitativo, " dont une des caractéristiques essentielles est qu' elle produit le chômage involontaire (93).

Esta é uma conclusão cheia de força e constitui uma premissa de análise mais realista e objectiva do funcionamento do sistema capitalista.

Se o desemprego voluntário se explica pelo lado da oferta, o desemprego involuntário, qualquer que seja o tipo a que de lugar, será abordado pelo lado da procura, que será procura efectiva.

Se Keynes por um lado procurou demonstrar a existência do desemprego como involuntário, também não negou a existência do voluntário, como ficou dito anteriormente, permitindo assim ampliar o campo dos tipos de desemprego em análise.

Aliás, como ele próprio escreve explicitamente, para além do desemprego friccional, onde se registam todos os casos de desemprego que surgem por intermitências da procura devido a maus cálculos, ou por dificuldades da mobilidade da mão-de-obra, ou por desequilíbrios surgidos nos recursos especializados, portanto um conjunto de recursos não-empregues, admite também o desemprego voluntário, que surge pela obstinação de não aceitar a remuneração em concordância com a produtividade marginal atribuída, negação que pode

ser livre ou imposta pela legislação, pela negociação coletiva dos contratos ou pela simples obstinação humana (94).

Tal seria o desemprego normal, que provoca atrasos nos ajustamentos seja sectoriais, seja regionais seja inter ou intra profissional, próprio da dinâmica capitalista, em quanto ela como sistema está em expansão.

A contribuição de Keynes, considerando o desemprego um fenómeno inerente ao sistema, deve ser vista assim como o resultado de uma visão em que o imperativo moral para uma geração de intelectuais está por acima dos sofismas, com os quais pretendeu romper, única via por onde a ciência pode progredir.

2.3.4. Patinkin e o desemprego involuntário.

O estudo do desemprego é para Patinkin o duplo resultado da sua visão neo-clássica de uma parte e da sua leitura e interpretação de Keynes por outra. Como definimos anteriormente o desemprego involuntário só existirá no caso de existirem restrições que impeçam o indivíduo de se comportar como sujeito maximizador neo-clássico.

Essa conduta exprime-se graficamente nas curvas de oferta e procura, onde os agentes se comportam voluntariamente, satisfazendo as condições de equilíbrio, caso contrário o indivíduo actua

involuntariamente.

Especificamente "the norm of reference to be used in defining involuntary unemployment is the supply curve of labor; for this curve shows the amount of the employment which the workers of the economy want to obtain in the light of the money wage, price level, and budget restraints with which they are confronted. Henced as long as workers are 'on their supply curve'- that is, as long as they succeed in selling all the labour they want to at the prevailing real wage rate- a state of full employment will be said to exist in the economy".

(95). Sendo assim, no equilíbrio existirá sempre pleno emprego, variando conforme se produzam alterações nos salários reais, ou nos factores objectivos e subjectivos que determinam a curva de oferta do factor trabalho.

O problema de determinar o desemprego involuntário implica responder à questão de saber como é que os indivíduos são obrigados a comportar-se involuntariamente. Tal acontecerá quando os agentes estejam fora da curva de oferta.

A resposta de Patinkin toma em consideração a tradicional resposta neo-clássica onde a existência do pleno emprego é assegurada com a flexibilidade dos salários monetários, os quais tendem a descer quando se produz excesso de oferta, assegurando o equilíbrio. Segundo ele, esta é uma verdade tautológica, carente de importância e sem significado, pois nada diz sobre as



forças que geram o desemprego, sobre a relação entre o nível de salários reais e o volume de desemprego, e sobretudo nada diz sobre "the efficacy of an automatically functioning market system with flexible money wages in eliminating involuntary unemployment" (96). Fica aberto o caminho para explicar a existência do desemprego involuntário.

Se partirmos de uma posição de equilíbrio de pleno emprego, como se pode ver no diagrama, observa-se uma perturbação que provoca um deslocamento à baixa da função consumo e investimento, na figura de E a E₀ (os diagramas e símbolos são de Patinkin), a que corresponde uma pressão deflacionista no mercado de bens BC.

A uma menor procura no mercado de bens, observa-se (por hipótese) uma maior procura no mercado de valores. Um efeito de libertação de meios financeiros de um mercado para outro, com um excesso de procura no último, provocará uma descida da taxa de juro. Por sua vez, esta descida leva a que a curva de procura total tenda novamente a deslocarse para cima. "Here is the familiar classical and neoclassical mechanism by which an increase in savings flows into the loan market, thereby depresses interest, and thus stimulates an offsetting increase in investment" (97).

Patinkin sublinha o facto de que o mecanismo funciona quando a poupança incrementada se transforma numa maior procura de dinheiro, sem variação da procura

de valores. " "In this case, however, the decline in interest must await the impact on the bond market of the positive real-balance effect generated by the downward pressure on the prices of the initial deflationary gap" (98).

É, portanto, o efeito de liquidez real que estimula seja o mercado de valores, seja o mercado de bens. Nesta observação está implícito que a quantidade de moeda se mantém constante, distribuída pelos indivíduos que em vez de dirigir-se ao mercado de bens preferem o mercado de valores, ou que, mantendo-se inalterada a oferta de moeda, a sua procura se faz com fins diferentes.

O deslocamento da função procura gera automaticamente forças no sentido e na direcção do equilíbrio. Se a procura é sensível a essas forças, regressaremos a uma situação de pleno emprego. Só que esse regresso poderá ser entravado pelo surgimento de fricções, atrasos de tempo em reconhecer os novos sinais. O retorno ao pleno emprego realizar-se-á, porém, com níveis de salários, preços e juros mais baixos. Verificar-se-á no período de ajustamento um excesso de oferta no mercado de bens.

Este excesso de oferta é compensado com o aumento das existências dos empresários, o que supõe manter constante a sua produção (a nível Y_0 da figura), com o pressuposto de uma diminuição na procura no mercado de

bens.

Nada indica, diz-nos Patinkin, que os empresários se comportem sempre desse modo. Vendo crescer as existências progressivamente e sendo duvidoso que se mantenha a produção ao mesmo nível, estes, por conseguinte, ajustarão os factores de produção ao nível das vendas possíveis. Patinkin aponta o facto de ser considerada esta a situação que se associa ao desemprego voluntário.

Patinkin começa por mostrar a incongruência que representa considerar teoricamente, por um lado que o emprego varia (ajustamento pelas quantidades) com o salário real rígido, enquanto que por outro lado o volume de produção se mantém (ajustamento pelos preços). Isto significa que é possível uma abordagem dos ajustamentos, seja pelos preços seja pelas quantidades.

A esta incongruência agrega Patinkin outra; os trabalhadores mesmo que admitam trabalhar por salários inferiores, não o conseguem, enquanto se mantêm restrições à sua oferta de trabalho. Teoricamente implicará que os recursos não sejam optimizados (excesso de oferta positiva), e que os empresários não obtenham o lucro máximo.

Se a função procura de trabalho tem como única variável o salário real, isto obriga a interrogar-se sobre a forma dessa função e por outro lado buscar uma

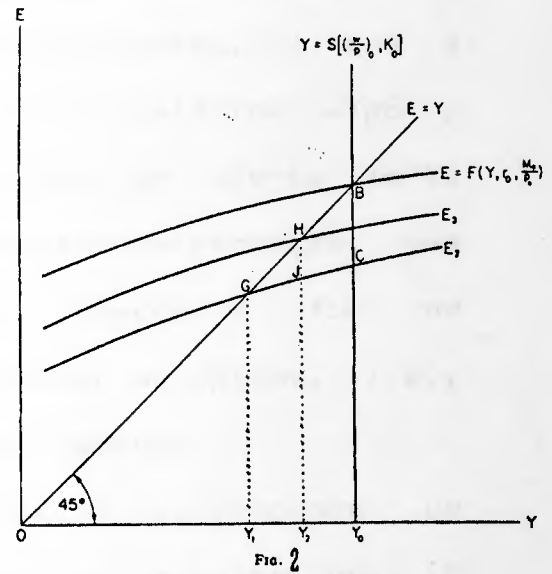
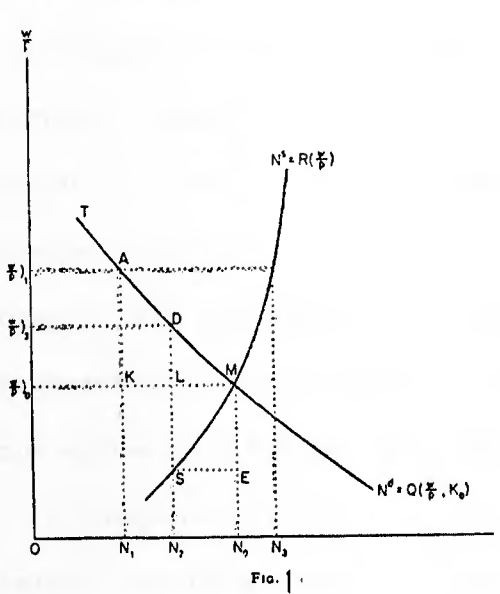
dependência vital que resolva essa incongruência .

Sistematizando as ideias neo-clássicas, Patinkin conclui que se as empresas se comportam como maximizadoras dos seus benefícios, então projectarão a utilização do trabalho, para qualquer tipo de trabalho real, admitindo que, aos preços de mercado dados, consigam vender toda a sua produção. Se aquela hipótese se não verificar, deverão racionalmente rever os seus planos, abandonando a acumulação forçosa das existências, dado que, ao aperceberem-se das restrições no mercado, os planos de procura de mão-de-obra mudarão. "Thus the influence of the commodity output on the labour input reflects itself, not in the variables on which the labor demand function is dependent, but in its form " (99).

As empresas em excesso de oferta, têm que reduzir os preços, incluindo o preço do factor trabalho. Trata-se de diminuir o contingente de trabalho correspondente ao nível possível da produção, assim como diminuir o salário dos que ainda trabalham. Este raciocínio nunca é claramente explicitado nos neo-clássicos.

Os meios financeiros reduzem-se pela imobilização nas existências. As empresas oferecem pela mão-de-obra No, um tipo de salário real inferior ao correspondente à curva de procura, ou, alternativamente podem procurar uma menor quantidade de trabalho correspondente ao tipo de salário real.

Desse ponto de vista, presume-se que a produção é função da mão-de-obra, e que portanto os meios técnicos são reduzidos e não influenciam as decisões dos empresários relativamente ao emprego. Com a diminuição da produção decrescerá proporcionalmente o emprego, rigorosamente do número de horas de serviço do factor trabalho em termos físicos.



No diagrama, se nos encontrarmos na posição L da figura 1, portanto com um tipo de salário real invariável, a quantidade de factor trabalho utilizado é N_2 unidades em vez de N_0 . Na figura 2, a produção com $Y = \bar{Y}(N, K)$ é Y_2 , a qual corresponde um excesso de produção HJ em relação as vendas .." Hence the same market pressures of excess output and accumulating inventories which pushed labor input down from N_0 to N_2 will continue to push this input even further downwards. Only when this inputs has been reduced to N_1 , with a corresponding reduction in output to Y_1 , will these

pressures cease; for only then will firm finally succeed in selling all that they produce" (100). Estamos no ponto K da figura 1, onde existe um excesso de oferta de trabalho N_0-N_1 [correspondente G da figura 2] que pressiona os salários monetários, e no ponto G existe um excesso de oferta de bens Y_0-Y_1 , que continua a pressionar o nível dos preços. Rigorosamente, no ponto G a produção e as vendas são correspondentes, só que a produção desejada para o nível de salários w/p_0 , continua a ser Y_0 , pelo que o excesso de oferta Y_0-Y_1 aparece como um excesso de capacidade de produção, que obriga as empresas a diminuir preços a fim de incrementar a suas vendas, regressando ao óptimo, i.e., à curva de oferta de bens de pleno emprego.

Segundo Patinkin ao ponto K corresponde um excesso ou de procura ou de oferta de trabalho, pois K está tanto à esquerda da curva de oferta como da de procura, pelo que seria o ponto no qual o salário tende a descer ou subir. Este absurdo acaba logo se pensarmos que a curva da figura 1 não corresponde à conduta real das empresas, implicando que o ponto N_0 não represente a procura real de mão-de-obra das empresas, enquanto que a curva de oferta se mantém, significando que o ponto K representa só um excesso de oferta. O ponto K diz-nos também sobre o carácter involuntário da conducta das empresas, ajustando-se obrigatoriamente em períodos de desemprego.

A observação de Patinkin implica também que, mesmo que os trabalhadores aceitassem um novo tipo de salários, quer dizer, mais baixos, encontrar-se-iam com uma procura de trabalho normal, quer dizer menor, motivada pelo excesso de oferta de bens. Ambos os agentes estão impedidos de se comportarem de modo óptimo.

Patinkin afirma "the involuntary departure of firm from their commodity supply curve as revealed by point K (na figura 1) is the simple counterpart of their involuntary departure from their commodity supply curve as revealed by point G (na figura 2). Not being able to sell all they want, they cannot employ all they want. This is the neglected obverse side of involuntary unemployment " (101).

Do análise levado a cabo, conclui-se que não faz sentido pensar o desemprego nos limites do equilíbrio estático. Só através da análise dinâmica é possível descobrir a involuntariedade do fenómeno. A separação dos agentes das suas curvas de oferta e procura, juntamente com o esforço dos indivíduos em regressar ao óptimo, explicam a dinâmica. Se nos libertarmos de certos hábitos mentais que frequentemente presidem à análise económica, poderemos justamente explicar como é possível, inclusivamente a existência do desemprego involuntário num sistema de concorrência pura e perfeita, com salários e preços mais viscosos.

Um segundo aspecto que Patinkin põe em relevo é a determinação do volume de desemprego involuntário e as possibilidades de eliminá-lo automaticamente. Como vimos na posição K da figura 1 e G da figura 2, existem excesso de oferta nos dois mercados, o que significa uma posição de desequilíbrio. Nessas posições, tanto os preços como os salários exercem pressão à baixa. Se considermos uma baixa dos preços, mantendo inalterados os salários monetários, gerar-se-á um efeito de liquidez real positiva, que pressiona a procura de bens, representada no movimento para a posição E3 da figura 2.

Se a produção continua em Y1, as existências diminuirão. Está implícito na análise que existirá uma queda da taxa de juro no mercado de valores. O aumento da liquidez será acompanhada de uma alteração nos motivos da procura de liquidez, passando do motivo de especulação para o de transacção.

O esgotamento dos stocks levará a um aumento da produção, passando de Y1 a Y2, aumentando o emprego de volume, com o movimento de N1 para N2. Em Y2 a produção será igual às vendas, o círculo virtuoso continua, considerando que as empresas querem produzir segundo os seus planos óptimos em Y3. é justamente neste ponto que Patinkin move o seu ataque a Keynes.

Segundo Patinkin, Keynes nega a possibilidade de aumentar o emprego até N2, pois a produção correspondente não se venderia. O erro estaria em

considerar inalterada a curva de procura de bens, na posição E2, o que equivale a dizer que Keynes tem uma visão estática do funcionamento, enquanto que só a dinâmica permite apreciar correctamente o fenómeno.

Creio que esta crítica não é totalmente legítima, pois a hipótese de descida dos preços nada nos diz sobre a eficiência marginal do capital que em Keynes é uma variável mais independente que o volume de produção; alternativamente teria que admitir-se que os preços dos bens salários descem mais depressa que os preços em geral. Em Keynes, um aumento do volume da produção, resulta de novos investimentos, que são realizados se a eficiência marginal é superior à taxa de juro da moeda. O problema não é apenas a venda da produção, a qual pode realizar-se num ponto diferente de Y3 por exemplo, mas que tal volume de vendas implique um pleno emprego inferior à oferta de emprego.

Embora formalmente se discuta sobre o desemprego, o fenómeno em que se está a pensar não é o mesmo. Enquanto que para Keynes se trata da estabilidade do equilíbrio a longo prazo, e dos mecanismos que geram o desemprego face à ausência de mecanismos de ajustamento automáticos no curto prazo, Patinkin discute o desemprego de curto prazo, sem especificar a origem do deslocamento que origina o desequilíbrio. A crítica a Keynes é a crítica à falta de crença nos mecanismos de ajustamento, que com Patinkin são alargados às

quantidades de produção, onde a análise tradicional de equilíbrio parcial é substituída pela análise de equilíbrio geral, onde interactivam os diferentes mercados, como anteriormente apreciamos.

Fiel a tradição Patinkin continua a dar relevo e credibilidade aos mecanismos de ajustamento de preços e quantidades, só que automaticidade instantânea é substituída pela sensibilidade ou viscosidade, que supõe que os mecanismos levam certo tempo a entrar em acção. Mas o aumento da procura de bens só pode supor um aumento dos bens de investimento que a análise de curto prazo exclui, ou um aumento da procura de bens de consumo, que supõe uma hipótese de descida do nível de salários, com um aumento do volume de emprego; para um salário dado, implica um aumento do volume salarial. No fundo acredita-se no efeito de liquidez real, que aumentando o poder de compra seja capaz de reconstituir a procura de bens. Trata-se de repetir um antigo vício, do que é bom para a empresa é melhor para a economia.

Por outro lado, um aumento da oferta só é possível se diminuírem os salários ao mesmo tempo que os preços, a fim de manter a lucratividade; caso contrário não faz sentido, a menos que adicionalmente se considere a hipótese que, simultaneamente, a produção e productividade cresçam mais rapidamente que os salários e os preços, mas isto não supõe sair da livre concorrência? Na fase recessiva, que corresponde ao

choque externo imaginado com queda da procura efectiva, a produção diminui, supondo uma queda dos preços, mantendo os salários inalterados. Um ajustamento pelas quantidades é seguido pelo ajustamento nos preços, se os preços não descerem as empresas vivem com um excesso de capacidade produtiva equivalente a $Y_0 - Y_1$, que não pressionam necessariamente à baixa dos preços.

Talvez consciente disso, nas palavras conclusivas da sua análise, Patinkin fala de salários e preços proporcionais menores. O ponto de partida, como foi dito, é a diminuição inicial na procura de bens (devido a um choque externo) que irá originar a situação que explica o desemprego involuntário. A descida dos preços provocaria um efeito de liquidez real (mantendo-se constante a quantidade de moeda) que, como referimos, influi sobre a procura de bens positivamente.

Um aumento desta última aumenta a produção, incrementando a procura de mão-de-obra; se nos deslocarmos ao longo da diagonal (45°) da fig 2, a quantidade de trabalho desloca-se para a direita ao longo da linha horizontal correspondente ao salário w/p_0 . Se tudo se processar normalmente, este mecanismo automático levará a que a curva D absorva a produção em excesso até coincidir com Y_0 , estabilizando a economia no ponto B da figura 2.

O círculo virtuoso fecha-se, as pressões deflacionistas diminuem, as empresas regressam à sua

curva de procura de trabalho, a produção Y_0 compatibiliza-se com a oferta de trabalho N_0 , ponto M da figura 1, pelo que a pressão sobre os salários desce. A economia alcançará uma nova posição de equilíbrio. Essa nova posição de equilíbrio caracteriza-se por níveis mais baixos de preços, salários e taxa de juro.

Vimos pois, que para Patinkin a análise distingue-se dos autores neo-clássicos anteriores, na medida em que existe um choque externo que provoca uma diminuição da procura de bens, levando as empresas a diminuírem a sua produção conforme existam pressões sobre os preços, obrigando estas a rever o seu plano de procura de trabalho, mesmo mantendo inalterados os salários.

As pressões duram até que o ajustamento produção-vendas se realize completamente. O efeito liquidez real positiva faz com que se produza um efeito riqueza que incide seja na procura de títulos (poupança) o no consumo, abrindo-se passo a uma espiral positiva de aumento da procura, e por conseguinte da produção e da procura de trabalho.

Patinkin introduz alterações ao modelo ortodoxo, aproveitando de Keynes o conceito de preferência pela liquidez, unido a uma certa insensibilidade temporal nas variáveis que se ajustam, pondo em relevo o efeito riqueza de Pigou na procura de bens. Nas curvas de oferta e procura do modelo ortodoxo, permanecem válidas

as conclusões em termos de desemprego voluntário.

Embora seja entendido que a análise se refere a uma economia agregada, e que portanto o desemprego é o desemprego socialmente relevante, trata-se do desemprego cíclico que afecta a economia em periodos característicos. A discussão que se realiza é no sentido das características do desemprego em termos da conduta dos indivíduos (permanecerão eles nas suas curvas de comportamento?) e das restrições percibidas a sua acção normal apercibidas (encontrar-se-ão fora das suas curvas?). A sua contribuição, relativamente ao método utilizado, pode-se estender a outros casos de desemprego, visto que as razões, o choque externo, podem ser interpretadas no sentido de afectarem os agentes, na sua totalidade, um conjunto de agentes ou de alguns agentes.

Presume-se que o choque externo, a causa do fenómeno (a fonte dos impulsos) afecta o equilíbrio, o pleno emprego. A discussão de Patinkin põe acento no mecanismo de propagação do fenómeno, nas decisões dos agentes, revisão de condutas e efeito dos mecanismos de ajustamento. Compreende-se que assim seja pois a discussão é uma discussão teórica iniciada com Keynes, onde foram questionados postulados que impediam de explicar tipos e categorias de desemprego. Patinkin introduz uma hipótese de insensibilidade temporal das variáveis ("stickiness"), com ajustamentos pelas

quantidades, gerando-se o mecanismo que explica o desemprego cíclico, caracterizado como involuntário.

A crítica a sua análise move-se no sentido de demonstrar que ela é incompatível no quadro da concorrência perfeita, pois não é possível manipular as existências e os seus preços, na suposição de que a concorrência perfeita pressupõe curvas de procura elásticas para os seus produtos.

Segundo a definição de Arrow, " Each individual participant in the [perfectly competitive] economy is supposed to take prices as given and determinate his choices as to purchases and sales accordingly; there is no one left over whose job it is to make a decision on price" (102). Naturalmente pressupõe-se que as empresas se comportam de acordo com os programas de maximização do lucro, em que o salário corresponde ao produto marginal do trabalho, o que aliás Patinkin admite, admitindo como hipótese da sua análise o salário inalterado.

Se a empresa consegue manipular os preços, e fazer variar a sua oferta de bens (equivale a dizer ofertar menos quantidades de produção, mantendo ou subindo os preços), ela vai maximizar um determinado rendimento esperado. Agora não é isto que diz Patinkin, como ficou demonstrado atrásmostrado. A diferença em Patinkin está em que se admite um nível de equilíbrio em que as variáveis de ajustamento têm um nível mais baixo,

onde provavelmente a taxa de desemprego poderá ser maior (pleno emprego) e regressará ao seu nível anterior ao shock, em virtude das forças de mercado que prevalecem.

Em conclusão, o desemprego que Patinkin discute pode ter características voluntárias ou involuntárias, tendo a sua origem causal numa variação da procura efectiva, pelo que é difícil determinar um tipo ou categoria de desemprego específica. Contudo, a sua abordagem pela lado da procura para o desemprego involuntário (fora das curvas de equilíbrio) permite explicar, quer o desemprego estrutural, quer o desemprego conjuntural, associado ao comportamento das empresas.

2.3.5. A teoria do desequilíbrio: o desemprego clássico e o desemprego keynesiano.

1.- A apresentação e estudo desta corrente e suas contribuições implica necessariamente uma exposição sintética e breve do percurso teórico de uma série de autores como Clower, Leijonhufvud, Barro, Grossman, Malinvaud e Benassy. Geralmente estão associados a esta corrente vários problemas relevantes, nomeadamente a formulação de um equilíbrio geral a preços fixos e a contribuição de fundamentos microeconómicos para a teoria macroeconómica .

Examinaremos a contribuição desta corrente através das contribuições específicos de Malinvaud e Benassy para o estudo de uma tipologia do desemprego. Estes consideram situações de desemprego massivo ou generalizado que lhes permite o diagnóstico do fenómeno e a suas características e o desenho de políticas correctivas alternativas

Aqui interessa-nos destacar, como fizemos até agora, a contribuição em termos de tipos de desemprego, sem esquecer que para Malinvaud o tratamento do problema tem todavia uma outra finalidade " ..la révision de la theorie du chômage est une étape majeure dans le développement de la science économique" (103).

Esta revisão da teoria limita-se, todavia, àquilo que designamos por desemprego involuntário no sentido

keynesiano, embora restringida apenas as considerações de Keynes feitas nos primeiros capítulos da Teoria Geral, conhecido como modelo do multiplicador " plutôt celui popularisé par ses disciples" (104).

O quadro geral da investigação é o do equilíbrio geral, em que as ofertas são racionadas seja no mercado de bens, seja no do trabalho. Dele resulta a explicação do desemprego keynesiano devido à insuficiência de procura efectiva, alternativamente ao desemprego clássico que resulta da análise de equilíbrio parcial em que o desemprego se explica pela rigidez dos salários.

A análise é de algum modo um desenvolvimento da proposta de Patinkin, num quadro de equilíbrio geral, em que os indivíduos não encontram procura para a sua oferta, visto que existe um excesso de oferta de bens que obriga os empresários a compatibilizar quantitativamente produção e vendas, num processo dinâmico em que as variáveis preços são insensíveis aos ajustamentos automáticos.

O problema consiste quer em aprofundar seja a validade do desemprego keynesiano, quer em não subestimar o desemprego clássico. A primeira tarefa será preencher um vazio teórico, pois não existe um quadro conceptual para tratar em equilíbrio geral as economias em racionamento.

Este ponto de vista confronta-se com aquele que Malinvaud denomina de ideia generalizada sobre a inutilidade operacional do equilíbrio geral, pois

exigindo o equilíbrio uma igualdade para cada oferta e procura, a existência do desemprego invalidá-lo-ia, admitindo que o trabalho é um bem como qualquer outro.

Será preciso trabalhar com um outro conceito de equilíbrio, ou segundo Malinvaud, " Si l'on refuse de se référer à la notion d'équilibre on doit utiliser alors une formulation dynamique dans laquelle les variables significatives évoluent simultanément selon certaines règles bien définies" (105). A coerência na opção do equilíbrio escolhido só pode ser válida a curto prazo, pois uma análise de longo prazo implicaria entrar em linha de conta com a estrutura produtiva.

O passo seguinte é catalogar as exigências do equilíbrio. Em primeiro lugar, implica uma visão do processo dinâmico real, i.e., os estados de equilíbrio [e não o equilíbrio] devem constituir aproximações úteis dos estados reais.

Procura-se sobretudo definições escolhidas de equilíbrio que permitam resultados analíticos operacionais ultrapassando as complicações dos processos dinâmicos cuja formulação se torna difícil de desenvolver.

Por outro lado os ajustamentos rápidos dos preços a curto prazo, como admite a tradição neo-clássica, são vistos como hipótese insuficientes, comprovada pela evidência empírica. O próprio avanço da industrialização mostra, *pari pasu*, uma cada vez maior rigidez dos preços,

diferenciando os bens cuja procura aumenta a longo prazo , favorecendo os bens de componente tecnológica nobre, assim como a procura de trabalho e serviços mais qualificados .

Os ajustamentos fazem-se pelas quantidades, e só mais tarde aparecem os movimentos dos preços relativos de modo visível. Como escreve Malinvaud " la première réaction aux modifications intervenues dans l'environnement consiste plus fréquemment en un réajustement des quantités qu'en un réajustement des prix" (106). Tal comportamento dos agentes é considerado racional quando eles se apercebem que estão racionados em algum dos mercados.

No caso do desemprego involuntário, onde existe um racionamento no mercado de trabalho para os trabalhadores, a hipótese ortodoxa assumiria uma pressão sobre os salários à baixa. Aqui sugere-se que os preços são mais rígidos, sobretudo à baixa. Tal situação é típica quando existe um excesso de procura de bens nos limites da capacidade de produção (oferta).

O modelo a desenvolver deverá considerar a hipótese de preços fixos, i.e., a sua determinação é exógena. O próximo passo será determinar os equilíbrios com racionamento, onde os ajustamentos se realizam pelas quantidades (stocks, filas de espera, desempregados) i.e., " les prix étant donnés, le concept d'équilibre que nous recherchons doit permettre d'expliquer la détermination des quantités d'une façon qui convienne à

l'étude du phénomène de sous-emploi".(107)

O que vai ser determinado são as quantidades trocadas num quadro de equilíbrio geral, em que o lado curto do mercado decide sobre o nível a realizar da transacção, sendo o lado longo o que está racionado.

O conceito de mercado refere-se ao lugar das vendas e compras de uma mercadoria, ou à transacção dessa mercadoria com a moeda. Se existem r mercadorias, sendo a última a moeda, existirão então $r-1$ mercadorias, intervindo então a moeda em todos os mercados.

Cada agente consumidor ou produtor deverá perceber não só as procuras e ofertas, mas deverá também distinguir entre compras e vendas. No equilíbrio clássico ou walrassiano as ofertas e procuras expressam os desejos de troca, enquanto que as transacções efectivamente realizadas são o confronto com a hipótese de racionamento dos agentes nos mercados. No caso walrassiano, a oferta iguala a procura a um determinado nível de preços flexíveis, o que equivale a dizer que as vendas desejadas igualam as compras desejadas, " mais dans un équilibre à prix fixes et à ajustement par les quantités, l'égalité ne tient plus" (108), sendo evidente que as vendas podem ser inferior a oferta ou as compras inferiores a procura.

Um individuo poderá encontrar-se numa das seguintes situações: primeiro, comprador racionado,

sendo as suas compras inferiores à sua procura positiva; segundo, vendedor racionado, sendo as suas vendas inferiores à sua oferta positiva; terceiro, vendedor não-racionado, o que realiza uma venda igual à sua oferta positiva; quarto comprador não-racionado, o que realiza uma compra similar à sua procura positiva; quinto, não existem nem oferta nem procura e portanto nem vendas nem compras. Um vendedor ou comprador não pode estar racionado em dois mercados ao mesmo tempo.

Será também de realçar que os equilíbrios de um mesmo tipo poderão aplicar-se a situações particulares em que os preços são determinados pelas restrições institucionais. É um modo elegante, de atribuir a rigidez dos preços e dos salários a forças sociais como os sindicatos, por exemplo.

Admite-se a existência de um caso particular de equilíbrio, em que não existem agentes racionados, o caso walrasiano, em que nem consumidores nem produtores podem melhorar a sua situação. É a hipótese da concorrência pura e perfeita.

A existência de vários tipos de racionamentos considerando a diversidade de modos de racionamento permitem concluir que " l'équilibre ne sera pas unique " (109).

2.- As generalidade destes argumentos pode ser precisada através da formalização de um modelo teórico examinando atentamente os conceitos de procura e oferta,

o que faremos recorrendo a um modelo de Bennissey (110).

O modelo representa uma economia monetária agregada de três agentes representativos, um consumidor, um produtor e o governo. Os bens considerados são três, um bem de consumo, o trabalho e a moeda. Para o período a considerar, existem dois mercados, o bem de consumo é trocado pela moeda ao preço p , o trabalho é trocado contra a moeda ao salário w . Supõe-se que p e w são rígidos no período corrente e que as transacções efectivamente realizadas correspondem ao mínimo da oferta e da procura.

A empresa tem uma função de produção no curto prazo igual a $F(l)$ com $F(0)=0$; $F'(l)>0$; $F''(l)<0$. Se não existir acumulação de stocks, em situação de equilíbrio as vendas serão iguais a $F(l)$.

A firma procura maximizar os seus lucros $py-wl$; os lucros são distribuídos às famílias, sendo, por sua vez, o seu rendimento igual a y .

O consumidor representativo consome c , vende l unidades de trabalho e poupa uma quantidade de moeda m . Dispõe no início de m^* e de uma quantidade de trabalho l_0 , onde as vendas de trabalho são sempre $l \leq l_0$, sendo r o nível dos impostos. A restrição orçamental do consumidor escreve-se: $pc + m = m^* + p(y - rl)$.

O consumidor tem uma oferta de trabalho constante igual l_0 , o que equivale a dizer que o lazer não tem utilidade. A sua procura efectiva é $c' = C(y, p, r)$, que depende também de m^* , mas omite-se no argumento da

função, porque é considerado dado para o período. Supõe-se que:

$0 \leq C_y \leq \delta < 1$; $C_p < 0$ $C_r < 0$. C_y, C_p, C_r são as derivadas parciais correspondentes.

A função de consumo utilizada é linearmente dependente do rendimento disponível e do "encaisse" real m^*/p :

$$c' = \alpha (y - \Gamma) + \beta m^*/p \quad \text{com os conhecidos } \alpha \text{ e } \beta < 1.$$

O governo recebe os impostos Γ e gasta g' , i.e., a sua procura efectiva, enquanto que g^* representa as compras. Os deficits são financiados através da emissão de moeda.

Em primeiro lugar, consideremos um equilíbrio walrasiano. Os níveis de preços e salários neste equilíbrio são, p_0 e w_0 derivados das condições de equilíbrio nos mercados de bens e salários. O equilíbrio no mercado de trabalho requer :

$$F' - 1 (w_0/p_0) = l_0 \quad \text{ou} \quad w_0/p_0 = F'(l_0).$$

Esta condição representa a nossas conhecidas exigências de que o salário real (walrasiano) iguale a produtividade marginal. O equilíbrio sobre o mercado de bens significa que a produção correspondente ao pleno emprego corresponde a soma do consumo e das despesas públicas: $C(y_0, p_0, \Gamma) + g^* = y_0$. Evidentemente, se considerarmos uma função linear de consumo, conhecidos os parâmetros, determina-se o preço de equilíbrio :

$$p_0 = \beta m^*/y_0(1 - \alpha) + \alpha \Gamma - g^*, \quad \text{um equilíbrio existirá se}$$

$g^* < (1-\alpha) + \alpha r$. Esta última condição permite estudar o "crowding out" das despesas públicas, de onde resulta óbvio que um crescimento das despesas para além do equilíbrio terá consequências inflacionárias.

O mais interessante será demonstrar as características dos equilíbrios não-walrasianos pois são conhecidas as relações em termos de desemprego, sem racionamentos e com flexibilidade de preços e salários. Vejamos primeiro o modo de fazer o diagnóstico segundo os regimes clássico ou keynesiano.

Se se estiver numa situação dita clássica, onde o salário real é superior ao salário de equilíbrio, i. e., $w/p > F'(l_0)$. No caso Keynesiano é preciso um rendimento de equilíbrio y_k que resolva a equação $C(y, p, r) + g^* = y$. Com uma propensão marginal ao consumo menor que um, a equação tem uma solução única $y_k = K(p, g^*, r)$, para a qual o multiplicador escreve-se :

$y_k = 1/(1-\alpha [\beta m^*/p + g^* + \alpha r])$. O desemprego resultará da situação $F^{-1}(y_k) < l_0$, i. e. para $y_k < y$. Corrige-se tal situação modificando os parâmetros que definem a função C . As derivadas parciais em $K(p, g^*, r)$ correspondentes ao multiplicador de despesas governamentais $K_g > 1$, que aumentando beneficiará o emprego e $K_r < 0$ o multiplicador de impostos que nos diz que diminuindo r favorecer-se-á o output e por derivacão, o emprego. Estes são resultados keynesianos bem conhecidos. Agora podemos estabelecer os diferentes regimes no quadro das exigências teóricas levantadas por

Malinvaud:

- O desemprego keynesiano, caracterizado pelo excesso de oferta de trabalho e bens, nos respectivos mercados.

- O desemprego clássico, onde existe excesso de oferta de trabalho e excesso de procura de bens.

- O regime chamado de inflação contida, visto que tanto o mercado de trabalho como o mercado de bens têm uma procura excedentária, não tem interesse para nós no quadro do presente estudo.

- Um quarto regime é possível teoricamente, mas é anulado o seu sentido, se se assumir a não existência de stocks (excesso de oferta de bens com excesso de procura de trabalho). Evidentemente, não se requer mais mão-de-obra se existe racionamento nas vendas.

No caso do desemprego keynesiano, visto as transacções serem determinadas pelo lado curto, é a procura que as determina.

As vendas sobre o mercado de bens são iguais à procura efectiva : $y = C(y, p, r) + g^*$, como sabemos y_k é função de K , a solução de equilíbrio escreve-se:

$y^* = y_k = K(p, g^*, r)$. Quer dizer, o nível de emprego é determinado pela procura de trabalho :

$l^* = F^{-1}(y_k) = F^{-1}[K(p, g^*, r)]$. A quantidade de trabalho procurada é exactamente aquela que é destinada a produzir a quantidade de bens procurada. A partir de aqui podem-se obter os resultados conhecidos na óptica

keynesiana em termos de multiplicadores de emprego, etc.

Os parâmetros que caracterizam o regime são $l^* < l_0$, ou combinando este valor com o valor de l^* obtido acima teremos:

$K(p, g^*, r) \leq y_0$. Em concordância com a formulação em termos de racionamentos, a empresa ao sentir, a sua oferta inferior às vendas possíveis, só pode produzir y^* que resulta da solução do programa de maximização:

Max $py - wl$ sujeito as restrições $y \leq F(l)$ e $l < l_0$, do que resultam $y^* \leq \min\{y_0, F[F'^{-1}(w/p)]\}$.

Combinando com o valor obtido anteriormente para y^* temos: $K(p, g^*, r) \leq \min\{y_0, F[F'^{-1}(w/p)]\}$. A região de desemprego keynesiano encontrar-se-á nos limites de:

$$K(p, g^*, r) \leq y_0 \text{ e } K(p, g^*, r) \leq F[F'^{-1}(w/p)].$$

No caso do desemprego clássico, que como se diz existe quando no mercado de trabalho há excesso de oferta de trabalho, enquanto que no mercado de bens existe excesso de procura, o consumidor está racionado nos dois mercados. Por sua vez a empresa pode realizar o seu plano walrassiano de emprego e vendas. Os valores para l^* e y^* são:

$$l^* = l_c = F'^{-1}(w/p) \text{ e } y^* = y_c = F[F'^{-1}(w/p)].$$

Os resultados são igualmente conhecidos, sendo visível a importância que tem para a determinação do nível de emprego a determinação do salário real. Os parâmetros que caracterizam esta região de desemprego estão dados por $l^* \leq l_0$, substituindo o valor que corresponde ao excesso de oferta, teremos:

$F^{-1}(w/p) \leq l_0$ e como o excesso de procura $C(y, p, r) + g^* \geq y_0$ com $y_0 \geq y_k$ ou $F \leq K$.

Os outros regimens, como dissemos anteriormente, não têm pertinência para o presente estudo, pois quer o caso da inflação contida, onde são as empresas que estão racionadas, quer o quarto caso, de impossibilidade de produzir para stocks, não dizem respeito ao desemprego.

Se juntarmos os resultados, teremos que o emprego e as vendas podem expressar-se em:

$$y^* = \min \{ K(p, g^*, r), F[F^{-1}(w/p)], y_0 \}.$$

$$l^* = F^{-1}(y^*).$$

Como p, w, g, r são parâmetros exógenos, o emprego dependerá sobretudo do salário real w/p e do nível de produção correspondente as vendas possíveis y_k .

Se se verificar a situação de $y_k \leq y_0$ e $w/p > F^{-1}(l_0)$ teremos uma situação combinada de desemprego clássico e keynesiano.

3.- Tem-se demonstrado através do modelo não só os diferentes tipos ou regimens de desemprego, como a possibilidade de sintetizá-los a nível de um modelo único, admitindo a hipótese de preços fixos. No caso clássico, o nível de emprego depende apenas do nível do salário real, i.e. a redução do desemprego depende de levar o salário a corresponder com a sua produtividade marginal, onde as empresas conseguiram um volume de produção rentável. Em tal situação, levar a cabo uma

política keynesiana não se traduziria senão num aumento da procura excedentária, o que se reflectiria num aumento do racionamento e posteriormente no aumento dos preços.

No caso keynesiano, uma variação da procura efectiva melhoraria a situação de emprego. Se se admitir que os preços podem variar à subida, os seus efeitos são também benéficos para o emprego, pois a lucratividade das empresas subiria, condição necessária para a reanimação do output e do emprego.

Reafirmamos assim que a contribuição desta corrente se circunscreve à intenção de explicitar uma tipologia de desequilíbrios que permitam sintetizar num modelo geral as várias contribuições, fundamentando-os ao mesmo tempo em termos microeconómicos. Em termos de desemprego, como vimos, não apresenta uma explicação causal diferente das anteriormente conhecidas.

O modo diferente de abordar o fenómeno do desemprego reside em apontar para causas que explicam manifestações fenomenológicas distintas, ou explicar que um mesmo fenómeno tem várias causas que coexistem simultaneamente, i.e., que o desemprego pode ser provocado pelo excesso de oferta de trabalho quando existe ou uma rigidez do salário real ou uma falta de procura de bens. Segundo Benassy, esta abordagem, "nous a montré que les théories classique et keynésiane... apparaissent comme sous-régimes d'un même modèle "

(111). Por outro lado como salienta Malinvaud " it is understood that the logical possibility exists for macroeconomic unemployment to be due not (or only not) to a deficit aggregate demand [desemprego keynesiano], but rather (or but also) to a lack of bussines profitability. It might be that, even confronted with a sufficient demand for their product, some firm will not recluit the full labour force that they could employ and will not produce at the fully capacity because this action would not be profitable enough " (112).

Quer dizer, podemos associar ao desemprego keynesiano a falta de procura efectiva, e ao desemprego clássico a falta de lucratividade das empresas. O que se discute, quando se coloca no centro da polémica os salários, não é a causa, mas sim o modo como o sistema em desequilíbrio se ajusta, de modo a voltar à sua eficiência "normal".

As hipóteses que sustentam tal conclusão são a dos rendimentos decrescentes, numa análise estática de curto prazo, em que as mudanças tecnológicas, sejam elas evolutivas o revolucionárias, não têm nenhum papel. Em Keynes, esta reflexão assume o carácter de busca dos elementos que determinam o nível do investimento , na hipótese realista de salários monetários rígidos. Esta reflexão reconhece a importância da estabilidade dos salários para a estabilidade do consumo, e portanto da procura. A maior estabilidade da função procura visava sobretudo reatar o optimismo no investimento, numa base

realista de convenções sólidas entre os diferentes agentes envolvidos.

A maior parte da discussão sobre o desemprego nesta corrente, está relacionada com o problema da flexibilidade ou rigidez dos salários. Como escreve Malinvaud, reflectindo uma antevisão que o aproxima da opinião neo-clássica " I shall examine why unemployment may result from inappropriate real wages and I shall discuss our ability to determinate what real wages ought to be in order to permit a more satisfactory employment situation to emerge ". (113).

A abordagem desta escola apresenta porém, uma certa inconclusividade. Ela constitui-se como um modelo teórico eclético que assumindo como racionais os ajustamentos pelas quantidades, implicando para os agentes restrições de racionamento, não fornece um critério ex-ante sobre esses mesmos racionamentos, de modo que essa racionalidade não gera comportamentos previsíveis. O modelo não permite previsões, limitando-se a descrever situações que serão conhecidas ex-post. O carácter taxonómico fica diluído em variantes de diagnóstico post-operacional.

De um ponto de vista metodológico, a explicação do desemprego reconhece-se na variante característica do desemprego involuntário, pois os indivíduos, ao visitar o mercado de trabalho, encontrarão uma procura excedentária negativa, diminuindo a sua procura de bens

quando visitarem o mercado seguinte, na condição do seu rendimento descer (desemprego keynesiano). Se existir procura excedentária de bens ou mesmo equilíbrio no mercado de bens, implicará que a procura de trabalho determina o carácter da transacção, o que significa que os trabalhadores, estando racionados no mercado do trabalho, e sendo os salários rígidos à baixa, involuntariamente não conseguem oferecer uma quantidade de trabalho igual à utilidade marginal do emprego (desemprego clássico).

O desemprego que se discute em termos de tipos ou categorias é o desemprego conjuntural, o que aliás Malinvaud refere de forma clara.

2.3.6. A hipótese da taxa natural: Da resposta monetarista a nova escola clássica, ou o retorno ao desemprego voluntário.

2.3.6.1. A taxa natural de desemprego.

Diferentes autores utilizam a curva de Phillips (114) como ponto de referência sobre o problema do desemprego. Ela é o bode expiatório da crítica, produto da sua utilização em termos de "fine tuning" da política monetária.

Milton Friedman no seu "Nobel Lectures" formaliza a vitória momentânea dos monetaristas sobre a "ortodoxia keynesiana", colocando no meio da controvérsia a evidência da estagflação dos anos 70, a

prova evidente da impossibilidade de manter o pleno emprego aceitando um crescimento dos preços mais elevada.

Mas o ataque à incapacidade explicativa alegadamente subjacente à hipótese de uma curva de Phillips estável.." in order to explain the apparent tendency for an acceleration of inflation to reduce unemployment" (115), consolidar-se-ia fornecendo uma explicação alternativa convincente sobre esse fenómeno.

Um elemento vital para tal propósito é a introdução da hipótese de taxa natural de desemprego, que Friedman, inspirando-se nos estudos de E. Phelps, define como " the equilibrium unemployment ratio". Para Phelps, a taxa natural de desemprego " is the unemployment at which the actual rate de inflation equals the expected rate of inflation so that the expected inflation rate remains unchanged" (116).

Esta noção de taxa natural corresponde ao conceito similar de pleno emprego que sarcasticamente, D.Gordon chama " a joke among mainstream economist, the sort of antiquarian curiosity " (117), a taxa que existe em cada economia, onde quer o mercado de bens quer o de trabalho estão equilibrados, de modo que não se produza nem aceleração, nem desaceleração da inflação.

Essa taxa dá-nos a ideia de que contrariando a natureza dos equilíbrios se transgridem as próprias leis da natureza.

O desemprego, deste ponto de vista, tendo como

ponto de referência a crítica da curva de Phillips, é alvo mediatizado da política monetária, um desemprego para além da taxa natural. Existe um desemprego natural, o qual é produto das várias situações descritas como desemprego voluntário, que se expressa numa taxa de três, quatro, cinco, seis por cento.

Procura-se estudar inicialmente o desemprego para além do natural que, segundo Friedman (118), pode ser explicado pelo impacto de taxas não-anticipadas "in nominal demand", num mercado caracterizado por "long term labor commitment" em relação ao capital e ao trabalho.

Estes compromissos de longo prazo explicam-se pelas dificuldades em adquirir informação sobre os diferentes empregos alternativos por parte dos trabalhadores, mais os custos do capital humano específico, "that makes an employee's value to a particular employer grow over time and exceed his value to other potential employers" (119). Friedman aceita uma teoria do tipo Job Search, dando coerência à sua explicação, na medida em que o desemprego natural, ao ser visto como um problema dos indivíduos, é susceptível de ser abordado em termos microeconómicos.

Os compromissos-pactos de longo prazo significam que não existe um ajustamento instantâneo.." but only a lagged adjustment of both prices and quantity to changes in demand and supply " (120). Por outro, lado os

compromissos dependem não apenas dos preços correntes observáveis, mas também dos preços esperados para o período do compromisso .

Para além das considerações anteriores, faz-se uma distinção entre os efeitos de curto e de longo prazo de uma mudança não antecipada na procura nominal agregada, reunindo-se assim os ingredientes para o estudo do efeito de uma variação não antecipada em que prevaleçam os compromissos de longo prazo e as expectativas baseadas na informação sobre o mercado, o qual se ajusta segundo as variações na procura e oferta, não só através dos preços como das quantidades. Trata-se de descobrir efeitos sobre a violação dos compromissos de longo prazo.

Se se verificar uma posição estável, acelerando não antecipadamente a procura nominal agregada, os produtores pensarão que se trata de uma situação favorável não esperada, à qual reagirão racionalmente, no mínimo aumentando a sua produção a fim de vender mais, a um preço que é superior ao esperado no mercado. Correspondentemente, o empresário estará disposto a pagar salários nominais superiores a fim de atrair a mão-de-obra adicional necessária ao aumento da produção.

Repare-se que se está supor que a economia está em pleno emprego, devendo a empresa concorrer com outras, forçando assim aumentos no preço do factor trabalho. Por outro lado, na análise de curto prazo, supõe-se que é conhecida a tecnologia ou que a capacidade instalada é

dada, pelo que qualquer aumento da mão-de-obra supõe substituição de factores, hipótese que desconhece a indivisibilidade de determinadas tecnologias do século XX, um certo vício que ocorre de tentar explicar fenómenos dinâmicos com métodos de equilíbrio estático e parcial.

Um aumento na procura nominal pode levar a um aumento do número de horas de trabalho, o que não significa necessariamente requerer maior quantidade de mão-de-obra. Aliás é assim que as empresas respondem normalmente às flutuações da procura, excepto em sectores de tecnologia muito primitiva. Mas voltemos às explicações de Friedman.

O salário real que interessa ao empresário é o salário relativo ao preço do seu produto, enquanto que o salário percebido pelo trabalhador é o salário que determina o seu poder de compra em relação aos bens de consumo em geral. Os ajustamentos percebidos realizam-se mais lentamente, pois o custo de informação para todos os produtos é maior do que o de um só. Disto resulta que uma variação positiva no salário nominal é percebida como um crescimento do salário real, provocando no trabalhador um aumento da sua oferta de trabalho, sendo esta percebida pelos empresários como uma queda dos salários reais, precipitando um aumento da procura pelo seu lado. Os salários reais, se comparados relativamente à média dos preços futuros percebidos, são mais baixos,

se comparados em termos do preço médio percebido no futuro, são mais altos.

Uma situação errática como esta, só pode ser transitória; se se deixar uma variação positiva superior de procura agregada nominal e dos preços, a percepção acabará por ajustar-se à realidade desaparecendo o efeito do choque inicial.

Os novos contratos entre empresários e trabalhadores são inapropriados, o emprego regressará ao nível anterior, quer dizer, volta-se à taxa natural de desemprego. As forças de mercado, as leis naturais, prevalecem sobre a acção subjetiva dos agentes económicos. A racionalidade maximizadora perturba-se através de choques, fruto de uma má política económica baseada numa teoria falsificadora, que desconhece o estado natural de equilíbrio, onde se verifica que o salário deve ser igual à produtividade marginal do trabalho.

Certamente Keynes não teria dito o contrário, a partir de uma situação de equilíbrio, uma variação da quantidade da moeda ou uma variação da taxa de juro, não provocaria necessariamente efeitos reais. O problema é que podem existir situações que não o equilíbrio, onde os ajustamentos nos diferentes mercados ou são viscosos como sustenta Patinkin, ou são inflexíveis, como pretendem os desequilibristas, ou não se realizam sem ajuda externa, como raciocinam os keynesianos, impedindo que um excesso de oferta de trabalho seja absorvido em

prazos socialmente aconselháveis, questão que a própria abordagem monetarista normalmente descure.

De certo modo repete-se em Friedman também a imprecisão da tradição neo-clássica, em que o desemprego é um vector de número de horas ociosas, e não necessariamente de pessoas desempregadas, o que, como já dissemos implica que um aumento do emprego não tem por consequência um aumento do número de pessoas empregadas.

Indirectamente Friedman reconhece a importância da procura, pois o factor que leva a ajustar as expectativas à realidade é o racionamento que os empresários percebem. Qualquer modificação da procura efectiva só poderia conseguir-se com uma redistribuição do rendimento, o que viola, segundo os neoclássicos, a efectividade do sistema.

A tese da taxa natural só faz sentido, como hipótese, se considerada num sistema de livre concorrência, o que presuppõe a remuneração dos factores segundo a sua contribuição para o produto marginal. A crítica à intervenção do estado, qualquer que seja o meio utilizado, gera condutas erráticas não racionais, se pensarmos que segundo a lógica e racionalidade do sistema, existe uma relação natural entre afectação e distribuição do produto.

Se considerarmos um aumento da oferta de trabalho, provavelmente a hipótese de Friedman, aquela modifica o stock existente. Representando a taxa natural

um stock, qualquer variação é responsabilidade do desempregado que abandona o seu estado natural, exigindo um salário que não corresponde à sua produtividade marginal. Deste modo, a ilusão monetária (aumento do salário monetário) induzida não gera efeitos reais, mas sim apenas uma modificação nos preços em concordância com a teoria quantitativa. Entre o trade-off keynesiano da variação dos preços (salários) e do desemprego existe uma barreira natural de longo prazo " which is consistent with real forces and with accurate perceptions" , ou seja, um incremento da inflação contra natura faz com que os preços de mercado permitam " a less efficient system for coordinating economic activity " (121).

As variações na taxa natural de emprego tem as suas causas, segundo Friedman, em factores demográficas, no aumento da oferta de trabalho provocada pelo ingresso no mercado dos jovens , no aumento da procura do emprego em part-time. Estes grupos são extremamente móveis "shifting more between the jobs"...." they tend to experience higher average rates of unemployment " (122). Porquê? Existe um aumento da segurança no emprego, da segurança social pelo que " workers who lose their jobs are under less pressure to look for other works" (123).

Em consonância com a teoria do Job Search, as alternativas a considerar dependem da procura de informação, onde se confronta um salário de reserva com ofertas de salários superiores. Evidentemente todas

aqueles lugares vagos que ofereçam um salário inferior àquele ficaram por preencher, provocando-se um desencontro temporal entre oferta e procura originadas pelas fricções no processo de procura de emprego ou pelas imperfeições na informação.

Resumindo, Friedman afirma o seguinte: " Just as the natural rate hypothesis explains a negatively sloped Phillips curve over short periods as a temporary phenomenon that will disappear as economic agents adjust their expectations to reality, so a positively sloped Phillips curve over somewhat longer periods may also occur as a transitional phenomenon that will disappear as economic agents adjust not only their expectation but their institutional and political arrangements, to the new reality, when this is achieved, I believe that- as the natural rate hypothesis suggest- the rate of unemployment will be largely independent of the average of inflation, though the efficiency of the utilization of resources may not be " (124). O que equivale a dizer, existe uma taxa de desemprego que se explica pela conduta voluntária dos trabalhadores, a sua oferta excessiva para os salários dados de equilíbrio, desemprego que, como fenómeno microeconómico, deve ter a sua teoria, que é a que conhecemos como teoria do Job Search.

Toda a argumentação desenvolvida tendente a provar que não é possível uma redução do desemprego sem

provocar de seguida a seguir um aumento incontrollável dos preços equivale a dizer que "if the recalculated "optimal" unemployment ratio does not change in the face of the shift, greater inflation will result than before and the pattern will repeat as expectations are continually revised upward: there will occur what is popularly called a "wages-price spiral" that is 'explosive' or 'hyperinflationary' in character".(125)

Nesta concepção, o desemprego é um problema que diz respeito a afectação óptima dos recursos, pelo que a abordagem é possível apenas desde um ponto de vista microeconómico. Os desenvolvimentos que de facto a teoria do Job Search proporciona, apontam neste sentido, como aliás é reconhecido.

2.3.6.2. A teoria do Job Search e o desemprego voluntário.

Consideremos como referência um modelo de taxa natural de desemprego desenvolvido por S.Salop . Os seus pressupostos encontram-se na aceitação da hipótese da taxa natural, o que implica reduzir o objecto do seu estudo ao desemprego friccional, quer dizer, à existência positiva de uma taxa fruto das imperfeições no processo de pesquisa, ou de informação imperfeita.

Presume-se que os trabalhadores iniciam a pesquisa de informação, tendo em vista geralmente (se não unicamente), informarem-se sobre os salários. Eles abandonam o trabalho, pois a atividade de desempregado é

óptima quando o tempo é dedicado " to search among available vacancies for a more preferred position" (126).

Por outro lado as restrições das empresas devem-se à impossibilidade dos empresários de pagar salários iguais a todos os seus empregados. Esta impossibilidade tem a sua base nas restrições morais, no risco moral, nas imperfeições no mercado de capitais que impedem os mercados de trabalho de se ajustarem simultaneamente.

Esta discordância entre por um lado as preferências dos trabalhadores, pois enquanto a taxa de substituição marginal seja superior ao seu "reservation wage" este continuará a procurar, e por outro lado as restrições das empresas de pagar salários correspondentes à produtividade do trabalho, provocará fricções de carácter estrutural nos diferentes mercados.

As restrições já enunciadas impedem temporariamente o ajustamento, pela incapacidade de todos os mercados se ajustarem, pela estrutura da própria economia que funciona condicionada pelas restrições institucionais que representam os salários mínimos.

Repare-se que as hipóteses tradicionalmente aceites pela teoria neo-clássica são aqui modificadas. O mercado de trabalho não é homogêneo, os salários não correspondem necessariamente ao óptimo, pois as empresas deveriam pagar aos jovens a empregar menos que aquilo a

que são obrigadas, fruto do "moral hazard" crescente das sociedades modernas; podemos estender esta ideia a todos os empregos cuja remuneração é fixada pelos salários mínimos, pelos contratos sectoriais ou nacionais.

As implicações deste raciocínio são as mesmas que elucidamos anteriormente, correspondente à visão que a afectação óptima dos recursos e a sua reprodução no sistema serão afectados negativamente por aquelas restrições morais e institucionais.

A limitação na afectação óptima dos recursos gera perturbações, fricções, e retarda os ajustamentos estruturais. Nesta visão, em que está implícita uma análise de equilíbrio de curto prazo, mas com pretensões não explicitadas de generalização do fenómeno do desemprego para todos os casos no longo prazo, repete-se a explicação da causa do desemprego enquanto resultado de restrições que fazem desviar-se o sistema do seu ideal, frequentemente estacionário. (127)

A hipótese da existência de mercados de trabalho internos e externos significa que as firmas e os indivíduos se comportam de um modo um pouco diferente do modelo histórico neo-clássico. Implica, como postulam os segmentacionistas, que as empresas tomam em conta os custos de "turnover", assim como os indivíduos consideram remunerações não-pecuniárias. Agora, se esta hipótese é aceite pelos neo-clássicos, como nos mostra Salop, somos levados a perguntar se assistimos à construção de uma nova teoria do desemprego, ou uma

extensão do programa de investigação neo-clássico, em que se conservam algumas premissas básicas do seu *hard-core*. Existem elementos que nos levam a pensar que se trata de uma ampliação do seu programa científico.

A fim de concretizar tal ideia vamos começar pela análise dos postulados que representam uma antevisão do programa de investigação da chamada nova escola clássica.

2.3.6.3. A nova escola clássica e o desemprego voluntário.

O propósito geral desta escola é restabelecer a capacidade da teoria do equilíbrio de formular uma teoria dos ciclos económicos (128). Propõem-se resolver alguns aspectos críticos da teoria neo-clássica que, baseados na análise estática, postulavam que o nível de output e emprego estavam determinados independentemente do nível dos preços e da procura de emprego.

Admitindo que existem correlações positivas nas séries temporais (fenómenos históricos) que relacionam causalmente a procura agregada e a inflação com o output e o emprego, a nova escola clássica propõe-se demonstrar, que essas correlações podem ser verificadas, mantendo a hipótese de que os mercados "clear" e que os agentes se comportam optimamente. A chave para restabelecer essa hipótese está em afrouxar a hipótese de informação perfeita assumida na teoria "clássica".

Os agentes fazem a suas ofertas e procuras, baseados nas variáveis reais, incluindo os preços relativos. Não obstante, assume-se que cada agente tem informações limitadas, recebendo informações mais frequentes acerca de alguns preços do que de outros. Na base da sua informação limitada- a lista que o agente possui dos preços correntes e futuros de vários bens- assume-se que os agentes fazem uma estimativa, a melhor possível, de todos os preços relativos que influenciam as suas decisões sobre as ofertas e procuras.

Se eles não tem a informação necessária para computar perfeitamente os preços relativos que são do seu interesse, os agentes cometem erros inevitáveis, dada a sua informação limitada.

Em particular sob certas condições, os agentes tendem temporariamente a confundir um incremento geral nos preços absolutos, como um incremento nos preços relativos dos bens que estão a vender, pelo que vão aumentar os preços relativos dos bens que estão a ofertar, os quais "they had previously planned" (129). Se em média cada um está cometendo o mesmo erro, o output agregado crescerá acima do nível actual. Reconhecer-se-á a similitude com o raciocínio de Friedman, expresso no "Nobel Lectures".

A hipótese das expectativas racionais assume que os agentes fazem uso o melhor possível das informações limitadas que têm, e que conhecem a distribuição provável objectiva. Esta hipótese impõe-se, aderindo

simultaneamente à da teoria do equilíbrio.

Na teoria da nova escola clássica, as perturbações na procura agregada, conduzem a uma correlação positiva entre mudanças inesperadas no nível agregado de preços, e revisões no output agregado ao nível planeado previamente.

A nova teoria propõe-se também explicar as correlações positivas entre as revisões no output agregado e os incrementos inesperados na oferta de moeda. Se a teoria prevê correlações positivas entre a taxa de inflação ou oferta de moeda por um lado, e do nível do output, por outro, ela afirma que tais correlações não podem descrever "trade-offs" que possam ser explorados pela autoridade política. i.e., não existe caminho possível a ser seguido pela a autoridade de modo sistemático e activo, a fim de obter uma taxa de output que em média seja superior à do ciclo económico.

A ideia central das explicações baseadas no equilíbrio sobre o ciclo económico, é que as flutuações económicas surgem quando os agentes reagem às mudanças inesperadas nas variáveis que afectam as suas decisões.

Estas explicações limitam amplamente a capacidade da política governamental de compensar as mudanças iniciadas, pois o governo deve ser capaz de prever os "shocks" invisíveis aos agentes, mas ao mesmo tempo deve ser incapaz de revelar a informação avançada. Por outro lado, a política governamental pro-cíclica deve ser ela

própria não-previsível aos agentes privados, mas ao mesmo tempo deve estar correlacionada sistematicamente com o estado da economia. A sua efectividade residiria na incapacidade dos agentes privados em reconhecer os padrões da política monetária e fiscal.

Um regresso a velhas premissas da teoria "clássica" (o sistema ou se encontra em equilíbrio ou tende para ele), ao mesmo tempo que rejeita a política monetária e fiscal keynesiana, procura inserir a teoria dos ciclos no quadro do equilíbrio geral. Procura esclarecer-se agora o mistério do desemprego, pois que se todos os mercados se ajustam, o equilíbrio com subemprego permanece inexplicável.

Como sabemos, uma característica da teoria do equilíbrio é que todos os mercados "clear", o que significa que os preços e quantidades são vistos como o resultado das decisões tomadas pelas firmas e consumidores, implicando a aceitação da hipótese convencional de equivalência entre procura-oferta. Não se anulando assim a hipótese de outras formas de equilíbrio.

Se se pensar no facto óbvio de que o mercado de trabalho "not clear", depreende-se que os factos negam a hipótese. Lucas e Sargent afirmam que "cleared markets" é só um princípio, o qual não se verifica por observação directa e que pode ou não ser utilizado na construção de hipóteses bem sucedidas sobre o comportamento das séries.

Um refinamento do postulado inexplicado de um mercado de trabalho excedentário tem sido sugerido pelo facto (indiscutível, segundo L.e S.) de existirem contratos de longo prazo, com horizontes de 2 ou 3 anos. " Thus equilibrium theorizing provides a way, probably the only way we have, to construct a model of long-term contract" (130), que exige que a existência desta hipótese não invalide a aplicabilidade do equilíbrio.

Phelps e Taylor demonstram que algumas das conclusões dos modelos de equilíbrio são modificadas " if one substitutes for period-by-period market clearing the imposition of long-term contract drawn contingent on restricted information sets that are exogenously imposed and that are assumed to be independent of monetary and fiscal regimes" (131)

A teoria sugere que o conjunto particular de informação sobre a qual os contratos são tornados contingentes, não é imutável, mas depende da estrutura dos custos e benefícios da recolha das várias espécies de informação. A estrutura de custos e benefícios variará com a mudança nos processos estocásticos exógenos face aos agentes.

A nova escola clássica postula que os erros de previsão, que são os impulsos na procura agregada, não são correlacionados em série (correlações entre procura e inflação por um lado e o output e o emprego por outro), mas que é certamente possível que o mecanismo de

propagação trabalhe a fim de converter os impulsos na procura agregada em movimentos correlacionados em série com as variáveis reais tais como o output e emprego. Quais são esse mecanismos?

Conhecem-se três mecanismos de propagação; primeiro, a firma converte os "serially uncorrelated forecast errors in predicting relative prices into serially correlated movements in factor demands and output" (132); segundo, os planos de acumulação ótimos dos consumidores, relativamente às suas exigências por capital físico e outros activos, convertem impulsos não-correlacionados em série em procuras correlacionadas em série para a acumulação de activos reais; o terceiro diz respeito aos trabalhos efetuados ao interior da teoria de Job Search.

A teoria da Job Search procura explicar, como já sabemos, porque é que alguns trabalhadores, que por alguma razão estão sem emprego, pensam que é racional não aceitar o primeiro emprego oferecido, mas permanecer desempregados durante algum tempo até se materializarem melhores ofertas. Do mesmo modo, explica porque é que uma firma pensa ser óptimo esperar até que apareça um aprendiz mais adequado aos seus interesses. Deste desencontro surge a persistência de postos vagos. Este mecanismo parece, eventualmente, desempenhar um papel importante na modelização bem sucedida das séries temporais da taxa de desemprego.

A reconstituição de algumas das velhas ideias

neo-clássicas, que retomam nova vida através da hipótese das expectativas racionais, base da conduta dos agentes, permite à nova escola clássica encarar o problema do desemprego em termos mais gerais. Veremos em continuação como Lucas nos fornece aquilo que ele próprio denomina um "skizze" teórico ou um catálogo de exigências a uma teoria geral do desemprego.

Se o equívoco "clássico-keynesiano" (133) sobre o desemprego permanece objecto de controvérsia, pois são confrontadas não só evidências empíricas, como sobretudo antevistas que assumem a forma de postulados irreconciliáveis, pelo menos pela primeira vez na teoria económica inicia-se o abandono de um outro equívoco sobre o desemprego. É mérito de Lucas ter formulado com absoluta clareza que uma teoria do desemprego deve ser uma teoria dos desempregados.

2.3.6.4. O desemprego: um novo modelo.

No equilíbrio geral walrasiano, termos como empregado, empregador, despedimentos, etc, não têm lugar. Os mercados walrasianos, quanto muito, permitem horas desempregadas de serviços laborais, mas nunca permitem determinar o desemprego de pessoas desempregadas. " if we are serious about obtaining a theory of unemployment, we want a theory of unemployed people, not unemployed 'hours of labor services'..."(134).

Uma teoria que queira acometer com sucesso o problema do desemprego deve distinguir entre duas situações diferentes. Primeiro, o desemprego resultante de decisões unilaterais, como renúncia ao trabalho, despedimento, etc, onde o salário tem um papel certamente não evidente; segundo, os trabalhadores que por alguma razão perdem o seu trabalho, passam por um período de desemprego em vez de tomar um trabalho temporário qualquer, disponíveis no mercado de trabalho em qualquer economia.

Esta segunda situação é aquela que interessa a Lucas, pois permite explicar porque é que as pessoas afectam tempo a uma actividade especial como o desemprego, em função das suas preferências.

O desemprego será abordado em termos de actividade, onde se integram as ideias de Job Search iniciadas por Stigler e a análise sequencial de Bellman e Wald.

Consideremos o modelo de McCall's que Lucas analisa, recordando que se trata de evidenciar elementos de uma teoria do desemprego, e não "a teoria do desemprego" enquanto tal, i.e., suficientemente geral.

Um trabalhador individual recebe pelo período em que trabalha o salário w . Se trabalhar um número de horas fixas, obtém w , ou pesquisa outro emprego, pelo que recebe "nada". Quer dizer o homem encontra-se entre w ou 0. Se ele optar por trabalhar no primeiro período

receberá w ; no período seguinte obterá o mesmo salário w mas com a probabilidade $1-\theta$; θ é a probabilidade de vir a perder esse trabalho, ou o seu risco, obtendo nesse caso o salário 0. A pesquisa é modelizada seguindo uma distribuição de salários com probabilidade fixa do tipo $G(w)$. Se o objetivo do trabalhador é maximizar os valores que espera obter, descontados pelo factor β , então $v(w)$ é o valor desse objetivo para o trabalhador que começa com w ; $v(w)$ deve satisfazer a equação de Bellman :

$$v(w) = \max [w + \beta(1-\theta)v(w) + \beta\theta v(w'), \beta \int v(w') dG(w')].$$

O significado desta equação é que, se o valor do primeiro termo da equação supera o segundo, a melhor decisão será trabalhar; no caso contrário o processo de pesquisa é ótimo.

Trata-se da conhecida hipótese que sendo o w' o reservation wage se $w > w'$ o indivíduo trabalhará, caso contrário continuará na pesquisa. É uma hipótese forte, onde provavelmente o leque de indivíduos, cuja conduta se lhe assemelha, reduz-se a algumas categorias profissionais, ou presuppõe uma cobertura total do seguro de desemprego equivalente ao último salário recebido, sem restrições temporais.

O salário de reserva será uma função da probabilidade de perda de emprego θ , do factor β e dos parâmetros de oferta distribuída G . Pode-se exprimir assim a quantidade de tempo dedicado à pesquisa, a sua taxa média de emprego de longo prazo em função de w' :

$$u = \theta / (1 + \theta - G(w^*)),$$

Da fórmula depreende-se que a teoria pode prever a duração dos períodos de emprego e do desemprego, bem como a distribuição dos ganhos dos trabalhadores. Isto é o que Lucas chama um protótipo de teoria de desemprego.

A capacidade de responder a um determinado conjunto de questões críticas, permite precisar melhor o alcance da teoria. Porque é que o indivíduo não trabalha e pesquisa ofertas diferentes? Por acaso não apreende nada sobre as oportunidades de emprego enquanto procura? Porque encara uma distribuição de possibilidades de salários, em oposição a uma distribuição de ofertas de emprego ao salário dado? São os problemas que levanta Lucas. Poderíamos adicionar um problema que nos parece vital. Porque é que se assume que o indivíduo inicia uma actividade de desemprego (antes de procurar emprego abandona voluntariamente o trabalho), pressupondo que é óptima essa actividade a fim de recolher e elaborar a informação sobre a distribuição da "oferta de salários" ?

Esta hipótese redutora da conduta dos indivíduos, simplifica bastante o estudo da mobilidade dos trabalhadores. É difícil imaginar-se que os trabalhadores em geral optem por abandonar o seu emprego a fim de procurar outro, sem antes ter feito uma pesquisa no mercado. É evidente que tratando o problema deste modo, o desemprego só pode caracterizar-se em

termos de voluntariedade.

Resulta estranha a afirmação de Lucas de que a tarefa das ciências sociais é compreender o " human behavior by visualizing the situations people find themselves in, the options they face and the pros and cons as they themselves see them " (135), enquanto que a conduta dos indivíduos se reduz a hipóteses que no mínimo nos parecem não verificáveis para casos gerais.

O modelo refere-se ao problema da decisão que o indivíduo tomará, dada uma distribuição de salários G . Normalmente supõe-se que o indivíduo procura um emprego para um salário dado. Quer dizer, as características do emprego, e as qualificações do trabalhador são as variáveis que se confrontam com um salário dado. Lucas resolve a situação recorrendo à ideia de que "jobs as matches between tasks and workers are homogeneous in an ex ante sense but heterogeneous in an ex post sense" (136). Esta é sem dúvida uma ideia bastante simplificada da procura e oferta de emprego, provavelmente uma ideia do processo de produção da época dos primórdios do capitalismo, em que a tecnologia rudimentar exigia uma qualificação homogênea extremamente criativa em processos de produção heterogêneos referentes à produtividade e intensidade do trabalho.

Será necessário reinterpretar o modelo de McCall, mudando a definição de algumas categorias. O salário w não é um salário de mercado mas uma variável de produtividade, pelo que G também deve ser interpretado

nesse sentido. Se pensamos que o trabalhador expressa as suas preferências de consumo $\{c_t\}$ rescrevemos o modelo:

$$E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t U(c_t) \right\}.$$

Se cada trabalhador consome o seu ganho w_t em cada período, a equação de Bellman é:

$$v(w) = \text{Max} [U(w) + \beta(1-\theta)v(w) + \beta\theta v(0), U(0) + \beta \int v(w') dG(w')].$$

Ao rescrever a equação teremos v e w dependentes da forma da função de utilidade, que é o caminho para entender por que razão os trabalhadores enfrentam uma oferta de salários que é ao mesmo tempo uma exigência em termos de produtividade, mas que implica vislumbrar um certo prazer no trabalho que contribua para maximizar a sua utilidade. Mas uma oferta de salários não viola a lei do preço único?

Lucas vai considerar outra ideia velha (a de que o salário corresponde à produtividade marginal), a fim de explicar como se consegue de uma oferta de salários variada um que corresponda ao de equilíbrio, o que implicaria que existem várias produtividades. As pessoas realizam várias actividades bem, mas é necessário tempo e esforço para encontrar a tarefa que desempenham melhor. Somos avisados que na conduta dos indivíduos e das suas preferências está a base de determinadas fricções.

Um outro aspecto que também é relevante, diz respeito ao risco que um determinado emprego (posto de

trabalho) corre, que pode inclusivamente prolongar-se no processo de pesquisa como uma cadeia de "bad matches". Está implícito que o emprego-qualificação-posto-de-trabalho estão sujeitos a uma mudança frequente se vistos na base da dinâmica capitalista. Se a situação de desemprego desse trabalhador ou de qualquer outro se torna do conhecimento geral, ele terá que tomar as suas decisões maximizando o valor de mercado dos seus ganhos, mesmo se este não corresponde à sua produtividade marginal.

Podemos derivar destas observações gerais que o que se pretende é formular as várias situações e casos de desemprego, em concordância com uma tipologia em que o desemprego friccional inclui aspectos estruturais gerados a partir das actitudes, expectativas, motivações, dos comportamentos dos indivíduos desempregados, enquanto que o desemprego conjuntural seria esclarecido através das flutuações do ciclo económico.

Para os dois primeiros tipos, a abordagem microeconómica é a mais apropriada, " focusing on employment as an individual problem, identical in character in business cycle peaks and troughs.. is the key step in designing social policies to deal with it "(137). O desemprego motivado pelas flutuações económicas é o verdadeiro programa de investigação de Lucas e Sargent.

Os elementos desta análise são desenvolvidos a partir da hipótese de expectativas racionais, que como escrevemos anteriormente, pressupõe uma informação pública e conhecida para todos os agentes. As implicações desta hipótese são visíveis pois, por exemplo, se considerarmos um "shock" monetário antecipado, o seu efeito será obviamente neutro, invalidando a eficácia de qualquer política que combata o desemprego cíclico com manipulações monetárias que reatem o círculo virtuoso dos investimentos que absorvam o excesso de oferta.

Um segundo elemento a ser tomado em consideração é a rigidez dos preços nominais, posição que os distancia da hipótese de Friedman, pois são considerados não tanto os efeitos de informação, como sobretudo os seus efeitos directos que significam que os preços nominais não respondem proporcionalmente aos movimentos na moeda.

Para Lucas significa a hipótese de elaborar "monetary bussines cycles based on some kind of nominal price rigidity " (138). A introdução da hipótese da rigidez a que Lucas faz alusão abandona a tese de que uma alteração na moeda só tem efeitos nos preços absolutos e absolutamente nada em preços relativos e quantidades " but in which prices are observed to respond less than proportionally, and quantities similarly react 'inappropriately' " (139).

A introdução de uma hipótese de rigidez nos preços existe desde Keynes, e o próprio Patinkin

procurou demonstrar que ela, pelo contrário, não só viabiliza as considerações neo-clássicas, como permite demonstrar o desemprego involuntário.

Lucas contesta que a hipótese de preços rígidos seja compatível com a hipótese de competitividade, o que equivale a dizer que se o mercado de trabalho não se ajusta, não se pode pensar que a oferta de trabalho irá comportar-se como se não tivesse restrições. O postulado da competitividade pressupõe que os indivíduos contribuem para que, em princípio, os mercados se ajustem, comportando-se racionalmente. (self-goal).

A crítica que é endereçada sobretudo à corrente desequilibrista, nega a validade das taxonomias em que se postula regimens diferentes conforme o diagnóstico teórico, que conduz a utilizar o modelo neo-clássico quando se está em pleno emprego tendente a clarificar situações de longo prazo, ou o modelo keynesiano ("rigid model") com restrições e rigidez de preços para o curto prazo. A ineficácia revela-se sobretudo pela sua incapacidade de fornecer conclusões operativas predictivas "such taxonomies provide little more than a system for labeling economic events after the fact". (140)

A existência de rigidezes, segundo os modelos que Lucas critica, tem que apoiar-se em razões motivadas pela conduta dos agentes. A atenção nesses modelos de rigidez concentra-se nos contratos que os agentes

assinam por períodos de vários anos fixando preços e salários.

Alternativamente, Lucas pensa que a teoria que assuma a natureza da conduta do agentes (competitiva ou monopolística), deverá fazê-lo na base da informação que os agentes possuam sobre o estado do sistema a cada momento. No caso da informação monetária necessária de modo a que os agentes corrijam as mudanças nas unidades de medida, ela é pública, "then one would expect this information to be used, independent of the form of interaction among agents" (141). Se a informação não é disponível para todos os agentes as correcções não são possíveis, e a eventualidade do desemprego será evidente.

Trata-se de uma teoria na forja que reconhecendo-se na tradição de Smith, Ricardo, Marshall e Walras, pretende enterrar a macro-economia restituindo à teoria económica " the engine for the discovery of truth" .

As contribuições desta chamada "nova escola clássica" foram desenvolvidas no claro intuito de responder à urgência de uma teoria geral do desemprego, em que se integram os vários tipos de desempregos anunciados por Keynes há mais de quarenta anos.

O mais interessante é que a teoria estabelece contactos com a micro-economia para explicar os tipos friccional e estrutural, qualificando-os de voluntários. Implicitamente admite um terceiro caso produto da rigidez dos preços, pelas incoerências geradas a partir

de uma política monetária errática, na disponibilidade de informação dos agentes sobre o valor da moeda que induz a reações nos preços relativos e movimentos nas quantidades. Este caso envolve a hipótese de que o papel da instabilidade monetária é vista como variável independente gerando flutuações reais, e portanto do emprego/desemprego. Se se considerar as flutuações económicas como o resultado das afectações eficientes dos recursos, o desemprego é eficiente constituindo uma taxa natural.

2.3.7. Teorias explicativas alternativas sobre o desemprego

2.3.7.1. A corrente da regulação: o modo de regulação e desemprego.

1.- É evidente que a crítica a uma teoria pode fazer-se a partir da sua própria base, da sua lógica e poder explicativo. Corre-se todavia o risco de permanecer no interior do seu próprio quadro. Uma crítica que pretenda ir para além desse quadro de referência enfrenta problemas epistemológicos e metodológicos de certa envergadura.

A corrente regulacionista representa uma tentativa de saída do quadro teórico de modo a responder às exigências metodológicas que surgem da crítica aos

modelos tradicionais, i.e., os modelos neo-clássico, keynesiano e marxista. " ela constitui-se justamente para tentar superar a incapacidade dos corpos tradicionais da ciência econômica " (142).

Não é nosso propósito desvendar os vários mistérios da teoria, mas sim explicitar os laços causais em torno do desemprego, os que se encontram implícitos na análise e que os autores considerados representativos desta corrente desenvolvem. Para tal fim vamos primeiro traçar o seu quadro conceptual, resultando assim mais fácil e nítida a explicação do fenómeno o qual se concentra concentra a nossa atenção.

2.- O quadro conceptual desta teoria resulta de uma leitura mais o menos ecléctica da teoria marxista e keynesiana. Talvez seja exagerado falar de síntese, no mesmo sentido da síntese neo-clássica, mas há fortes indicações nesse sentido, que não podemos explorar aqui, limitando-nos a enunciar apenas tal convicção.

No centro da análise está o estudo do regime de acumulação específica que caracteriza um espaço nacional diferenciado dos outros. A introdução das noções e categorias faz-se num quadro histórico institucional, diferenciado no tempo.

Admite-se a existência de um regime de acumulação condicionado pela forma de regulação que o condiciona, acabando por caracterizá-lo.

O regime de acumulação pressupõe a existência de articulações no interior de uma formação social específica, em que se distribui e redistribui sistematicamente o produto social num período histórico prolongado.

Nesse processo histórico reajustam-se constantemente as condições de produção e consumo das variadas camadas sociais.

Quer dizer, o processo de ajustamento entre produção social (oferta) e o consumo final (procura) é explicado por variáveis que actuam em circunstâncias institucionais e históricas concretas. Esas formas institucionais estão na base das regularidades que garantem a reprodução de um regime de acumulação.

Um problema que surge é o de dar coerência às formas institucionais que determinam os ajustamentos. Elas são normas sociais, compromissos entre os diferentes grupos e classes sociais que se reflectem no sistema económico, dando expressão a uma regulação específica.

São uma dinâmica das decisões dos diferentes agentes compatibilizadas em normas, estatutos, compromissos, funções estatais, instituições, legislação, que dão lugar a uma forma de regulação com características peculiares. Numa linguagem mais filosófica é a integração da dialéctica objeto-sujeito na economia, que faz parte de um sistema estruturado e

dinâmico, com um relacionamento espaço-tempo igualmente definido.

Cada modo de regulação terá assim uma configuração institucional referida às formas da concorrência, a gestão monetária, ao lugar do estado como agente e os seus instrumentos de intervenção económica, a gestão da mão-de-obra e relação salarial e o grau de inserção na economia internacional.

Com este quadro conceptual, que de modo nenhum esgotamos analiticamente, distinguem-se duas formas de regulação: a regulação concorrencial e a monopólica.

3.- Na regulação concorrencial, a regulação da procura social e da determinação das quantidades de força de trabalho requeridas, são submetidas a correcções quantitativas ex-post, resultando superprodução e desemprego, pois os agentes económicos atomizados estão impossibilitados de regular os mercados, sendo a validação social através deles.

O estado intervém no mercado monetário e de mão-de-obra, limitando os perímetros de um espaço concorrencial, mas nunca intervindo para romper o automatismo dos mecanismos de ajustamento: preços, salários, quantidade de moeda. É a regulação típica da época da livre concorrência.

4.- A grande depressão marcaria o início de um período de regulação monopolista. A mudança das formas institucionais operou-se através de um período de

extraordinária violência económica.

Passou-se de uma lógica de concorrência livre para uma de tipo monopolística. A criação de grandes grupos económicos, com grandes centros de produção e capacidade financeira autónoma permite estratégias planeadas com horizontes económicos amplos e vastos, que ultrapassam a dimensão local, regional e mesmo nacional, internacionalizando-se. Essa lógica converte-os em price-maker, operando com rendimentos crescentes na base de margens de lucro pré-estabelecidas, ganhando importância os ajustamento pelas quantidades.

A moeda deixou de ser uma mercadoria particular, transformando-se num elo de ligação das actividades comerciais e creditícias, com mecanismos de criação monetária desligados totalmente do padrão ouro; tornou-se mais flexível, susceptível de adaptar-se às necessidades das empresas, estabilizando as fontes e ritmo da acumulação. A moeda de curso forçado com garantia estatal é de certo modo uma válvula contra as depressões, mas portadora contemporaneamente das tensões inflacionistas.

O estado deixa de ser um árbitro parcial, para ser um activo executor de políticas que influenciam directamente as relações sociais, desde a produção ao consumo, fixando a massa monetária, o salário mínimo, criando empresas ou dirigindo sectores estratégicos, normalizando o consumo, fixando a taxa de câmbio,

fixando políticas de rendimentos e preços. Numa palavra, transformando-se no Welfare-State.

5.- Entre as formas institucionais que têm a ver com o funcionamento do mercado de trabalho está a determinação da relação salarial. Na formação social capitalista, a relação salarial específica de cada modo de regulação revela-nos a forma como se processa a sua utilização no processo produtivo.

Ela é uma relação mercantil característica de uma sociedade que separa os produtores dos seus meios de produção, obrigando-os à venda da sua força de trabalho, sendo o seu consumo limitado pela lógica da acumulação do capital.

A relação salarial engloba cinco aspectos característicos: primeiro, a organização do processo de trabalho; segundo, uma hierarquia das qualificações; terceiro, a mobilidade dos trabalhadores; quarto, a formação dos salários directos e indirectos e, quinto, a utilização do rendimento salarial.

A relação salarial da época concorrencial caracterizava-se por uma grande adequação dos salários às variações dos preços e da procura de trabalho e por conseguinte das variações do emprego às variações da oferta de bens (produção social), sendo o consumo uma variável dependente das flutuações da oferta e da acumulação.

Parece haver uma certa consonância formal

dos regulacionistas com a análise neo-clássica sobre a importância do nível de salário para a verificação do ajustamento que determina a quantidade de trabalho a empregar. Pelo menos no que se refere ao período que vai até à primeira grande guerra.

Fizemos já alusão a perplexidade de Pigou face à situação cambiante que se produz nas taxas de desemprego a seguir à primeira Grande Guerra, embora este continue convencido da importância que tem a flexibilidade dos salários para os ajustamentos.

Também Marx, embora por motivos diferentes, parece aceitar a ideia do salário flexível à baixa, provocado fundamentalmente por uma taxa de investimento tendencialmente mais baixa, que se seguia a um período de repartição salários-lucros benéfica para os trabalhadores, de onde acabaria por resultar um desemprego gerado pela subversão transitória da lógica de acumulação. O desemprego resulta da ignorância das leis de funcionamento do sistema.

A relação salarial de tipo concorrencial foi modificada através de um conjunto de reformas, que regulamentam o funcionamento do mercado de trabalho e da gestão da mão-de-obra. Esta mudança das condições institucionais prova de certo modo as consequências na análise do emprego-desemprego (do mercado de trabalho) que têm de se considerar ao manter a hipótese do trabalho como um bem igual aos outros.

A dinâmica das mutações da relação salarial,

influencia não só a reprodução da força de trabalho, como a própria dinâmica da produção social e a sua estabilidade. É bem conhecido que a maior parte da análise empírica sobre o problema do desemprego atribue para a rigidez dos salários, a causa do desemprego.

As mudanças na relação salarial, que introduzem, por um lado, condições mínimas de reprodução da mão-de-obra, salário mínimo, seguro de desemprego, restrições proteccionistas da oferta de trabalho (proibição do trabalho infantil, de limitação do trabalho nocturno, etc) e, por outro, uma gestão da mão-de-obra criando segmentos relativamente privilegiados em termos de formação, mobilidade numa escala de hierarquias, etc. Os salários têm uma tendência para a rigidez, não fruto do comportamento dos assalariados, mas provocada pela dinâmica dessa relação salarial reformulada e revista pela mercadoria especial força de trabalho. (143)

A relação salarial correspondente ao tipo de regulação monopolista introduz justamente as modificações que evolutivamente foram ganhas pela via reivindicativa dos trabalhadores no mercado de trabalho nos diferentes espaços nacionais. A legislação que regulamenta tanto os despedimentos colectivos como os individuais, os horários de trabalho e repouso, os salários e pensões de reformas, a indexação dos salários às variações dos preços e aos aumentos da produtividade.

Embora as variações do salário resulte também de

um regime de acumulação intensiva que permite a existência de uma norma de consumo mais estável, configurando um modo de vida compatível com a produção em massa que caracteriza a produção capitalista moderna baseada numa organização do trabalho fordista ou neo-fordista. Os ajustamentos entre produção social e procura efectiva têm uma relação salarial que contribui para a sua efectivação.

Nesta descrição teórica, o desemprego está associado a crises que surgem como resultado do desajustamento entre modo de regulação (a invenção social) e o regime de acumulação.

Enquanto o modo de regulação seja capaz de influenciar positivamente o padrão de acumulação e não cause perturbações, o sistema funciona. As perturbações originam movimentos correctivos, gerando desajustamentos transitórios.

Um tipo de desemprego conjuntural poderá surgir quando a procura efectiva é insuficiente, seja porque os salários são muito altos, diminuindo a lucratividade das empresas e impedindo o retorno da acumulação ao seu nível "normal" , seja porque a gestão monetária não toma em conta o comportamento dos grupos económicos que impõem uma margem de lucro, gerando inflação. O não tomar em conta este facto, faz com que, mantendo o banco central o mesmo nível de oferta de moeda, este provoque aumentos dos juros, e por via causal, diminuição dos investimentos, e portanto, da procura de trabalho.

Se para além disso se gerarem perturbações externas, ou lutas sociopolíticas que desconheçam os limites das normas e convenções, numa situação em que o regime de acumulação mostra tendências ao esgotamento, pode criar-se não uma crise menor, de desajustamento, mas uma crise do modo de regulação, uma crise do padrão de desenvolvimento. A saída de uma tal crise só se consegue com a mutação do quadro institucional.

O desemprego massivo actual nos países desenvolvidos tem por base um esgotamento do modo de regulação monopolista caracterizado pela acumulação intensiva do tipo neo-fordista (144), esgotamento que se manifesta na estagflação, na perda de competitividade de alguns espaços nacionais, e na incapacidade do sistema económico de continuar a absorver mais emprego, fruto de uma maior oferta devido à introdução de um número crescente de meios produtivos automatizados e métodos flexíveis baseados na robótica.

A relação salarial bloqueia de certo modo as inovações tecnológicas, pois mantendo através da luta de classes a existência de determinados postos de trabalho, a indexação dos salários aos aumentos da produtividade e dos preços, impede a definição de novos padrões de acumulação. " A coerência entre evolução das normas de produção com as normas de consumo que era típica do fordismo (neo-fordismo segundo Boyer) é posta em causa quando os ganhos de produtividade se esgotam em

consequência, entre outros factores, de uma "crise de trabalho", de uma rejeição crescente dos métodos de organização científica do trabalho " (145).

Nesta situação, a rigidez dos movimentos do emprego e dos princípios de formação dos salários, a desconexão entre trabalho e remuneração podem entrar em contradicção com a restauração das taxas de lucro, a queda da taxa de lucro nestas condições desencadeia o círculo vicioso da estagnação dos investimentos => travagem do crescimento => redução dos ganhos de produtividade => queda da taxa de lucro. Uma grande crise decorre sempre de dificuldades, quer de realização, quer de valorização do capital. (146)

Podemos concluir, assim, que os bloqueios que transparecem do modo de regulação monopolista, e a conseguinte crise de trabalho, são uma manifestação de problemas na valorização de capital.

Uma das causas do desemprego massivo actual é a queda da taxa de lucro; dito de outro modo, da falta de investimentos lucrativos, pois a relação salarial, estipulando uma norma de consumo, não permite a restauração do nível da taxa de lucro desejada.

As mutações tecnológicas em curso seriam uma resposta à luta de classes dos trabalhadores, mutações que permitem ultrapassar a rigidez dos salários e retomar a lucratividade em favor do empresários.

6.- Pode-se estabelecer uma certa relação entre

os mecanismos que explicam o desemprego nesta corrente com os da corrente desequilibrista. O desemprego keynesiano corresponderia àquilo que aqui se denomina "problemas da realização do capital", e o desemprego clássico aos "problemas de valorização do capital".

Lembremos que se trata em ambos casos de desemprego de tipo conjuntural, com carácter involuntário e voluntário respectivamente. A diferença analítica reside no facto de esta corrente explicar o carácter do desemprego não como resultado da conduta de indivíduos nos ajustamentos, mas como resultado da caducidade e necessidade de rever os contratos sociais, de onde resulta um tipo de desemprego conjuntural.

Trata-se de uma análise no quadro de um modo de regulação, em que a passagem do modo de regulação concorrencial ao modo de regulação monopolística, modifica o carácter dos ajustamentos. Enquanto que no modo concorrencial, o ajustamento se impõe espontaneamente, com a queda dos salários ao nível compatível com o desejo de lucratividade dos empresários, no modo monopolístico, os processos de ajustamento tornam-se viscosos pela existência de relações salariais regulamentadas.

Enquanto a relação salarial existente assegurar o ajustamento entre produção social e procura, a um nível compatível de lucros, o desemprego resultará da necessidade de adequações cíclicas, caso contrário as resistências à restauração do nível da taxa de lucro

desencadeiam um surto de inovações tecnológicas, com o consequente desemprego estrutural-tecnológico, na medida em que a intrusão de métodos e tecnologia mais modernas põe em causa a relação salarial. A relação salarial que é posta em causa é aquela que assegurava o pleno emprego.

Porém, uma análise apurada das causas do desemprego só poderia ser levada a cabo estudando um espaço nacional em que se situasse o quadro institucional de modo particular, atendendo a que as formações sociais, embora sujeitas a regularidades gerais, apresentam características específicas. Embora tal não invalide a existência de uma premissa básica que resulta da constatação histórica de que o emprego é hoje a base principal para a vida das pessoas, e, provavelmente, a única fonte de rendimento (147).

No caso francês, que M. Piore referencia, o desemprego é analisado recolhendo uma ampla e dispersa bateria de variáveis, que incluem a distribuição da força de trabalho pelos sectores, a composição geográfica da população, o emprego por dimensão dos estabelecimentos, a influência da separação urbano-rural na determinação do volume de emprego, etc.

Um dos resultados deste estudo indica a alta correlação que existe entre as variáveis consideradas do lado da oferta e do lado da procura, impedindo validar qualquer conclusão que considere o desemprego em termos de curvas de oferta e procura. Existem forças que operam

de ambos os lados; são essas as forças que têm interesse analítico. Utiliza-se o método das componentes principais, que permite expressar uma combinação linear de variáveis a partir de um número superior de variáveis originais, as quais têm a propriedade de explicar a variância do fenómeno em estudo, através da variância desse conjunto mais reduzido de variáveis, permitindo explicar o fenómeno. Desse modo quantitativo-qualitativo explica-se o fenómeno do desemprego num espaço nacional através do tempo. (148)

É óbvio que a teoria da regulação, formulada sob nos princípios gerais, fica-se pela descrição dos fenómenos de modo extensivo e repetidos no tempo, sem esclarecer os mecanismos que desencadeiam os fenómenos, ficando a dúvida se a análise específica se deva fazer recorrendo às categorias de origem marxista, keynesiana ou neo-clássica.

A contribuição desta corrente segue a tradição aberta por Marx, em restituir a análise dos problemas o seu carácter histórico, diferenciado no tempo. O desemprego não seria um fenómeno único e as suas manifestações diferentes, pois, " ..the economy must be understood as the product of a continuing historical evolution and as embedded in social process " (149).

A última contribuição que vamos estudar é a que se conhece como segmentacionista, pois concebe o mercado de trabalho não como um todo indivisível, representando-o, antes pelo contrário, dividido em segmentos.

2.3.7.2. A segmentação do mercado de trabalho.

1.- As teses da segmentação tem a sua base a partir de uma observação crítica sobre as hipóteses que caracterizam a conduta dos agentes económicos no mercado de trabalho e que representam os postulados normais sobre o mercado de trabalho tais como : a homogeneidade do trabalho, a atonicidade da oferta e procura, a transparência que preescreve uma informação perfeita para todos os intervenientes no mercado de trabalho, o papel do salário como categoria central nos processos de ajustamento entre oferta e procura (150).

A sua afirmação positiva, vai para além da ruptura com o modelo tradicional, inserindo-se numa proposta de visão divergente da abordagem em termos de ajustamentos, por meio do salário, entre ofertas e procuras.

Afirma-se pela observação de que existe no mercado de trabalho uma dualidade que tem a sua explicação, primeiro, no facto de que os empresários contratam força de trabalho com maior capital humano e treino incorporado.

Em primeiro lugar, o trabalho transforma-se num factor quasi-fixo, hipótese que, de per si, nega a hipótese de homogeneidade e invalida a eficácia do método da estática comparativa; em segundo lugar, certos grupos de trabalhadores obrigam aos empresários a

considerá-los parceiros na empresa; em terceiro lugar, a dualidade é o produto da existência de contratos de trabalho nacionais entre trabalhadores e empresários, onde estes últimos, em troca de certas concessões ao nível dos salários concordam em estabilizar o nível de emprego (151).

Esta dualidade manifesta-se no mercado de trabalho através da existência de vários segmentos. A mão-de-obra distribue-se pelas empresas, que definem o perfil que caracterizam as remunerações, as formas de progressão na hierarquia profissional, a segurança no emprego, a formação e treino associado a um nível de qualificações, bem como o status social-profissional definido na base da concertação.

Definem-se um segmento primário, um secundário, segundo se trate de segmentos com altos rendimentos, estatuto de estabilidade e progressão na hierarquia de emprego, associados a um nível de qualificação específico e treino relevantes para a empresa. O recrutamento (procura de trabalho) faz-se conforme um claro esquema de inserção num segmento, diferenciando-se assim a força de trabalho.

O segmento inferior ou secundário caracteriza-se pelo baixo teor das remunerações, pela escassa organização sindical e poder negocial, pelo baixo nível das qualificações, etc.

A força de trabalho é heterogênea, pelas suas qualificações, grau de acesso à informação, pela sua

conduta diferenciada, pois constitui-se em grupos , pela sua mobilidade diferente conforme o segmento em que se encontre, pela arbitragem que faz entre remunerações, condições de trabalho e segurança de emprego.

Esta representação da força de trabalho constitui uma reflexão mais complexa e vasta que a feita pelos modelos tradicionais. Esta representação é o resultado da observação feita pelos economistas americanos do seu mercado de trabalho, onde determinados grupos de mulheres, jovens e etnias padeciam de instabilidade de emprego, salários relativamente menores, etc, fenômenos que não se conseguiam explicar através do método normal de abordagem. Mesmo a versão melhorada do capital humano, que procurou aumentar a quantidade de capital humano incorporado nos indivíduos dos grupos discriminados, não contribui para mudar significativamente os resultados, mantendo-se a "discriminação" no mercado de trabalho inalteráveis.

A noção de dualismo não é nova, nem unicamente relacionada com o mercado de trabalho. São conhecidos os trabalhos de J.H. Boeke sobre o mercado de trabalho dual na Indonésia, ou os trabalhos de C.Kerr, no fim dos anos quarenta, sobre a balcanização do mercado de trabalho, tendentes a explicar as diferenças salariais entre os sectores modernos e tradicional.(152)

Se a teoria tradicional explora o salário

principalmente a partir da produtividade marginal do factor trabalho, as insuficiências visíveis derivadas da incapacidade de explicar a existência de diferentes salários para uma mesma produtividade marginal, obriga ao seu "aggiornamento" na teoria do capital humano, que explica as diferenças salariais através da existência de dotações de educação e treino diferentes incorporadas nos diferentes indivíduos. As tentativas de ensaio empírico não têm aportado provas suficientes a esta tese, seja pela inadequada informação estatística, seja pelo reduzido número dos grupos profissionais abrangidos pelos estudos (153).

Mas a crítica à teoria neo-clássica por parte da teoria da segmentação, não lhe confere o estatuto de uma teoria alternativa, sobretudo enquanto não responda claramente à questão dos criterios que levam à formação de diferentes segmentos. Enquanto o problema for colocado apenas em termos da educação, da formação, da organização ou escolha dos indivíduos condicionando a sua pertença a um segmento, esta teoria ainda se pode encontrar no quadro conceptual neo-clássico.

Tudo seria um problema de adaptar, melhorar e actualizar o modelo, incorporando os problemas de informação, formação, contratação colectiva, etc. Trata-se de melhorar o quadro teórico, com as extensões necessárias e recorrentes a fim de aumentar a sua eficácia interpretativa e paradigmática.

Vejamos uma tentativa de interpretação sobre a

constituição dos segmentos (154). A existência de segmentos e a diferenciação entre eles, constituindo grupos sociais diversos é função da estrutura da produção, a qual é controlada pelos proprietários dos meios de produção, os que determinam as finalidades da produção.

Na sociedade capitalista a produção é organizada pelos empresários, com o objectivo central de assegurar a acumulação e reprodução do capital. A existência de diferentes segmentos deve-se aos diversos graus de exploração a que são submetidos os diferentes grupos de trabalhadores.

A situação de maior vantagem que certos trabalhadores têm em relação a outros, deve-se às posições que estes conquistaram nas lutas sociais, criando melhores possibilidades de negociação. Contestase a delimitação a partir das diferenças tecnológicas entre eles. Defende-se, pelo contrário, que cada segmento configura uma estrutura de excedentes diferentes, onde as diferenças tecnológicas permitem obter rendimentos diferentes, os quais serão distribuídos entre capital e trabalho. Não em grau homogêneo mais, atendendo às características de cada segmento.

Explicam-se assim as diferenças remunerativas entre os trabalhadores, e a sua luta por aproximar-se, em regalias, aos segmentos mais beneficiados. Esta é uma

ideia que Keynes menciona na Teoria Geral como diferenças nos salários relativos e que é desenvolvida pelos segmentacionistas com finalidades diferentes.

Existe nesta teoria (na sua versão próxima do marxismo) uma ideia um tanto maniqueista. Segundo esta, a gestão da mão-de-obra faz-se em função da luta de classes. Esta ideia encontra-se também presente na teoria regulacionista. Dividindo a classe trabalhadora em segmentos, torna-se mais fácil condicionar os movimentos salariais, controlar as reivindicações, dividir e imperar. Sendo em parte verdade, mais pelos efeitos que pelas causas, mais pelos factos omissos que pelas acções reais, está implícita uma hipótese que exagera o grau de monopolização da economia, diminuindo o papel da concorrência ao minimizar o grau de internacionalização da economia, não considerando os movimentos da mão-de-obra.

A maior parte dos argumentos desta teoria fundamentam-se na história, carecendo de uma formalização que permita estabelecer os nexos com o fenómeno que estudamos, embora exista claramente a ideia de que a força de trabalho é uma variável de ajustamento às necessidades do capital. M Piore escreve " ..this has been true in the relatively banal sense that labor is the variable factor of production, and, as such, can be freely hired and fired as productivity fluctuates " ou " .."the labor component is generally the last factor which is taken into account, virtually forcing the labor

force to adjust to the other aspect of the economic system rather than the other way around " (155).

Quanto a permitir esclarecimentos sobre os tipos de desemprego que considera, a contribuição desta corrente é limitada. Tudo indica que uma análise dos segmentos de emprego nos permitiria determinar uma estrutura potencial de emprego-desemprego característico.

Face a mudanças tecnológicas ou a flutuações da actividade económica, esta teoria diz-nos que estes factores afectarão desigualmente os dois segmentos e nada mais. A crença na existência de um exército de reserva à la Marx que afecta sobretudo o segmento onde a mobilidade é maior, i.e., o segmento inferior ou secundário, o sector concorrencial, onde os indivíduos possuem uma maior propensão ao desemprego, em contraste com o segmento superior monopolizado, sindicalizado, aproxima certos segmentacionistas das teses marxistas.

A análise do desemprego resulta mais de um estudo pormenorizado do mercado de trabalho, da sua estrutura, da qual podem resultar causas ou factores explicativos.

Se a definição dos segmentos parece mais pacífica, susceptível de serem definidos através de critérios aceitáveis, a delimitação dos seus limites e fronteiras, assim como as suas dinâmicas, é motivo de discussão seja por parte dos neo-clássicos, seja por parte dos regulacionistas.

As mudanças tecnológicas, as formas da

concorrência e as condições histórico-institucionais põem constantemente em questão a manutenção dos segmentos. Segundo Cain, não existe a mais mínima definição de mobilidade entre os sectores, que justifique a discriminação em termos de salários ou estabilidade de emprego (156).

Mais incisiva, porém, parece-nos a crítica de Boyer. Para ele, enquanto o círculo virtuoso do crescimento da produção, do aumento do nível de vida dos trabalhadores, do aumento da taxa de lucro seja possível, as garantias de emprego mantêm-se, devem, todavia, ser excluídos os sectores em obsolescência técnica, ou aqueles em que se verifica um aumento da concorrência internacional.

Aqui geram-se mecanismos de redução do emprego, independentemente das garantias jurídicas ou institucionais (157). Isto quer dizer que a configuração de segmentos deve ser dinâmica, integrando-se mecanismos que assegurem a percepção da passagem de uma configuração a outra, pois sempre que estiverem em causa as condições de lucratividade das empresas, o padrão de acumulação, as condições de emprego são revistas. Isto tem muita importância pelas características diferentes que a gestão da mão-de-obra assume nos diferentes espaços nacionais, com diferentes graus de flexibilidade, o que dá aos segmentos diferentes graus de estabilidade.

Talvez a hipótese muito forte quanto a conduta dos empresários retire poder explicativo credível a esta

teoria. O facto dos empresários utilizarem as mudanças tecnológicas a fim de manter os segmentos divididos, e utilizarem a arma do desemprego para discriminar entre os trabalhadores, é uma tese reducionista, pecando por certo subjectivismo tecnológico.

Sem subscrever a postura neo-clássica, onde o processo tecnológico é visto como absolutamente neutro em relação a repartição do rendimento, parece-nos importante sublinhar que a inovação e criação tecnológica obedecem a processos próprios influenciados muito mais pelas características da concorrência que da luta de classes.

Os salários são altos ou baixos em relação àquilo que os empresários entendem, relativamente às suas expectativas e a lógica da acumulação, aos seus planos de necessidade de mão-de-obra, as às suas expectativas de lucro, que variam segundo a existência de convenções e normas aceites e revogáveis segundo os seus interesses e poder.

A teoria da segmentação, sem nos esclarecer sobre as causas do desemprego, indica-nos a tendência que irá a ter o emprego sobre determinados grupos, nomeadamente sobre os jovens, as mulheres, os imigrantes, trabalhadores de pequenas empresas, consoante o sector, o grau de sindicalização, a habilitação académica ou profissional, a formação, etc.

As causas do desemprego não são propriamente o

objecto de investigação desta corrente, pelo que também seria absurdo exigir tal facto. Mais, ao permitir conhecer uma estrutura do desemprego, permite-nos diferenciar casos e tipos de desemprego.

Concluimos assim uma incursão pelas "teorias do desemprego", aquela que consideramos mais relevantes e susceptíveis de influenciar a procura de um modelo explicativo sobre as causas do desemprego, permitindo-nos explicar melhor a articulação que existe entre as características do desemprego e as tipologias causais, assim como as restrições que elas próprias impõem e suas limitações.

3. A relação das causas com os tipos de desemprego.

3.1. Uma reflexão sobre as bases teóricas dos tipos de desemprego.

A nossa reflexão procurou, através da análise de um conjunto de autores, explicitar causas do desemprego, assumindo implicitamente que se estava a considerar um ou outro tipo ou categoria de desemprego.

Comprovamos que a maior parte dos autores discute o carácter do desemprego em função da conduta dos agentes económicos, diferenciando entre desemprego voluntário ou involuntário.

Pretendemos discutir em seguida qual será a melhor forma de entender a interacção que existe entre esses tipos de desemprego e as causas que permitem caracterizá-lo em termos de voluntário-involuntário.

3.1.1. A contribuição neo-clássica.

Esta contribuição aponta, como vimos, em dois sentidos. Primeiro, o desemprego apresenta-se como uma evidência da eficiência do sistema económico, pois reorienta, através da conduta dos indivíduos na procura de emprego individual, as necessidades de mão-de-obra sectorial. Segundo, o desemprego é voluntário, pois são esses indivíduos que geram a sua situação pondo-se fora da sua curva de oferta, impedindo que determinados ajustamentos se processem.

A mobilidade do capital é acompanhada pela mobilidade da mão-de-obra, assegurando a procura de emprego em novos sectores e ao mesmo tempo abandonando sectores de obsolência tecnológica.

O desemprego corresponde as necessidades da dinâmica capitalista onde as empresas destroem e criam postos de trabalho, substituem factores de produção em função da sua lucratividade e da sua acumulação, ou libertam pura e simplesmente mão-de-obra, a fim de adequar os seus custos à concorrência.

Sendo o desemprego uma variável quantitativa, adaptar-se-á, com o tempo, gerando situações friccionais de curto prazo. O processo é obstruído pela obstinação dos indivíduos, que persistem em oferecer os seus serviços a um nível de salário superior ao que permite o equilíbrio, ou optam, no pior dos casos, pelo lazer, ou, no melhor, por actividades de recolha de informação visando obter o melhor salário.

Todo o raciocínio se processa através da oferta de trabalho. A chave para descobrir as causas ou factores explicativos, está na conduta dos indivíduos no mercado de trabalho.

A teoria neo-clássica ou a recente variante da nova escola clássica pretendem explicar, através das diferentes abordagens sobre o salário, uma variada colecção de factores económicos, sociais, políticos, psicológicos, biológicos, antropológicos e outros, que

estão na base do desemprego.

Numa única categoria económica condensam-se todas as acções dos indivíduos, supondo que eles se comportam de maneira racional, maximizando uma função de utilidade, sujeitando-se a algumas restrições. Segundo Sen, é uma visão de estruturas reducionista " aimed at reducing complex and bewildering economic problems into simpler and more easily manageable ones"(158).

A noção de equilíbrio ocupa um lugar central nesta teoria, mesmo consideradas as suas várias vertentes. O facto de existirem problemas de equilíbrio entre forças que integram a procura e oferta de mão-de-obra, dá espaço para a possibilidade da sua abordagem em termos de equilíbrio.

Em equilíbrio, através das combinações quantitativas preços-salários, reduz-se a imensa interacção de centenas (milhares) de actividades dos trabalhadores integrados numa economia através do emprego.

Um excesso de oferta de trabalho impede o mercado de trabalho de equilibrar-se (market clearing), a preços dados e salários superiores ao de equilíbrio. Supondo que não existem forças internas que mudem os preços na ausência de equilíbrio, então enquanto o equilíbrio não exista o processo de ajustamento pelas quantidades continuará pressionando os salários até alcançar-se o pleno emprego.

A introdução de um afrouxamento na hipótese de informação perfeita no modelo neo-clássico original, não muda o facto de que se continue a postular um ajustamento em direção ao equilíbrio, como vimos na explicação de Lucas o princípio existe. Entretanto o processo de ajustamento ou mecanismo de propagação do fenómeno do desemprego, é mais subtilmente elaborado, assumindo um carácter de pesquisa individual.

Não existe incompatibilidade entre a "classical view", que postula um equilíbrio de longo prazo, com a explicação da existência de mecanismos de propagação, onde a pesquisa de emprego pelos indivíduos é a encarnação da mão invisível que tudo ajusta, num período mais ou menos curto. Supondo, é claro, que os indivíduos não tenham capacidade de influenciar unilateralmente os preços de mercado, o que constitui, aliás, um ideal de funcionamento de um sistema económico.

Será natural que surjam problemas friccionais, pelo que o desemprego existirá para o bem da eficiência do sistema, podendo ser corrigido com políticas adequadas, caso as fricções expressem aspectos estruturais, como nos sugere Lucas, de "dismatching between the jobs".

A complementariedade que existe entre a explicação de forças internas suficientemente poderosas que permitem equilibrar o mercado de trabalho (Pigou) e a conduta racional dos trabalhadores na procura de

emprego (Salop etc), destina-se a deixar sem fundamento a crítica sobre quais são essas forças, quais os mecanismos de ajustamento (Patinkin). A conduta racional dos trabalhadores no processo de pesquisa de emprego (Job Search) é a força que assegura o pôr em movimento um mecanismo de ajustamento ("reservation wages versus salário-produtividade)

O estudo do desemprego associado à conduta dos indivíduos, portanto uma abordagem pelo lado da oferta de trabalho, vai pressupor o seu carácter voluntário, pois é preciso compatibilizar a pesquisa individual com o postulado da conduta em termos do próprio interesse (self goal), inclusivamente compatibilizar a existência de um risco que pressupõe o manter-se num mesmo posto de trabalho e a probabilidade crescente de ficar desempregado (o problema da escolha na base do self-interested behaviour).

É justamente esta estrutura de hipóteses sobre a conduta dos trabalhadores que permite explicar o funcionamento dos mecanismos de mercado em termos de eficiência económica.(159)

Resulta assim compreensível que a teoria neo- ou "new" clássica concentre a sua atenção no desemprego friccional, caracterizando-o como voluntário. Não tivesse Keynes abordado o problema do desemprego em termos totalmente diferentes, toda a teoria seria "tried to related the phenomena of unemployment to the

behavioural characteristics of employers and workers, and ultimately to the cost and utilities associated with alternative patterns of labour market behaviour" (160).

A introdução de uma hipótese de taxa natural de desemprego não muda basicamente em nada a explicação central sobre a condição de equilíbrio, onde o salário deve corresponder à produtividade marginal.

As evidências empíricas abonatórias da certeza da sua visão sobre o desemprego/emprego das quais a teoria neo-clássica por vezes se reclama, só aportam, por um lado, a plausibilidade intuitiva de que procedendo segundo os seus postulados se alcança a eficácia económica, por outro lado, a reiteração de que não existe uma alternativa para tratar o problema do desemprego.

A posição neo-clássica é nas suas diferentes exposições ou extensões, uma posição destinada a assegurar a lógica da lucratividade das empresas, da acumulação do capital. A sua teoria do desemprego, que é uma teoria do desemprego friccional, com carácter voluntário, logicamente baseia-se "on the assumption of self-interested behaviour...and relating expected increases in productivity and efficiency to enhanced applications and effort in a system that gives freer play to private profits and systematic self-seeking" (161).

Se o desemprego é caracterizado como voluntário,

as causas que o explicam referem-se a um desemprego de tipo friccional.

3.1.2. A contribuição de Keynes.

O propósito de J.M.Keynes certamente não foi estabelecer uma tipologia do desemprego em termos de voluntariedade-involuntariedade, aliás, em rigor, ele fala na Teoria Geral de "categories of unemployment", distinguindo entre voluntário, involuntário e friccional.

Lembremos que a crítica de Keynes à teoria neo-clássica se refere ao facto de esta, postulando a igualdade entre desutilidade marginal e o salário real, nega objectivamente a possibilidade da categoria de desemprego involuntário. Dadas as hipóteses sobre o equilíbrio, o desemprego visível é o resultado da não aceitação de uma remuneração equivalente à produtividade marginal.

Para Keynes tanto o desemprego voluntário, como o desemprego friccional, são compatíveis com uma teoria do desemprego. Por desemprego voluntário entende Keynes as "várias situações de perda temporária do emprego por mudança de emprego, ou variações na procura de factores especializados, ou por imposição sindical (162).

A necessidade de esclarecer o desemprego massivo obriga a elaborar uma teoria do comportamento através da qual seja possível esclarecer o desemprego em termos

involuntários.

Obtemos através de Keynes a confirmação de que a caracterização em termos de voluntariedade-involuntariedade se prendem sobretudo com as hipóteses que se colocam sobre a conduta dos indivíduos.

O facto de trabalhadores sofrerem as consequências da ineficácia do sistema em assegurar o nível da procura efectiva que permite o pleno emprego, orienta, como já vimos, o estudo a outras formas de explicar o desemprego, caracterizando-o, dadas as restrições que os indivíduos apreendem no mercado, como involuntário.

Se os indivíduos se encontram desempregados contra a sua vontade, pois como aponta Hahn procuram "a job at the going wages" (163), estando dispostos a aceitar um emprego por qualquer salário, as causas do seu desemprego devem estar nas forças que realmente determinam o nível possível do equilíbrio.

A discussão sobre as causas do desemprego, que pressupõe uma conduta igualmente inteligente por parte dos trabalhadores, desloca-se para o lado da procura de trabalho.

O desemprego que resulta de variações na procura de trabalho, gerado a partir da incapacidade do sistema em ajustar constantemente a brecha entre o crescimento do rendimento e o crescimento do consumo, tem um carácter involuntário.

A conceptualização em termos de voluntariedade-- involuntariedade reflecte uma causalidade atribuída à oferta ou procura de trabalho, a partir da conduta associada aos agentes económicos.

A categorização que Keynes introduz na teoria Geral é condicionada pela crítica à teoria neo-clássica em termos de existirem ou não forças de autocorreção, que permitam ao sistema reencontrar o equilíbrio.

Poderemos falar assim de desemprego voluntário-- involuntário para referirmos a oposição que existe entre neo-clássicos e keynesianos, no sentido de admitirem a existência de situações de equilíbrio ou não-equilíbrio, que os leva a abordar a problemática, quer pelo lado da oferta (neo-clássicos), quer pelo lado da procura (keynesianos).

Se considerarmos esta hipótese explicativa sobre as categorizações acerca do desemprego, deveremos falar rigorosamente de características do desemprego e de tipos de desemprego.

Na incursão que fizemos por autores relevantes comprovamos que a maioria dos autores não faz distinções entre os tipos de desemprego que existem, referenciando-os segundo as suas características, embora com a pretensão de explicar "o desemprego".

A tal facto não escapa nem o próprio Keynes, que pretendendo explicar o desemprego cíclico fruto de períodos de "bons e maus negócios", lembrando a

expressão de Marshall, designa-o por desemprego involuntário, gerando de um certo modo uma ambiguidade que se arrasta até os nossos dias.

3.1.3. Uma conceptualização do desemprego.

Conjugando o espírito das ideias de Keynes com as visões dos economistas do trabalho, podemos sintetizar numa tipologia de desemprego as seguintes situações :

1. O desemprego friccional é o resultado da mobilidade dos trabalhadores; os indivíduos podem decidir mudar de emprego a fim de procurarem melhores condições de trabalho, quer em termos remunerativos, quer não-pecuniários; certos empregos podem deixar de existir enquanto que se criam outros; novos ou antigos trabalhadores podem decidir (re)-ingressar no mercado de trabalho.

No primeiro caso, podemos falar de desemprego friccional com carácter voluntário, enquanto que nos outros dois casos os desempregados são constrangidos por forças fora do seu alcance, e portanto actuam de modo involuntário.

Também o desemprego friccional pode significar um tipo de emprego precário, que obriga os trabalhadores a períodos de desemprego, produto de restrições institucionais, como os salários mínimos, a segurança social, leis de regulação sobre os contratos laborais, etc. O desemprego precário é uma das formas

que alguns autores denominam como desemprego atípico, presságio de fronteiras móveis entre emprego-desemprego.

2. O desemprego estrutural reflecte a discordância entre a qualificação exigida aos postos de trabalho e a qualificação exigida aos trabalhadores. Existe assim um desencontro entre a procura e oferta de trabalho que provoca um certo número de desempregados. Esta discordância pode também existir quando o lugar geográfico em que se situam o posto de trabalho e o trabalhador estão afastados. Normalmente esta situação é resolvida com a deslocação do indivíduo à zona de emprego, assumindo ele próprio os custos respectivos.

Nada nos faz pensar que poderíamos caracterizar este tipo de desemprego como voluntário, a menos que concordássemos com Lucas sobre o risco que implica o exercício de uma actividade ligada a um posto de trabalho, susceptível de gerar desemprego. Tal hipótese implicaria que os trabalhadores deveriam passar pelo desemprego a fim de informar-se sobre os riscos futuros no exercício de uma profissão.

Não existe uma teoria única sobre o desemprego estrutural. Segundo W. Driehuis poderiam classificar-se em três as teorias que explicam o desemprego estrutural. (164)

Primeiro, a teoria da estrutura da procura que explica o crescimento do desemprego a partir da

interacção entre as novas tecnologias e as mudanças na estrutura do consumo . A utilização de novas tecnologias tem provocado a diminuição do emprego em alguns sectores, tem desacelerado a procura de trabalho em outros, gerando uma situação de mudança qualitativa e quantitativa no nível e na repartição do emprego.

Segundo, a teoria da estrutura do processo de busca de emprego, que analisa o mercado de trabalho em termos de fluxos e stocks de mão-de-obra, onde as decisões dos indivíduos são tomadas na base de informação imperfeita, do risco e incerteza , de maximização dos assalariados e empresários. Não é uma teoria atendendo a problemas estruturais crónicos do emprego mas sobre a instabilidade associada a determinados empregos.

Terceiro, a teoria da estrutura dos custos que atribui o desemprego estrutural a considerações sobre a oferta de trabalho, pois o preço do trabalho está acima do nível de equilíbrio ou do nível de emprego.

Reconhecemos nestas três abordagens sobre o desemprego estrutural considerações que já fizemos sobre o desemprego em geral. Isto corrobora a nossa antevisão de que as teorias económicas, pretendendo pensar o desemprego em geral, limitam-se apenas a reflectir sobre um ou mais casos de desemprego.

3.- O desemprego conjuntural ou cíclico resulta de uma insuficiência da procura global (165). Este

desemprego associa-se às situações de recessão económica, manifestando-se pelo crescimento quantitativo do número de desempregados.

A identificação deste tipo de desemprego está associada, como sabemos, a J.M. Keynes, embora este o designe por desemprego involuntário. Teoricamente, corresponde à situação em que aumenta o stock de desempregados porque o sistema não corrige automaticamente o nível de procura global necessária para assegurar o pleno emprego.

Sabemos por Keynes que os ajustamentos pretendidos na visão neo-clássica, correspondem a um caso particular de pleno emprego, em que os mecanismos de ajustamento da empresa e dos indivíduos são transpostos mecanicamente para a economia em geral.

De um ponto de vista causal, devem distinguir-se os motivos que impedem ao sistema de atingir o nível de pleno emprego devido à rigidez do salário monetário, das causas que geram uma queda na procura efectiva. Keynes interessou-se sobretudo por explicar as causas baseadas na conduta de outros agentes económicos que não os trabalhadores.

Repare-se, todavia, que uma insuficiência de procura pode afectar alguns sectores mais do que outros, gerando crises sectoriais que se arrastram para além da situação depressiva. O desemprego de tipo estrutural pode, por efeito multiplicador, estender-se por toda a

economia confundindo-se assim ambos os tipos de desemprego.

A própria distinção entre estes dois tipos de desemprego complica-se, o que constitui outra dificuldade adicional a considerar, como veremos mais adiante.

A abordagem do desemprego em termos das contribuições dos economistas/teóricos para o estudo de tipos de desemprego não implica necessariamente a aceitação de uma tipologia de desemprego no sentido tradicional.

Em todo o ponto 2.3. deste trabalho, continuamente tivemos a preocupação de deslindar os tipos ou categorias de desemprego a que os autores aludiam, partindo da hipótese de que esses tipos ou categorias existem. Discutiremos a seguir mais em detalhe o problema dos tipos ou categorias de desemprego a fim de esclarecermos quais são as dificuldades que uma abordagem enfrenta.

3.2. As dificuldades de uma abordagem por tipos do problema do desemprego.

3.2.1. A definição dos tipos de desemprego : dificuldades e limites.

3.2.1.1. A possibilidade de definir os tipos ou categorias de desemprego.

Segundo D. Robinson (1966), Keynes escreveu em 1942 um memorandum em que pretendeu estimar o número de categorias de desempregados. Ele definiu as seguintes categorias:

- a) the hard-core unemployables.
- b) seasonal.
- c) frictional, moving between the jobs.
- d) occupational or geographic mismatch due to lack of mobility.
- e) demand deficient due to a deficiency in the aggregate effective demand in the economy.

Esta tipologia difere da apresentada na Teoria Geral, pois o critério de classificação dos desempregados refere-se às causas que motivam o desemprego, e não às causas que impedem o sistema de gerar mecanismos automáticos para a sua correção.

Mas temos ao mesmo tempo que concluir que introduzindo uma tipologia sobre o desemprego, pretende-se investigar o fenómeno de modo mais específico e concreto, isolando cada factor explicativo, tanto do lado da procura como da oferta, procurando manter a unidade do fenómeno a posteriori.

Encontramos aqui a primeira dificuldade para uma abordagem global sobre o desemprego, pois pressupondo-se que a classificação por tipos é necessária, é preciso demonstrar que ela é possível. Estranhamente os estudos feitos em vez de globalizar os estudos específicos e

particulares, distinguindo as diferentes causas que lhe dão origem, transformaram-se em polémicas onde os tipos respectivos excluem-se mutuamente. A este desentendimento não é alheio a visão paradigmática dos economistas e o facto de assumirem caracterizações do desemprego como voluntário-involuntário.

Repare-se que na abordagem tipológica de Keynes se incorporam outros tipos de desemprego (pontos a) e b)) que permitem fazer outras considerações sobre o fenómeno, o que faremos mais adiante.

Se reflectirmos a partir da tipologia de Keynes, inclusivamente porque ela é tradicionalmente aceite pelos economistas do trabalho, poderemos chegar a uma outra dificuldade a considerar na abordagem tipológica.

3.2.1.2. A dificuldade na delimitação das categorias ou tipos de desemprego.

O desemprego friccional pode ser diferenciado em ex-ante e ex-post; no primeiro caso, a passagem de um emprego para outro faz-se num tempo determinado; no segundo, o abandono do posto de trabalho faz-se sem que exista previamente outro lugar, mas sendo previsível obtê-lo. Os motivos para a mudança de posto de trabalho são vários, despedimento por razões subjectivas individuais, falta de habilidade ou produtividade.

Estes tipos de desemprego são abordados pela teoria do Job Search, que sustenta, como sabemos, que a

actividade de pesquisa será mais eficiente se o individuo preferir desempregar-se. Esta evidência é contestada pelos economistas da corrente segmentacionista que associam este tipo de actividade improdutiva à insatisfação e frustração, em contraposição à hipótese da racionalidade que postula a teoria da Job Search (167).

Alguns autores acreditam porém, que a classificação do desemprego friccional só faz sentido se ele se verificar num breve período de tempo.

Comprovamos porém que para o mesmo fenómeno encontramos explicações diferentes. Trata-se todavia de um problema que só se resolve através da verificação do estatuto científico das hipóteses.

Contudo, atrevemo-nos a pensar que quem caracteriza o desemprego como voluntário, só pode ver na mobilidade dos trabalhadores a expressão objectiva da eficiência do sistema, a propagação de uma lei natural que impele os trabalhadores a melhorar a suas condições de emprego, ou, como escreve D.Robinson a concepção do desemprego voluntário reflecte "deeply hard moral views that all unemployment is the result of deliberate voluntary choises by individuals". (168)

O desemprego estrutural aparece associado geralmente às modificações na estrutura produtiva, geradas por sua vez pelas mudanças tecnológicas, ou as variações na estrutura de consumo. A nível do emprego,

gera-se uma desadaptação em determinados sectores produto da substituição de trabalho por capital, entre o número de postos de trabalhos e o número de trabalhadores por um lado, e das necessidades da tecnologia e as qualificações por outro.

Verifi-se uma certa confusão entre as variações estruturais que geram o desemprego estrutural e as variações do tipo chamado " cyclical down-swing in demand " .

O problema é que não é fácil separar, como já dissemos anteriormente, as duas formas de desemprego, por um lado porque o desemprego estrutural pode prolongar-se para além das flutuações económicas, por outro porque é muito difícil separá-los estatisticamente (169).

Uma diferenciação entre os aspectos quantitativos-qualitativos que afectam a procura efectiva pode permitir diferenciar os dois tipos de desemprego.

As mudanças tecnológicas provocam variações qualitativas na procura efectiva, seja no consumo pela substituição dos produtos, seja no investimento pela transformação dos processos, como já dissemos.

Se as substituições tecnológicas são quantitativas, o desemprego só terá um carácter transitório e friccional, afectando alguns grupos de trabalhadores dos sectores em que a mudança se verifica



com maior intensidade.

Se a mudança tecnológica for qualitativa, a destruição de postos de trabalho será maior que a criação, originando-se um duplo processo de diminuição do emprego e de desadaptação dos trabalhadores às necessidades em termos de qualificação.

Este processo de mudança tecnológica, quer no seu aspecto qualitativo, quer quantitativo, é acompanhado por uma mobilidade dos capitais gerado pela concorrência que modifica os preços relativos originando um processo de falências, deslocamentos geográficos das empresas. O resultado natural será um aumento do desemprego estrutural.

Se observamos os aspectos quantitativos que pressionam a procura, necessariamente devemos observar os elementos constituintes dessa procura, i.e., o consumo e o investimento.

O problema que Keynes identificou, considerando o consumo inalterado ou estável, foi o nível que o investimento deveria atingir, a fim de assegurar um nível de emprego, para um volume de oferta de trabalho dado.

A diferença entre esse volume dado de oferta de trabalho, que varia de período para período, e o nível de emprego, deduzidos os outros tipos de desempregados, determinam o desemprego cíclico.

O que determina o nível de investimentos, quer

para bens de consumo, quer para o bens de investimentos, constitui justamente a preocupação de Keynes, como pretendimos demonstrar anteriormente. A dificuldade que surge a seguir é como isolar o emprego criado pelas diferentes componentes do investimento.

Supondo que o que interessa isolar são os investimentos em capital físico novo e não os meramente reprodutivos, enquanto este aumentar, as variações positivas de oferta de trabalho acompanham o ciclo do capital.

Para períodos determinados, ou ciclos econômicos comparativamente iguais, as interrupções no ritmo dos investimentos interrompe o fluxo da mão-de-obra, avolumando stocks de mão-de-obra não vendidas. O ritmo é retomado conforme os investidores percebem um deslocamento da curva de eficiência marginal do capital.

Que acontece quando os ciclos não são comparativamente iguais? Evidentemente, a observação de aumento no ritmo de investimentos, sem que a taxa de desemprego diminua, e, por vezes, chegue mesmo a aumentar, leva necessariamente a confundir o tipo cíclico de desemprego com o tipo estrutural de desemprego.

A dificuldade em distinguir entre os tipos estrutural e cíclico, reside talvez na própria incapacidade de captar toda a dinâmica de funcionamento

do sistema capitalista.

A essa dificuldade pode-se acrescentar, como vimos, o facto de surgirem diferentes teorias autonomas para o desemprego estrutural e para o próprio desemprego cíclico. A própria teoria do Job Search pretende abordar o problema do desemprego friccional na sua vertente estrutural.

Um outro aspecto confuso sobre o conceito de desemprego estrutural diz respeito ao facto deste ser considerado de longo prazo enquanto que outros tipos seriam de curto prazo. Geralmente vincula-se o desemprego estrutural à falta de capital suficiente para empregar toda a mão-de-obra, para um certo preço dos factores, consideradas determinadas proporções entre capital e trabalho (170).

Lipsey escreveu há alguns anos umas palavras proféticas " le débat entre la théorie structuraliste et la théorie de l'insuffisance de la demande globale reprendra à des autres époques et en d'autres lieux. Il parait donc important de mettre au point une méthode efficace de comparaison entre ces deux théories, que l'on pourra ainsi utiliser lorsque la question se posera à nouveau". (171)

A nossa investigação tem como motivação justamente o aumento do desemprego, onde os aspectos estruturais e friccionalis se evidenciam novamente, juntamente com formas múltiplas de desempregados.

Outra tipologia de desemprego, como a sugerida pela corrente desequilibrista, é menos ambiciosa, limitando-se a caracterizar o desemprego segundo o regime que se postula, baseados na percepção sobre os estados de equilíbrio em vários mercados, introduzida a hipótese de preços paramétricos fixos e rígidos à baixa.

Esta corrente teórica não aprofunda muito as causas do desemprego, mas alinha os regimes em função da política destinada a corrigir o desemprego, estabelecendo vários critérios sugestivos de definir ou classificar os tipos de desemprego, na base de regimes em que os agentes se comportam racionalmente e racionados, conforme vimos no modelo de Benassy.

Existe porém uma reflexão de Malinvaud relativamente ao que se denomina comumente de desemprego estrutural que achamos pertinente discutir aqui (172).

O problema do desemprego apresenta-se como um desajustamento entre oferta de trabalho e stock de capital produtivo. Este problema é raramente discutido na análise económica, dada a tradicional hipótese de que o capital é dado no curto prazo.

Se uma função de produção considerar o capital constante, qualquer modificação do output dependerá das variações na produtividade marginal do trabalho. O emprego, sabemos, aumentará até ao ponto em que a produtividade marginal seja \leq ao $\hat{=}$ taxa de salário.

Malinvaud afirma que se a capacidade produtiva aumenta lentamente, sendo do tipo "labour saving", gera-se uma menor procura de trabalho, na condição de que o custo do capital seja inferior ao do trabalho. Aparentemente, é a mesma coisa que a reflexão tradicional. Não se trata de substituir o trabalho porque a $pmt \leq w$, mas porque existe a possibilidade de, mudando a tecnologia, se alcançarem lucros maiores.

Uma mudança tecnológica traz mudanças nos preços relativos de um conjunto de bens, onde a quantidade de trabalho por unidade de output será menor. Se a taxa de salário monetária se manter inalterada, produz-se um aumento da procura agregada.

A quantidade de trabalho procurada estará sujeita a dois efeitos. O efeito procura é positivo sobre o emprego, o efeito substituição é negativo. A dominância de um efeito determinará a quantidade de desemprego estrutural. De passagem, esclarecemos o facto de que nem toda mudança estrutural gera desemprego, se por exemplo o efeito procura aumentar pela ampliação do mercado.

Apontamos assim uma segunda dificuldade importante para as abordagens tipológicas, como forma de abordar o desemprego em geral. Uma abordagem tipológica do desemprego obriga a definir com maior precisão cada categoria, fixando critérios delimitantes. Na maior parte das vezes os estudos tipológicos realizam abordagens parciais e excluentes.

3.2.1.3. A dificuldade de uma tipologia global.

A análise sobre as consequências da substituição da mão-de-obra pela maquinaria, vista como um feito de progresso e avanço da humanidade, não poderia deixar de chamar a atenção de Ricardo e posteriormente de Marx.

Para esses autores, tratava-se de perceber o impacto sobre a condição social daqueles que vivem do seu trabalho. A introdução das máquinas fez-se, contudo, num acto simultâneo à transformação das economias em economias capitalistas.

A força de trabalho crescente sobre o mercado foi o resultado também de uma severa perda das condições de reprodução de uma parte da população, que não teve outra opção senão a venda da força de trabalho.

A maior parte dos movimentos emprego-desemprego do processo associado ao processo da revolução industrial não tem uma correspondência estatística que permitam avaliá-lo seriamente. Conhecemos pelos estudos de Marx baseados nos "Report of the Inspectors of Factories" e nos documentos do "Children's Employment Commission", o estado calamitoso da classe trabalhadora, que se explicam não só pela exígua remuneração do trabalho, como pelos longos períodos de desemprego que em media afectavam os trabalhadores.

Esta retrospectiva permite-nos recordar que o desemprego estrutural aparece desde o início do sistema

capitalista, onde a tecnologia altera continuamente as condições de produção. A grande diferença nos nossos dias é que as condições institucionais de venda e reprodução da força de trabalho nos países capitalistas mais avançados são mais favoráveis a esta.

Uma abordagem do desemprego não pode deixar de considerar a intervenção da mão-de-obra como força subjectivamente capaz de modificar determinados acontecimentos. Não é nada evidente que a conduta dos trabalhadores se assemelhe à descrita pela teoria económica, não deixando por isso de ser menos racional.

O facto da teoria económica se ter preocupado bastante com o problema do desemprego corresponde ao facto de ser um fenómeno ligado a um dos agentes económicos fundamentais do sistema económico. Embora o trabalho possa ser considerado um bem como qualquer outro, não significa que o portador de tal utilidade reduza a sua actividade à compra e venda desse atributo, capacidade que as outras mercadorias não tem.

O trabalhador é produtor, consumidor, agente político, social, cultural. Ele é um animal social que se organiza, sendo capaz de estabelecer vínculos intelectuais que lhe permitem gerar representações ideológicas e culturais. A sua confrontação com os fenómenos da sociedade capitalista reflecte-se também sobre o desemprego. Por que razão em algumas sociedades existe desemprego elevado, enquanto que em outras é

menor? Uma abordagem sobre o desemprego obriga a incorporar uma dimensão social de modo mais alargado.

Geralmente as teorias põem o acento sobre a dimensão económica do desemprego. Quer o desemprego seja um vector de horas de trabalho ociosas, ou um posto de trabalho que deixa de existir, ou mutações nos fluxos e stocks de emprego, as outras dimensões do desemprego são facilmente obviadas.

O desemprego na sua dimensão social, psicológica, antropológica, etc, é geralmente abordado no âmbito de outras ciências sociais.

Keynes aborda duas formas de desemprego cuja dimensão social é mais importante que a dimensão económica.

Os chamados "unemployables", quer dizer, aqueles que por uma razão ou outra não encontrarão emprego ao nível actual do salário, ou mesmo que estejam dispostos a trabalhar a qualquer salário.

O problema do desemprego sazonal, que é específico de determinadas profissões e ofícios, tem uma dimensão social cíclica, pois geralmente os rendimentos usufruídos no período em que se trabalha não cobrem as despesas do período em que não se trabalha. Repare-se que quando o rendimento do trabalho relativo ao período em que se trabalha permite a reprodução da força de trabalho para qualquer período, o problema do desemprego temporário dilue-se relativamente.

A teoria neo-clássica nos EUA aborda este fenómeno como um problema de discriminação que afecta determinados grupos de trabalhadores, visto a sua produtividade marginal ser inferior àquela que assegura a rentabilidade que maximiza os lucros das empresas.

Uma análise do desemprego deveria portanto incluir formas de desemprego que geralmente são excluídas a priori, o abordadas fora do âmbito geral. Esta é uma terceira dificuldade que apontamos às abordagens tipológicas.

3.2.2. O problema dos critérios para a delimitação dos tipos de desemprego.

Da nossa reflexão anterior ficamos com a ideia que existem inevitavelmente algumas dificuldades, produto de ambiguidade e confusões, cuja base está na subsistência de opiniões divergentes, provavelmente insanáveis, fruto de visões e antevisões sobre este fenómeno complexo e multifacético.

As tipologias reflectem causalidades, em que a cada causa se associa um tipo diferente de desemprego. A dificuldade de encontrar uma tipologia consensual onde se integrem os diferentes tipos de desemprego é ainda hoje um caminho árduo a prosseguir. Não só as causas originam diferentes manifestações, como várias causas interactuam ao mesmo tempo.

Uma abordagem do desemprego deve conhecer, porém,

a estrutura do desemprego antes de formular um critério tipológico, i.e., deve conhecer as especificidades e características nacionais, regionais e sectoriais por um lado, e, por outro lado, os grupos de trabalhadores afectados ou susceptíveis de serem afectados pelo desemprego com maior probabilidade.

Quais são os critérios que se utilizam para designar um tipo e diferenciá-lo de outro? Pode-se assumir que todas as causas do desemprego são independentes umas de outras? Manifesta-se um fenómeno da mesma forma num período, de modo que um estudo baseado numa tipologia possa ser comparável com outro? Existem séries de desemprego que permitam conhecer a evolução do desemprego, as variações estruturais?

Uma mudança tecnológica pode gerar num determinado momento dois tipos de desemprego tradicionalmente aceites, nomeadamente desemprego friccional ou estrutural, afectando a população activa de um país a diferentes tipos de desemprego.

Se se trata de uma mudança que elimina determinados "skills" da qualificação associada a um trabalhador ou um grupo de trabalhadores, numa fase de expansão económica, teremos desemprego friccional, pois esse trabalhador ou um grupo de trabalhadores mudará de firma ou sector. A transposição de um posto de trabalho far-se-á num intervalo de tempo relativamente curto.

A mesma mudança tecnológica pode afectar um

trabalhador ou grupo de trabalhadores, se a nova tecnologia empregue elimina totalmente os "skills". Impõe-se aqui uma reconversão da mão de obra. A mobilidade do trabalhador dependerá das características da qualificação, do treino específico ou geral, do grau de polivalência da sua formação profissional, e se a actividade económica geral for menor, o intervalo de desemprego poderá aumentar.

Nestes dois casos hipotéticos, o desemprego afecta os trabalhadores não só de modo diferente, como também a heterogeneidade da força de trabalho pode ser afectada de modo diferente, dependendo das diferentes qualificações dos trabalhadores, do ritmo da actividade económica, das características da mudança tecnológica.

Num cenário concorrencial as coisas complicam-se bastante, pois a mobilidade dos trabalhadores realiza-se através de múltiplos caminhos. A mudança tecnológica gera um processo de mobilidade não só numa empresa ou sector, como no seu conjunto.

Mas um processo de mudanças ampla e prolongada, pode gerar inclusive tipos de desemprego com características singulares, com uma dimensão social importante. Como se explica o desemprego dos jovens, ou daqueles que ainda não ingressaram no mercado de trabalho? O paradoxo de serem desempregados sem nunca terem estado empregados?

Por exemplo, a formação de um stock de população

activa à procura do primeiro emprego é esclarecida pelos autores neo-clássicos como uma situação de tipo friccional . Mas esta teoria explicativa que pretende esclarecer o desemprego friccional e o estrutural, não poderia arranjar um critério para estudar o fenómeno dos unemployables. pois " workers may quit their current jobs to enter the unemployment pool in order to search among available vacancies for a more preferred position" (173).

A solução da encruzilhada à boa maneira neo-clássica surge ao introduzir um "applicant fee", uma espécie de salário de segunda para os aprendizes. Mas, como presumem os teóricos neo-clássicos, as regulações institucionais não permitem discriminar no mercado de trabalho entre salário e "applicant fee". Os jovens encontrariam trabalho apenas para um salário equivalente à sua produtividade marginal.

Como se diferencia entre este tipo de desemprego estrutural que afecta desempregados que nunca trabalharam e os desempregados que perderam os seus empregos?

As exigências em termos de critérios para delimitar os tipos de desemprego parecem-nos ser as seguintes: primeiro, deverá optar-se por uma tipologia básica que integre as várias categorias de desemprego, de um ou vários pontos de vista causais. Segundo, deverá compatibilizar-se as várias categorias de desemprego que

têm uma única causa, estabelecendo-se os critérios que permitam especificar diferenças; terceiro, para assegurar a coerência teórica de uma tipologia, devem-se articular os diferentes tipos de desemprego na base de critérios claros e precisos; quarto, os critérios devem fundamentar a decomposição quantitativa do desemprego.

Segundo D. Gambier, estes critérios devem ser três: o tempo de duração do desemprego, as características do desajustamento que motiva o desemprego, e as políticas correctivas do desemprego. A utilização destes critérios e a sua hierarquização permite fixar os volumes quantitativos, pressupondo que previamente se conheçam as características da população. Na base dessas ideias, apresentamos um diagrama em que se resume essa articulação :

Tipo de desemprego	tipo de desajustamento	tempo de duração	medida de política
"unemployable"	inexistência de procura	?	formação profissional
sazonal	irregularidade da procura	3-4 meses	?
cíclico	Insuficiência da procura	12-24 meses	relançamento da procura
friccional	Imperfeições no M.de T. Pesquisa de emprego	1-6 meses	melhoria da informação
estrutural	desencontros das qualificações com	+6 meses	formação profissional reconversão da mão-

a técnica; das pro-
curas e ofertas geo-
gráficas, etc

-de-obra; reformas ins-
tucionais (seguran-
ça, educação, etc)

A incorporação de dois tipos de desemprego, para além dos consagrados na maioria dos textos, coloca-nos na tradição de Keynes, no que se refere à sua tipologia de 1942.

Esta tipologia permite alargar qualitativamente o fenómeno do desemprego, tendo em vista a sua superação, ampliando as políticas de correção, as políticas de mão-de-obra, para além das tradicionais de origem keynesiana ou neo-clássica.

As políticas de mão-de-obra, segundo D. Gambier permitem actuar a vários níveis, tomando em conta a estrutura da população activa. O seu alvo privilegiado é o desemprego estrutural, mas também o desemprego friccional.

Elas actuam a vários níveis: geográfico, para assegurar a mobilidade da população ou das actividades; no plano educativo, a fim de fazer coincidir as qualificações dos indivíduos às exigências do sistema produtivo, contribuindo para as reconversões. Elas actuam sobre condições de desemprego relativas a grupos etários ou sociais específicos.

Em geral pode dizer-se que ela propende para corrigir os desajustamentos entre a procura e a oferta

de emprego, seja pela antecipação (formação profissional contínua) seja pela orientação profissional ex-post da mão-de-obra (174).

A política de correção poderá ser tanto mais específica quanto maior seja a especificidade do desajustamento. Este critério permite identificar o mecanismo de propagação do fenómeno e o lugar específico de manifestação, escolhendo as variáveis de intervenção. O tipo de desemprego não resulta assim rigidamente delimitado à partida, mas vai-se delimitando através do estudo do fenómeno em concreto, sem as exigências apriorísticas que caracterizam as visões paradigmáticas.

A construção de uma tipologia deste tipo exige um exame da informação estatística, que discutiremos no próximo ponto.

3.2.3. Algumas considerações de ordem estatística nas abordagens tipológicas.

Lucas diz-nos que para estudar o problema do desemprego devemos compatibilizar a teoria com os inquéritos sobre o desemprego. As estatísticas do desemprego obedecem a critérios de ordem teórica, como as estatísticas em geral. Esses critérios têm uma base de ordem teórica que orienta a procura, recolha, elaboração e classificação dos dados. Isso é conhecido e universal.

O nosso objectivo é examinar as dificuldades que

se levantam de um ponto de vista estatístico para uma análise tipológica, ou, de outro modo, como podemos fazer uma leitura quantitativa das estatísticas que permita diferenciar entre as diferentes categorias ou tipos de desemprego.

Segundo D. Robinson, existem dois métodos principais de obter informações estatísticas do número de pessoas desempregadas: ou através das acções administrativas ou através dos inquéritos ao emprego.

Os inquéritos permitem obter maior informação sobre os indivíduos, em que se contempla o historial do desemprego, as causas que motivaram o desemprego, assim como saber se procuram emprego e se estão inscritos como desempregados num centro de emprego (175).

A principal desvantagem deste tipo de inquérito consiste no facto de basear as informações obtidas na confiança, na qualidade e relevância das respostas dos entrevistados, as quais variam consoante o grau de realismo e de apreciação daqueles, consoante a espécie de trabalho que se procura. (176)

Na estimativa dos desempregados a metodologia varia de país para país, embora elas sigam de modo geral as orientações das conferências dos estaticistas do trabalho .

Um aspecto metodológico central que motiva alguma apreensão é a definição sobre a situação de desempregado. Não apenas porque suscita dúvidas a

verosimilhança dessa definição em relação à realidade, mas também porque ela permite emitir juízos de valor sobre o desemprego em geral.

Geralmente são consideradas com emprego assalariado as pessoas que efectuaram um trabalho durante uma hora, pelo qual receberam uma remuneração pecuniária (177). Nessa base, provavelmente, as fronteiras do emprego-desemprego ficam diluídas, dando lugar a uma arbitrariedade de difícil superação.

Um outro aspecto é o critério de designação do desempregado. As estatísticas distinguem entre desemprego no sentido lato e no sentido restrito. A diferença entre os dois conceitos está na exigência suplementar que se levanta para o desemprego no sentido restrito. São consideradas pessoas desempregadas no sentido restrito aquelas que procuraram um emprego.

Acontece que na realidade existem pessoas que, não procurando emprego, se encontram desempregadas. A inscrição nos centros de emprego ou é obrigatória por lei, como condição de se obterem alguns benefícios, ou é, aos olhos dos desempregados, um autêntico instrumento de procura de emprego. Não sendo assim, pode-se procurar emprego por outras vias e não ser desempregado de um ponto de vista estatístico.

Estas situações geram polémicas sobre o modo de contabilizar o número de desempregados. Repare-se que, sem desempregados que procurem emprego, não fazem

sentido as hipóteses que se estipulam na teoria do Job Search.

O aspecto metodológico que está em discussão refere-se a disponibilidade para trabalhar. Podemos ver o problema de dois ângulos. Primeiro, as pessoas entrevistadas procuram trabalho e acham-se capazes de trabalhar, mas as condições no mercado de trabalho transformam-nas em "unemployables". Segundo, as pessoas à partida vêm que as probabilidades de trabalhar são escassas, desistindo de procurar emprego.

O que define a disponibilidade de trabalhar? - A existência de procura de emprego nas mais variadas formas definidas nos inquéritos.

A visão de só considerar desempregados quem procura um emprego pretende contribuir para uma maior racionalização das despesas sociais, formulando exigências mais rigorosas ou alguns critérios excluentes que limitem os benefícios aos desempregados, obrigando-os a inscrever-se nos centros a fim de "limpar" o espectro do desemprego e tendo em vista um maior controle social.

Qual é o critério de racionalidade que determina a condição de desempregado? Só é racional quem procura emprego? Quem desiste de procurar ou nem sequer procura emprego, se obtiver a informação de uma clara restrição no mercado de trabalho, é irracional?

Se as estatísticas do emprego e desemprego só se

circunscreverem ao desemprego em termos restritos, é impossível uma abordagem tipológica global pois ficam excluídos à partida um conjunto de desempregados que não procuram emprego, como o caso dos jovens à procura do primeiro emprego.

É evidente que existem várias explicações para o facto das pessoas não procurarem emprego. A mais geral e teoricamente considerada é que a desutilidade do trabalho, que equivale às compensações que um trabalhador recebe por manter-se a trabalhar, é superior à utilidade do lazer que obteria como desempregado. Nesta explicação não há lugar para o desemprego sem ter havido trabalho previamente.

Mas como nos assiste a dúvida que seja essa a explicação a tomar em conta para avaliar a condição de desempregado, pois como vimos anteriormente supõe que o desemprego tem apenas um carácter voluntário, podemos considerar alternativamente outras explicações relativamente às razões que levam algumas pessoas a não procurarem emprego.

Podemos considerar as desistências por desmoralização face à situação no mercado de trabalho, tanto pela menor oferta de emprego como pela diminuição das vagas abertas. Uma outra situação é aquela que deriva da incapacidade física, da discriminação. Note-se, contudo, que as pessoas não abandonam o emprego sempre pelos motivos positivos que geralmente se assume.

A constante mudança de emprego é também resultado de frustração, desmotivação, descaracterização, etc, perante o trabalho.

O aspecto mais paradoxal nesta discussão, é que pela via estatística vem à superfície uma outra discussão, designadamente a discussão sobre desemprego voluntário-involuntário.

Por um lado, supõe-se que os agentes deixados à sua decisão individual, sem interferências nas suas expectativas, têm um comportamento racional. A situação de desencorajamento no mercado de trabalho, deve ser interpretada como um comportamento racional, pois desejar trabalhar não significa não reconhecer, na medida em que a informação exista, que em determinadas circunstâncias não existem possibilidades de trabalhar.

A. Blinder escreve " In Lucas'view, a person laid off from a job can, presumably, shine shoes in a railroad station or sell apples on a street corner. If he is not doing any of this things, he must be choosing not to do so.." (178). Esta deve ser a ideia que alimenta a crença predominante de que o desemprego restrito representa melhor o quadro geral do desemprego.

A racionalidade de não procurar emprego deve ser vista especificamente e associada provavelmente a determinados períodos de desemprego cíclico ou estrutural. Como escreve D. Robinson " the better the information they have and the more accurate their

assessment that they are unlikely to be hired, the more rational it should be for them to stop wasting their time in fruitless search" (179). Os trabalhadores, percebendo uma restrição no mercado de trabalho, racionalmente não procurarão emprego.

Este problema estatístico é levantado tendendo a demonstrar que existe um desemprego crescente que utiliza excessivamente o sistema de segurança social. O desemprego é originado pela existência destas restrições. Resulta obviamente difícil decompor o desemprego voluntário, caracterizado pela opção de realizar outras actividades em alternativa a trabalhar, do desemprego por motivos involuntários. Os próprios inquiridos ao emprego deixam dúvidas sobre se seria correcto associar às respostas sobre as causas do desemprego as características referidas em termos de voluntariedade/ involuntariedade.

Mas a ideia que nos deixam as estatísticas do desemprego é que os desempregados que abandonam o seu emprego são uma pequena parte percentual dos desempregados. Essa é a evidência que estipulam D. Robinson, por exemplo nas leituras estatísticas da Employment Gazette, e G.E. Johnson, sobre as estatísticas americanas, mas o mesmo se pode dizer para as estatísticas portuguesas. (180)

Numa série de artigos publicados nos últimos anos pretende-se rever a taxa de desemprego. Assim C. Romer

escreve " a source of the systematic errors in the constructed unemployment rate, is the misspecification of the cyclical behaviour of unemployment " (181). A conduta dos individuos é ciclica, de modo que em determinados periodos os individuos sem emprego não estão desempregados, eles preferem não trabalhar.

Este erro estatístico conduz a invalidar as hipóteses levantadas para explicar o fenómeno do imenso desemprego dos anos trinta, como escreve M.R. Darvy " ..the inability of monetarist models to explain such large, persistent unemployment (refere-se ao periodo 1934-41) is a asset because those unemployment rates did not in fact exist " .(182)

As questões metodológicas levantadas visam de antemão alertar-nos para as dificuldades que encontraremos na determinação de uma medida do desemprego, as quais, dependendo das fontes disponíveis, vão inevitavelmente influenciar as possibilidades de uma medida do desemprego que integre os diferentes tipos de desemprego.

Um primeiro aspecto discutido diz respeito à definição de desempregado. Um segundo aspecto deverá resolver o problema dos periodos de desemprego, como mas um critério com o fim de tipificar as categorias de desempregados.

No fundo, a ideia de determinar os periodos de desemprego revela-se importante, embora não exista

necessariamente coincidência entre períodos económicos e períodos estatísticos. Como nos ilustra G.E. Johnson, não é a mesma coisa um desemprego anual de 10 % nas duas situações seguintes: um caso, 10 % da população está desempregada durante um ano, enquanto que noutro caso toda a população está desempregada uma vez por ano durante um período de 1/10 de um ano (183). No primeiro caso estaríamos na presença de um fenómeno ou estrutural ou cíclico, no segundo, tratar-se-ia de uma situação tipicamente friccional.

O problema é que as respostas dos indivíduos sobre o períodos de desemprego não se deixam agrupar facilmente em prazos, obrigando ao cálculo de médias dos períodos de duração, que pressupõe separações arbitrárias nos casos limites.

A separação dos períodos permite estabelecer uma diferença em termos de fluxos e stocks de desempregados, pois nem todos os desempregados entram e saem do circuito ao mesmo tempo. Um crescimento do desemprego por aumento do período médio de duração do desemprego dá-nos conta de uma elevação do stock de desempregados, em vez de um aumento do desemprego pelo aumento do fluxo de desempregados, para um período de duração constante do desemprego (ou de pequenas variações nos períodos).

Talvez a maior dificuldade que enfrentaremos ao decidir realizar um estudo sobre o desemprego num território nacional ou espaço regional derive do facto

de que as informações estatísticas existentes, embora suficientes, na minha opinião, para realizar um estudo que englobe os vários tipos ou categorias de desemprego, não se encontrem disponíveis na forma pretendida.

O objectivo implícito deste trabalho é vir a realizar o estudo do desemprego em Portugal, tomando como referência o período mais recente caracterizado como de grandes e rápidas mutações na economia em geral e no mercado de trabalho em particular. Nossa pretensão foi responder a uma série de questões prévias entendidas como relevantes para esse estudo, contribuindo ao mesmo tempo com esclarecimentos necessários a fim de levar a cabo uma investigação com a profundidade que o tema merece. Terminaremos com as conclusões que nos parecem as mais significativas e sobretudo que representam o resultado líquido de um trabalho realizado visando a sua continuação.

Conclusões:

A análise efectuada das teorias do desemprego permitiu constatar que a teoria económica aborda o desemprego de dois ângulos, pelo lado da oferta de trabalho e pelo lado da procura. A possibilidade de considerar o desemprego como involuntário ou voluntário diz respeito às características do desemprego e depende do ângulo pelo qual se observa o problema.

Em primeiro lugar, as abordagens pelo lado da oferta de trabalho estudam, sobretudo, o comportamento dos trabalhadores, considerando que na sua actividade e decisões residem principalmente (se não unicamente) as causas do desemprego. Se os indivíduos insistirem em manter uma remuneração acima do salário de equilíbrio, o equilíbrio de pleno emprego não será atingido. Nesta perspectiva, o estudo das causas do desemprego limita-se a investigar as várias situações e formas possíveis em que a remuneração salarial é maior que a produtividade marginal, impedindo o ajustamento, nomeadamente os efeitos dos salários mínimos, dos subsídios de desemprego, de barreiras à mobilidade, de protecção às discriminações sobre jovens e mulheres.

Na versão mais apologética desta visão neo-clássica, os indivíduos arbitram entre trabalhar por um salário dado ou dedicar o tempo ao lazer, se a desutilidade marginal aumentar sem a correspondente

compensação salarial.

As variantes modernas desta teoria concentram-se na assunção da hipótese de existência de uma taxa natural de desemprego. De acordo com esta hipótese, existe uma espécie de barreira natural para além da qual só é possível modificar o desemprego no curto prazo, pois esta taxa natural prevalecerá a longo prazo, tornando inútil a intervenção da autoridade governamental que vise diminuir o desemprego.

Pressupõe-se que os trabalhadores procuram emprego através da actividade de desemprego, onde o comportamento voluntário garante que seja possível a confrontação de um salário de reserva com uma oferta de vários salários. Enquanto o salário de reserva for superior à oferta de salários, a actividade de desemprego continuará. A existência de fricções é gerada pela rigidez do mercado de trabalho, nomeadamente rigidez institucional, de informação imperfeita, de proteccionismo, etc. A necessidade de atingir o equilíbrio satisfaz-se através da actividade de desemprego, verdadeiro mecanismo de propagação que permite que os mercados tendam a balancear-se, particularmente o mercado de trabalho. Ao pressupor que os agentes podem antecipar racionalmente os efeitos das medidas de política, então conclui-se que qualquer intervenção governamental é ineficaz e perniciosa, podendo gerar desemprego conforme o movimento cíclico

das intervenções externas. A conclusão, nesta perspectiva, sobre os mecanismos que geram o desemprego apenas pode ter origem na oferta de trabalho revestindo portanto, necessariamente, um carácter voluntário.

Em segundo lugar, a outra abordagem é aquela que investiga as causas do desemprego pelo lado da procura de trabalho. Em termos de causas do desemprego, equivale a dizer que todo o problema seria analisado do ponto de vista dos factores que determinam a procura efectiva.

Embora seja através da conduta dos agentes que se pesquisa o gerar do desemprego, não são os trabalhadores os agentes focados como responsáveis, mas sim os detentores da riqueza. Numa economia monetária, os detentores da riqueza podem impedir que se realizem os investimentos necessários para assegurar o pleno emprego.

Considera-se o desemprego não como o resultado de um mau funcionamento dos mercados, mas, pelo contrário, como o resultado do funcionamento normal dos mercados numa economia monetária. A hipótese do desemprego involuntário não resulta de um quadro de concorrência imperfeita, mas antes permanece rigorosamente no quadro da concorrência pura e perfeita, ou, melhor ainda, de uma economia essencialmente diferente, do ponto de vista qualitativo, a qual tem como uma das suas características essenciais o facto de produzir o

desemprego involuntário.

Numa economia monetária, a moeda deve ter por definição o poder de ser detida enquanto reserva de riqueza. Mas se assim for (Keynes, T.G.), o rendimento pode ser, em parte, entesourado, e a procura pode revelar-se insuficiente para se igualar à oferta a um nível que permita a plena utilização das forças produtivas. Neste caso, a procura poderia constituir um limite ao aumento da oferta, permitindo assim a existência do desemprego.

Os trabalhadores actuam involuntariamente, pois, mesmo que estejam dispostos a trabalhar por um salário inferior, não existe oferta de trabalho enquanto os empresários percebem restrições no mercado de bens. O volume de emprego não está determinado pela desutilidade marginal, excepto no caso em que a oferta disponível de mão-de-obra corresponda ao nível máximo de emprego.

A discussão sobre os factores que determinam a quantidade de investimento é prova do reconhecimento de que a conduta dos detentores da riqueza influencia extraordinariamente não apenas a manutenção do nível de emprego, mas também da absorção dos incrementos de oferta de mão-de-obra.

A quantidade de investimento que assegure a existência de uma procura efectiva que corresponda à que é necessária ao pleno emprego, depende da taxa de juro.

Os empresários investem quando a eficácia marginal do capital é superior à taxa de juro (específica da moeda).

Esta abordagem encaminha-se para uma pesquisa das causas que levam os indivíduos a preferir entesourar dinheiro, de modo a que a taxa de juro se pode situar mais elevada do que a eficácia marginal do capital, os obstáculos a um aumento do emprego residem na existência de uma taxa de juro da moeda que, ao declinar mais lentamente que as taxas de juro correspondentes às outras formas de riqueza, impede o aumento da produção e do emprego. Subidas na taxa de juro geram expectativas incertas quanto à valorização actualizada dos ganhos futuros, que se manifestam numa incerteza sobre a determinação das preferências (instabilidade da curva), o que pode expressar-se na antecipação de taxas de juro "normais" mais elevadas que as que seriam recomendadas para assegurar o pleno emprego. O fluxo de investimentos pode ser incrementado apenas se as taxas de juro das riquezas existentes forem iguais à mais elevada das eficácias marginais do capital.

A rigidez do salário monetário resulta assim, não da intransigência dos indivíduos ou sindicatos que impedem a sua baixa, mas do facto de os salários, ao serem pagos em moeda, se apresentarem estáveis através da própria estabilidade da moeda enquanto medida de valor. Em conclusão, o desemprego é involuntário, pois a conduta dos trabalhadores, é apenas resultado das

restrições percebidas na oferta de mão de obra.

Em terceiro lugar, as contribuições que pretendem globalizar o estudo do desemprego através da síntese das situações de desemprego diagnosticadas, seja pelos neoclássicos, seja pelos keynesianos, nada acrescentam em termos do estudo das suas causas, embora a sua abordagem seja uma tentativa de encarar o fenómeno nas suas manifestações multifacéticas. Um outro aspecto da sua contribuição respeitante ao desemprego, é que o modelo desenvolvido permite raciocinar para tipos e categorias de desemprego, segundo esquemas de racionamento em que inclusivamente podem coexistir simultaneamente esses diversos tipos. Esta abordagem permite reforçar a ideia de que o desemprego é um fenómeno que obedece a várias causas.

Em quarto lugar, as teorias que de um ou outro modo se apresentam como alternativas em termos de fornecer explicações diferentes quanto ao funcionamento do mercado de trabalho permitem uma abordagem que retoma o fenómeno dentro duma complexidade maior, e sobretudo ligado a realidades concretas. O desemprego assume assim o carácter de fenómeno ligado a diferentes fases de desenvolvimento histórico-institucional da sociedade capitalista, onde a classe trabalhadora é heterogeneamente segmentada em grupos, com graus de organização e capacidade negocial variada, de

participação e posição hierárquica diferente, de remuneração e formação profissional consoante o tipo de gestão da mão-de-obra. O desemprego não é um fenómeno que afecta todos os indivíduos por igual, mas sim, consoante a sua posição na hierarquia da empresa.

Assim, o desemprego como manifestação económico-social é passível, também, de abordagem que contempla a diferenciação e diversidade, desde que se abandonem algumas hipóteses rígidas sobre a conduta dos indivíduos e instituições, estendendo-se o número de variáveis a considerar, dentro e fora do mercado de trabalho. Uma abordagem que incorpore considerações sobre a segmentação do mercado de trabalho, independentemente das restrições e dificuldades que se levantam sobre os critérios a utilizar para definir os segmentos específicos de um país, enriquece a visão sobre o funcionamento do desemprego e permite conhecer a sua estrutura.

Em quinto lugar, o nosso posicionamento face ao desemprego foi o de procurar uma tipologia ou categorização que viesse a servir como abordagem metodológica para o posterior estudo do fenómeno num espaço nacional concreto. A leitura que fizemos sobre as teorias do desemprego leva-nos a concluir que uma abordagem com esse carácter, que distinga os tipos na base de explicações causais, apenas é possível com recurso a critérios gerais. Esses critérios gerais,

nomeadamente, causa atribuída a determinado tipo de desemprego, tempo de duração do desemprego e política correctiva do desemprego, são possíveis de estabelecer com recurso não a uma única teoria, mas ao conjunto delas.

Por outras palavras, para o estudo do desemprego é necessária uma abordagem tipológica, entendida como a definimos no capítulo 3, pois não existe uma teoria suficientemente geral que dê conta da globalidade do fenómeno. Esta é uma das conclusões que, embora intuitivamente antecipada à partida, reforçamos no decurso do nosso estudo.

Optámos por uma tipologia que abrange cinco categorias de desemprego, i.e., o desemprego dos "unemployables", o desemprego friccional, o desemprego estrutural, o desemprego sazonal, e o desemprego conjuntural ou cíclico.

É obviamente necessária uma definição rigorosa de cada uma das categorias de desemprego a utilizar. Nesse sentido, a tipologia que apresentámos, pretende responder aproximativamente às exigências de um estudo posterior. A tipologia sugerida por Keynes é aquela que mais se aproxima duma categorização que englobe os tipos mais característicos e que permita explicar a maior parte do fenómeno. De certo modo, trata-se da "redescoberta" de uma conceptualização que, em nossa opinião, ganha actualidade à luz dos novos fenómenos do



emprego-desemprego.

Em sexto lugar, enumeramos anteriormente as dificuldades de ordem teórica e estatística que uma abordagem como a pretendida nos vai criar, dificuldades que, uma vez tendo sido esclarecido o carácter do desemprego, se tornam mais fáceis de superar, pois evita-se entrar numa polémica ideológica insolúvel, do tipo desemprego involuntário/voluntário.

O desemprego, como fenómeno histórico associado à sociedade capitalista, é uma manifestação do modo de funcionamento dessa sociedade. A nossa investigação posterior pretenderá, assumindo o ponto de vista de que ele é um fenómeno inevitável, estudar os modos da sua previsão e do seu controlo. O recurso à tipologia "à la Keynes" será o ponto de partida para um estudo global sobre o desemprego.

Notas

1. Cf. Weizsaecker von C.C., "Le problem de L'emploi", p.83.
2. Vide Freeman Ch., "Les Cycles de Kondraiev, l'evolution technique et le chômage", p.192.
3. Gambier D. faz um resumo dessa polêmica em "Analyse Conjoncturelle du Chômage", pp.147-168.
4. Piore M., "Historical Perspectives and the Interpretation of Unemployment", Journal of Economic Literatur, December 1987, p. 1834.
5. Ricardo D., "Princípios de Economia Política e de Tributação", p. 456.
6. Marx K., "Das Kapital", Band III, p.266. A tradução desta citação é a seguinte: " As mesmas circunstâncias que aumentaram a produtividade do trabalho e a massa dos produtos mercantis, expandiram os mercados, aceleraram a acumulação do capital, tanto em referência à sua massa como ao seu valor, e baixaram a sua taxa de lucro, as mesmas circunstâncias têm gerado uma superpopulação relativa e geram-na constantemente".(6)
7. Marshall A., " Principles of Economics", p.119.
8. Ibidem.
9. Pigou A.C., " Employment and Equilibrium ", p. 9.
10. Keynes J.M., " Théorie Générale", p. 32
11. Vide Roux J., "L'assurance Chômage cause du chômage permanente", Review d'Economie Politique, n°6, 1987, pp. 813 e seg.
12. Keynes J.M., ob.cit., p. 41.
13. Vide Ashenfelter O., "L'influence du chômage sur les comportements a L'égard du Travail".

14. Patinkin D., " Money, Interest and Prices", p. 314.
15. Ibidem, pp. 314-315
16. Aglietta M., " Panorama sur les théories de l'emploi", Revue Economique, Janvier, 1978, p.81.
17. Ibidem, p. 86.
18. Gordon D., " Six Percent Unemployment Ain't Natural", Social Research, n° 2, 1987, p. 223.
19. Salop S., "A model of the Natural Rate of Unemployment", AER, n° 1, 1979, p. 117.
20. Frank J., "The New Keynesian Economic", p. 7.
21. Esta ideia corresponde a Gambier D.e Vernières M., "Le Marché du Travail ", p. 47.
22. Salais R., "L'invention du chômage", p. 211.
23. Ibidem, p. 232.
24. Piore M., ob.cit., p. 1835.
25. Ricardo D., ob.cit.,pp. 449-462
26. Ibidem, p. 451.
27. Ver Ricardo D., ob.cit., p. 454.
28. Ibidem, p. 458.
29. Passinetti L., citado por Falkier J., " Technological Unemployment", The Journal of Postkeynesian Economics, n° 1, 1987, p. 37.
30. Marx K., ob.cit. Band I, p. 648. Nesta nota e nas próximas ponos a tradução do alemão. " A acumulação decresce, mas ao diminuir desaparece a causa do seu decrescimento, a saber, a desproporção entre o capital e a força de trabalho explorável . O preço do trabalho desce de novo a um nível compatível com as

necessidades da valorização do capital".

31. Ibidem, p. 651. " uma redução da massa de trabalho com respecto a massa de meios de produção que a põem em movimento " .

32. Ibidem, p. 651." na diminuição do factor subjetivo do processo laboral comparado com seus factores objectivos".

33. Ibidem, p. 658." a procura de trabalho não está determinada pelo capital global, mas simplesmente pela sua parte constitutiva variável; esta decresce progressivamente à medida que se acrescenta o capital global".

34. Ibidem, p. 658." A acumulação capitalista produz de maneira constante, em proporção à sua energia e ao seu volume, uma população operária relativamente excedentária, isto é, excessiva às necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérfluas".

35. Marx defende esta ideia na página 674:" os meios de produção, à medida que aumenta o seu volume e eficácia, perdem importância como meio de ocupação dos operários ".

36. Gutermuth R., "Ursachen und Folgen Chronischer Massenarbeitslosigkeit", p. 14. A ideia na citação é a seguinte " As causas do desemprego encontram-se num processo duplo e estreitamente ligado ao ciclo das crises. Enquanto que o desenvolvimento técnico científico de hoje gera em parte o desenvolvimento das forças produtivas, esta acelera o processo das crises do capitalismo monopolista eliminando os trabalhadores dos países capitalistas do processo de produção"

37. Marshall A., ob.cit., pp. 115 a 117.

38. Ibidem, p. 591.

39. Pigou A.C., ob.cit., p. 85.

40. Ibidem, pp. 66-70; Pigou desenvolve um sistema de quatro equações. As três primeiras são as seguintes:

1) $\emptyset(r) = f(r, F(x))$.

2) $y = f(r, F(x))$.

3) $(K1+K2)*W = g(r)$ com $K1(x) = F(x) | (1-1/n2)*F'(x)$ e

$$K2(y) = F(y) | (1-1/n2)*Y'(y).$$

As notações diferem ligeiramente das de Pigou devido a defeitos gráficos.

41. Ibidem, veja-se nota anterior.

42. Ibidem, Pigou desenvolve a ideia de "classical view" nas páginas 85 a 98.

43. Ibidem, p. 86.

44. Ibidem, p. 90.

45. Ibidem, p. 91.

46. Ibidem, p. 96, repare-se na comparação dos períodos 1858-1913 e 1914 até 1939.

47. Cf. Robbins L., "An Essay on The Nature and Significance of Economic Science", p. 39.

48. Ibidem, p. 103.

49. Pigou A.C., ob.cit., p. 96.

50. Robbins L., ob.cit., p. 51.

51. Vide Keynes J.M., op. cit., p. 275.

52. Ibidem, p. 50

53. Ibidem, veja-se página 50.

54. Ibidem, p. 51.

55. Ibidem.
56. Ibidem, p. 52.
57. Ibidem.
58. Keynes J.M., ob.cit., espõe estas ideias nas pp. 52-54.
59. Ibidem, Cap. V, pp. 67-72.
60. Keynes J.M., CW, v.13, p. 181, citado por M. Farto, " La Théorie du Chômage Involuntaire", p. 467.
61. Farto M., " La Théorie du Chômage Involontaires", p. 300.
62. Ibidem, p. 332-333.
63. Ibidem, p. 341.
64. Keynes J.M., ob.cit., p. 116., citado por Farto M., ob.cit., p. 341.
65. Farto M., op. cit., p. 342.
66. Ibidem, pp. 343 e 344-345.
67. Keynes J.M., ob.cit. p. 116, citado por Farto M., ob.cit., p. 345.
68. Farto M., ob.cit., p. 347.
69. Keynes J.M., ob.cit., p. 119.
70. Keynes J.M., ob.cit., p. 179.
71. Ibidem.
72. Farto M., ob.cit., p. 354.
73. Keynes J.M., ob.cit., p. 184.
74. Farto M., ob.cit. p. 356.
75. Keynes J.M., ob.cit., p. 183.
76. Farto M., op. cit.,p. 358.
77. Ibidem, p. 378.
78. Ibidem.

79. Ibidem, p. 383.
80. Keynes J.M., ob.cit., p. 213.
81. Ibidem, p. 309.
82. Modigliani F., "Liquidity preference and the theory of interest and money.
83. Vide Farto M., ob.cit., ponto 4.
84. Ibidem, p. 422, as aspas interiores correspondem a Keynes J.M. ob.cit., p. 236.
85. Keynes J.M., ob.cit., p. 243.
86. Farto M., ob.cit., p. 459.
87. Cf. Farto M., ob.cit., p. 459.
88. Ibidem, p. 459.
89. Vide Robinson J., "Introdução a Teoria Geral do Emprego", p. 163.
90. Ver Mendonça A., "Liberalismo versus Intervencionismo : velhos debates, novas apostas".
91. Skidelsky R., "L'Economia di Keynes", p. 16.
92. Vide Skidelsky R., ob.cit., p. 8, e também Keynes J.M., T.G., pp. 308-309.
93. Farto M., ob.cit., p. 332.
94. Cf. Keynes J.M., op. cit., p. 32.
95. Patinkin D., op. cit., pp. 314-315.
96. Ibidem, p. 315.
97. Ibidem, p. 318.
98. Ibidem.
99. Ibidem, p. 319.
100. Ibidem, p. 320.

101. Ibidem, p. 322.
102. Arrow K., citado por Gogerty E Winston, " Perfect Competition and Unemployment Disequilibria", p. 122.
103. Malinvaud E., " Réexamen de la Théorie du Chômage", p. 31.
104. Ibidem, p. 33.
105. Ibidem, p. 41.
106. Ibidem, p. 47.
107. Ibidem, p. 49.
108. Ibidem, p. 50.
109. Ibidem, p. 54.
110. Ver Benassy J.P., " Macroéconomie et Théorie du Déséquilibre", p. 54 e seg.
111. Ibidem, p. 66.
112. Malinvaud E., " Wages and Unemployment", Economic Journal, n° 92, 1982, p. 1.
113. Ibidem.
114. A curva de Phillips é a explicitação de um estudo empírico entre duas variáveis, inicialmente entre a variação da taxa de salários e a variação da taxa de desemprego, que o economista inglês A.W. Phillips publicou na revista Economica em 1958. Phillips demonstra que existe uma relação estável entre as duas variáveis, de forma que altos níveis de desemprego são acompanhados de taxas de variação decrescentes dos salários.
115. Phelp E.S., " Phillips Curves, Expectations of Inflation and Optimal Unemployment Over Time", Economica, August 1967, p. 255.
116. Ibidem.
117. Gordon D., ob.cit., p. 223.

118. Friedman M., " Inflation and Unemployment", Journal of Political Economy, nº 3, 1976.
119. Ibidem, p. 456.
120. Ibidem.
121. Ibidem, p. 458.
122. Ibidem.
123. Ibidem.
124. Ibidem, p. 464.
125. Phelps, ob.cit., p. 255.
126. Salop S., ob.cit., p. 117.
127. Cf. com Lucas R.E. e Sargent Th. J., " After Keynesian Macroeconomics", pp. 306-319.
128. Cf. Ibidem, p. 304-309.
129. Ibidem, p. 307.
130. Ibidem, p. 311.
131. Ibidem.
132. Ibidem, p. 313.
133. O equívoco a que fazemos alusão refere-se à controvérsia desemprego voluntário e desemprego involuntário, que na minha opinião discute o problema da existência dos mecanismos de ajustamento automáticos tendentes a levar o sistema económico ao equilíbrio de pleno emprego e não as causas do desemprego enquanto categorias ou tipos de desemprego tal e qual existem na realidade.
134. Lucas R.E., " Models of Business Cycles", p. 53.
135. Ibidem, p. 57.
136. Ibidem, p. 57 e 58.

137. Ibidem, p. 67.
138. Ibidem, p. 89.
139. Ibidem.
140. Ibidem, p. 91.
141. Ibidem, p. 95.
142. Rodrigues M.J., " O Sistema de Emprego em Portugal", p. 29.
143. Para trabalhos empiricos em respeito à relação salários mínimos e emprego veja-se o survey " The effect of Minimum wages in Employment " de Ch. Brown.
144. Para um estudo sobre os modos de regulação veja-se Aglietta M., " Régulation et crises".
145. Rodrigues M.J., ob.cit., p. 37.
146. Cf. esta ideia com Aglietta M., ob.cit., capítulo I.
147. Esta é a opinião de M.Boyer em " Rapport Salarial et analyses em termes de regulation", Economie Appliquée, n° 2, 1980, p. 494.
148. Vide a propósito Salais R., " L'invention du Chômage", p. 77 e seg.
149. Piore M, ob.cit., p. 1835.
150. Cf. Rodrigues M.J.,ob.cit., p. 26.
151. Cf. Piore M., " Dualisme in the Labour Market", Revue Economique, n° 1 1978, p. 29.
152. A referência corresponde a Carnoy M., " La Segmentation des Marchés du Travail", p. 18.
153. Ver Cain G.G., " The challenge of Segmented Labour Market Theories to Orthodox Theory", Journal of Economic Literature, n°4, 1976, p. 1217.

154. Vide Carroy M., ob.cit., pp. 50-59.
155. Fiore M., ob.cit., p. 27 e 28.
156. Cain G.G., ob.cit., p. 1224.
157. Cf. Boyer M., ob.cit., p. 501.
158. Sen A.K., "Prediction and Economic theory", p. 5.
159. Ibidem, p. 9.
160. Reder M.W., "The Theory of Frictional Unemployment", *Economica*, n° 141 1969, p. 1.
161. Sen A.K., ob.cit., p. 15.
162. Cf. Keynes J.M., ob.cit., p. 41.
163. Hahn F.H., "Unemployment from a Theoretical Viewpoint", *Economica*, n° 47 1980, p. 286.
164. Ver Driehuis W., "Substitution Capital-Travail et Autres Determinants Structureles de L'emploi et du Chômage", p. 100.
165. Compare-se esta definição com J.M. Cousineau, "Economie du Travail", pp. 185-186 ou Gambier D., ob.cit., pp. 137-147 ou Robinson D., "Monetarism and the Labour Market", pp. 228-244.
166. Robinson D., ob.cit., p. 229.
167. Cf. Tobin J., "Inflation and Unemployment", *AER* n°1 1972, p. 6.
168. Robinson D., ob.cit., p. 244.
169. Ibidem, p. 231.
170. Cf. Weizsaecker von C.C., ob.cit., p. 84.
171. Lipsey, citado por Driehuis W., op cit., p. 100.
172. Malinvaud E., ob.cit., pp. 2-7.
173. Vide Salop S., ob.cit., pp. 117-121, a citação em p. 117.
174. Ver Gambier D., ob.cit., p. 145.

175. Vide Robinson D., ob.cit., pp. 244-245.

176. Ibidem, p. 245.

177. Ver Inquérito ao Emprego , 1983/84, INE, p. 18.

178. Blinder A., "Keynes, Lucas, and Scientific Progress", AER, n° 3, 1976, p. 131.

179. Robinson D., ob.cit., p. 254.

180. Ibidem, p. 255, e Johnson G.E.& Layard P.R.G., " Natural Rate of Unemployment", p. 936.

181. Romer Ch., " Spuriously Volatily in Historical Data", Journal of Political Economy, n°1, 1986, p. 24 e 32.

Outros artigos que focam esta mesma problemática:

Romer Ch. " New Estimatives of Pre War Unemployment", " Journal of Economic History, n° 2, 1986.

Bonell S., " Real Wages and Employment in the Great Depression", Economic Record, n° 158, 1981.

Eichengreen B., " Unemployment in Interwar Britain: Dole or Doldrums", Oxford Economic Paper, n° 4, 1987.

Sider H., " Unemployment Duration and Incidence: 1968-82", AER, n° 3, 1985.

Lucas R.E., " Unemployment in the Great Depression: is there a full explanation", Journal of Political Economy, n° 1, 1972.

182. Darby M.R., " Three-and-a-Half Million U.S. Employees Have Been Mislaid: Or, an Explanation of Unemployment, 1934-1941", Journal of Political Economy, n° 1, 1976, p. 2. Vide nota anterior.

183. Johnson G., ob.cit., pp. 927-928.

Bibliografia:

- Aglietta M. (1976), Régulation et Crises dans le Capitaliste Contemporain- L'expérience des Etats Unis, Calmann-Lévy, Paris 1982.
- (1978), " Panorama sur les théories de l'emploi", Revue Economique, Janeiro, n° 1, pp. 80-119.
- Ashenfelter D. (1979), " L'influence du Chômage sur les Comportements a L'égard du Travail", in Les Déterminants Structurels de L'emploi et du Chômage, Vol II OECD Paris 1979, pp.279-301 .
- Benassy J.B. (1984), Macroéconomie et Théorie du Desequilibre, Dunod, Paris.
- Blinder A. (1976), " Human Capital and Labor Supply: A Synthesis ". Journal of Political Economy, Vol 84, n° 3, pp.449-472.
- Weiss Y. (1987), " Keynes, Lucas, and Scientific Progress ". The American Economic Review, Vol 77, n° 2, pp.130-142.
- Bonnell Sh. (1981), " Real Wages and Employment in the Great Depression ". The Economic Record , Vol 57, n° 158, pp.277-281.
- Boyer M. (1980), " Rapport Salariel et analyses em terme de régulation ". Economie Appliquée, vol XXXVI, n° 2. pp.491-509.
- Brown Ch. (1982), " The effect of the Minimum Wages on Employment ". Journal of Economic Literature, vol XX, n° 6, pp.487-528.
- Cain G.G. (1976), " The Challenge of Segmented Labor Market Theories to Orthodox Theory: a Survey " Journal of Economic Literature, Vol XIV, n° 4, pp.1215-1257.
- Carnoy M. (1981), " La Segmentation des marchés du travail", in Education, travail et emploi, Unesco, Paris, pp.9-162.

- Cousineau J.M. (1971), *Economie du Travail*, Gaetan Morin Editeur, Québec.
- Darby M.R. (1976), " Three -and-a-Half Million U.S. Employees Have Been Mislaid ".
Journal of Political Economy, Vol 84, n° 1, pp.1934-1941.
- Driehuis W. (1979), " Substitution Capital-Travail et Autres Determinants Structureles de L'emploi et du Chômage", in Les Déterminants Structurels de L'emploi et du Chômage, Vol II OECD, Paris, 1979, pp.100-140.
- Doeringer P.B.e (1973), " Is there a Dual Labor Market in G.B." Bosanquet N.
Economic Journal, Vol 83, Jun, pp.421-435.
- Eichengreen B. (1987), " Unemployment in interwar Britain: Dole or Doldrums ".
Oxford Economic Paper, Vol 39, n° 4. pp.597-621.
- Falkinger J. (1987), " Technological Unemployment: a note on Passinetti".
The Journal of Postkeynesian Economics, Vol X, n° 1, pp.37-43
- Farto M. (1986), *La Theorie du Chômage Involontaire: Keynes et les interpretation neo-keynesiennes contemporaines*, Thèse pour un Doctorat de 3° Cycle November, 1986.
- Frank J. (1986), *The New Keynesian Economic*, Wheatsheaf Books, G.B.
- Freeman Ch.(1979), " Les Cycles de Kondraiev, L'evolution Technique et le Chomage", in Les Déterminants Structurels de L'emploi et du Chômage Vol II OECD Paris 1979, pp.192-209.
- Friedman M. (1976), " Inflation and Unemployment".
Journal of Political Economy, Vol 85, n° 3. pp.451-472
- Gambier D.(1978), *Analyse Conjoncturelle du Chômage*, Presses Universitaires de France, Paris.
- Gambier D. e (1982), *Le Marché du Travail*, Vernières M. Economica, Paris.
- Gogerty C. e (1964), " Patintin, Perfect Competition, and Unemployment Disequilibria.
Gordon W.
The Review of Economic and Statistic, Vol. XXX n° 88,pp.121-125.

- Gordon D. (1987), " Six Percent Unemployment Ain't Natural": Demystifying the Idea of Rising 'Natural Rate of Unemployment' ". Social Research, vol 54 n° 2, pp.223-245.
- Gutermuth R. (1982), " Ursachen Und Folgen Chronischer Massenarbeitslosigkeit", IPW Forschungsh-
-efte N°3/1982, Berlin, pp.5-123.
- Hahn F.H. (1980), " Unemployment from a Theoretical Viewpoint", Economica, 47, August, pp.285-298.
- Haveman R.H. (1978), " Unemployment in Western Europe and the Unites States: A Problem of Demand, Structure, or Measurement? ". The American Economic Review, Vol 68, n° 2, pp.44-60.
- Johnson G.E.e (1986), " The Natural Rate of Unemployment: Explanation and Policy", in Handbook of Labor Econo-
mics, Vol II, Elsevier Science Pu-
blishers B.V., North Holland, Amsterdam, New York, Oxford, Tokyo, pp.921-999.
- Layard P.R.G.,
- Keynes J.M. (1935), Théorie Générale de L'emploi de L'intérêt et de la monnaie, Petite Bibliothèque Payot, Paris, 1982.
- (1937), " The General Theory of Employment ". The Quarterly Journal of Economic Literature, February, in CW XIV, pp. 109-123.
- Keyssar A. (1987), " Unemployment Before and After the Great Depression". Social Research, Vol 54, n° 2, pp. 201-221.
- Lucas R.E. (1987), Models of Business Cycles, Basil Blackwell Ltd., Oxford U.K. and New York.
- Lucas R.E. e (1979), " After Keynesian Macroeconomics" , in Rational Expectations and Econometric Practice, Robert E. Lucas Jr. and Thomas J. Sargent editors, The University of Minnesota Press, Minneapolis, 1981, pp.295-319.
- Sargent Th.J.
- Lucas R.E. e (1972), " Unemployment in the Great Depression: is there a full explanation ". Journal of Political Economy, Vol 80, n°1, pp.186-191.
- Rapping L.A.
- Malinvaud E. (1977), Réexamen de la Théorie du Chômage, Calmann-
-Lévy, Paris, 1980.
- (1982), " Wages and Unemployment".

The Economic Journal, 92 , March,
pp.1-12.

- Marshall A. (1890), Principles of Economics, Macmillan, London, 1964.
- Marx K.(1867), Das Kapital, Dietz Verlag , Berlin 1977.
- Mendonça A., (1986) " Liberalismo versus Intervencionismo: velhos debates, novas apostas", in O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica (II Conferência do CISEP), Vol II, Ed. CISEP, Lisboa, pp.681-697.
- Neuman M. (1973), Theoretische Volkswirtschaftslehre, Quelle & Meyer, Heidelberg.
- Patinkin D. (1955), Money, Interest and Prices, Harper International Edition, New York, 1965.
- Phelp E.S. (1967), " Phillips Curves, Expectations of inflation and Optimal Unemployment Over Time". Economica, August, pp.254-281.
- Pigou A.C. (1941), Employment and Equilibrium, Macmillan, London, 1952.
- (1941), Lapses From Full Employment, Macmillan, London, 1945.
- Piore M. (1987), " Historical Perspectives and the Interpretation of Unemployment ". Journal of Economic Literatur vol XXV, December, pp.1834-1850.
- Piore M. (1978), " Dualism in the Labor Market". Revue Economique, nº 1, Janvier, pp.26-47.
- Pugliese E. (1987), " Three Form of Unemployment" Social Research, Vol. 54, pp.26-48.
- Reder M.W. (1969), " The Theory of Frictional Unemployment" Económica, Vol XXXVI, No 141, pp.1-28.
- Ricardo D. (1817), Princípios de Economia Política e de Tributação, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1978.
- Robbins L.(1937), An Essay on The Nature and Significance of Economic, Science, Macmillan Press, London and Basingstone, 1984.
- Robinson D.(1986, Monetarism and the Labour Market, Claredon

- Robinson J. (1956), *Introdução à Teoria Geral do Emprego*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1960.
- Rodrigues M.J. (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Romer Ch. (1986), "Spuriously Volatility in Historical Data". Journal of Political Economy, Vol.94, n° 1, pp.1-37.
- (1986a), "New Estimates of Prewar Gross National Product and Unemployment" Journal Of Economic History, Vol XLVI, n° 2, pp.341-352.
- Roux J. (1931), "L'assurance Chômage cause du Chômage permanent". Review d'Economie Politique, vol 97, n° 6, pp.813-853.
- Salop S. (1979), "A model of the Natural Rate of Unemployment". The American Economic Review, Vol 69, n°1, pp.117-125.
- Salais R. (1986), *L'invention du Chômage*, Presses Universitaires de France, Paris.
- Santomero A. (1978), "The Inflation Trade-Off: A critique of the Literature". Journal of Economic Literature, Vol XVI, June, pp.499-544.
- Sen A.K. (1986), "Prediction and economic theory", in Predictability in Science and Society, The Royal Society and The British Academy, London.
- Skidelsky R. (1988), "L'Economia di Keynes: Alcuni Capisaldi Intellettuali". Rassegna Economica, n° 1, Gennaio-Märzo, pp. 5-40.
- Tobin J. (1972), "Inflation and Unemployment". The American Economic Review, Vol LXII, n° 1, pp.1-18.
- Weizsaecker von C.C. (1979), "Le probleme de L'emploi: une Approche Systemique, in Les Déterminants Structurels de L'emploi et du Chômage, Vol II OECD, Paris 1979, pp.83-99.